

# Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo

2016

## Estudos para uma Região RICA

Resiliente, Inteligente, Circular e Atrativa



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

PLANEAMENTO  
E INFRAESTRUTURAS



**FICHA TÉCNICA**

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do tejo   2016
<b>Coordenação</b>	José Pedro Neto (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Adriana Raimundo (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
<b>Revisão</b>	Carla Amador (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
<b>Elaboração técnica</b>	Carla Amador (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Tratamento de dados das Prestações de Contas</b>	Carla Amador (DAL) Margarida Chaves (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Data</b>	Dezembro 2017
<b>ISBN</b>	978-972-8872-32-8

## ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	11
CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	13
1 RECEITA MUNICIPAL .....	13
1.1 Análise evolutiva da receita municipal, no período 2012-2016 .....	14
1.1.1 Receita total.....	14
1.1.2 Receitas fiscais .....	18
1.1.3 Receitas próprias .....	20
1.1.4 Transferências .....	22
1.1.5 Passivos financeiros .....	25
1.2 Análise da receita municipal 2016.....	26
1.2.1 Receita total.....	26
1.2.2 Estrutura da receita municipal .....	28
1.2.3 Receitas fiscais .....	30
1.2.4 Receitas próprias .....	32
1.2.5 Transferências .....	34
1.2.6 Passivos financeiros .....	36
2 DESPESA MUNICIPAL .....	39
2.1 Análise evolutiva da despesa municipal, no período 2012-2016 .....	39
2.1.1 Despesa total .....	39
2.1.2 Despesas com o pessoal .....	43
2.1.3 Aquisição de bens e serviços correntes.....	44
2.1.4 Investimento direto e indireto .....	46
2.1.5 Transferências correntes e subsídios.....	48
2.1.6 Serviço da dívida .....	49
2.2 Análise da despesa municipal em 2016.....	51
2.2.1 Despesa total .....	51
2.2.2 Estrutura da despesa municipal .....	52
2.2.3 Despesas com o pessoal .....	54
2.2.4 Aquisição de bens e serviços .....	56
2.2.5 Transferências correntes e subsídios.....	57
2.2.6 Investimento direto e indireto .....	59
2.2.7 Serviço da dívida .....	60
3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL.....	62
3.1 Poupança corrente .....	62
3.2 Saldo global e saldo primário .....	63
3.3 Peso das receitas extraordinárias no saldo global .....	65
3.4 Grau de cobertura do serviço da dívida .....	67
3.5 Grau de execução da venda de bens de investimento.....	69

CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL .....	71
1 ANÁLISE DO BALANÇO .....	71
1.1 Ativo .....	71
1.1.1 Evolução dos principais agregados do ativo, no período 2012-2016 .....	71
1.1.2 Estrutura do ativo por município .....	73
1.1.3 Peso do ativo por grupo de municípios .....	74
1.1.4 Composição do ativo por NUTS III .....	75
1.2 Passivo .....	76
1.2.1 Evolução dos principais agregados do passivo, no período 2012-2016 .....	76
1.2.2 Estrutura do passivo por município .....	78
1.2.3 Peso do passivo por grupo de municípios .....	79
1.2.4 Composição do passivo por NUTS III .....	79
1.2.5 Dívidas a terceiros .....	80
1.3 Fundos próprios.....	82
1.3.1 Evolução dos principais agregados dos fundos próprios, no período 2002-2016 .....	82
1.3.2 Estrutura dos fundos próprios por município.....	83
1.3.3 Peso dos fundos próprios por grupo de municípios .....	84
1.3.4 Composição dos fundos próprios por NUTS III .....	85
2 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA.....	86
2.1 Custos .....	86
2.1.1 Evolução dos principais agregados dos custos, no período 2012-2016 .....	86
2.1.2 Estrutura dos custos por município .....	89
2.1.3 Composição dos custos por grupo de municípios .....	90
2.1.4 Composição dos custos por NUTS III .....	91
2.2 Proveitos.....	92
2.2.1 Evolução dos principais agregados dos proveitos, no período 2012-2016 .....	92
2.2.2 Estrutura dos proveitos por município .....	94
2.2.3 Peso dos proveitos por grupo de municípios .....	95
2.2.4 Composição dos proveitos por NUTS III .....	95
2.3 Resultados .....	97
2.3.1 Evolução dos resultados, no período 2012-2016 .....	97
CONCEITOS RELEVANTES.....	99
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS .....	106
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	107

## ANEXOS

I – Receitas municipais em 2016

II – Despesas municipais em 2016

III – BI das finanças municipais

## LISTA DE ABREVIATURAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
CP	Curto Prazo
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> , ou lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização
FAM	Fundo de Apoio Municipal
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FSM	Fundo Social Municipal
IRS	Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUC	Imposto Único de Circulação
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LFL	Lei das Finanças Locais
LEO	Lei do Enquadramento Orçamental
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LT	Lezíria do Tejo
M€	Milhões de euros
MLP	Médio e Longo Prazo
MT	Médio Tejo
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
OE	Orçamento do Estado
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RLE	Resultado Líquido do Exercício
RNAP	Reposições Não abatidas nos Pagamentos
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
SATAPOCAL	Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL
SGA	Saldo da Gerência Anterior



## APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém uma síntese dos principais aspetos da execução financeira dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) no exercício de 2016, decorrente da informação dos documentos de prestação de contas do referido ano e complementada com informação das contas relativa aos anos de 2012 a 2015.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, tendo o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes sejam destinadas.

No período de 2012 a 2013 a gestão financeira municipal regeu-se de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro<sup>1</sup>. A 1 de janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro<sup>2</sup>, a qual revogou o quadro legislativo anterior e define atualmente o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Assim, o exercício financeiro de 2016 foi o terceiro ano de aplicação do atual regime financeiro das autarquias locais. Neste exercício, para além das disposições constantes do novo regime financeiro, as finanças locais foram ainda influenciadas por diversas particularidades.

Para os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI fosse inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podiam contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2015, desde que com a contração do novo empréstimo se verificassem, cumulativamente, as seguintes condições: i) não aumentasse a dívida total do município; ii) diminuísse o serviço da dívida do município; iii) o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, fosse inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente; iv) não existisse um reforço das garantias reais ou pessoais eventualmente prestadas pelo município. Ao abrigo desta possibilidade, vários municípios procederam à reestruturação da respetiva dívida.

Em 2016, foi também introduzida uma importante alteração ao RFALEI, em matéria de impostos municipais, consagrando novamente o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) como receita municipal<sup>3</sup>.

Outra norma que em 2016 teve impacto nas contas dos municípios foi a limitação introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2016, que, a exemplo dos anos anteriores, vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média. Esta norma concorreu para a melhoria do grau de execução da cobrança das receitas, tendo o número de municípios da RLVT com uma taxa de execução da receita inferior a 85% diminuído, entre 2015 e 2016, de 19 para 11.

Ainda nesse ano, os municípios continuaram a estar sujeitos à obrigação de redução do endividamento, determinando a lei<sup>4</sup>, a este propósito, que deveria haver lugar a uma redução dos pagamentos em atraso de cada município de 10%, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016, excetuando-se desta obrigação os municípios que recorressem ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

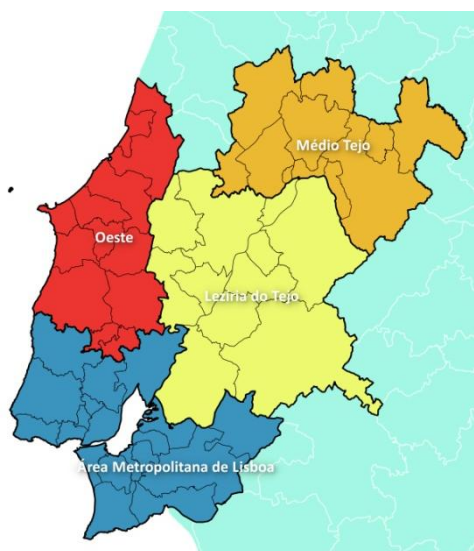
<sup>1</sup> Com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de junho, n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril (Orçamento de Estado para 2010), n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2011), n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) e n.º 22/2012, de 30 de maio.

<sup>2</sup> A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e foi alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro; 69/2015, de 16 de julho; 132/2015, de 4 de setembro; 7-a/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro.

<sup>3</sup> Esta receita ficou consagrada na alínea b) do artigo 14.º do RFALEI.

<sup>4</sup> Artigo 55.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 - Lei do Orçamento do Estado para 2016 (LOE/2016).

Para os municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º do RFALEI, em 2016 continuou também a ser possível a dispensa da autorização, por parte do membro do Governo com a tutela das autarquias locais, para a assunção de encargos e realização de investimentos não previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que continuasse a ser respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas.



A delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR<sup>5</sup>, que compreende os seguintes 52 municípios agregados por NUTS III<sup>6</sup>: na Área Metropolitana de Lisboa, os Municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira; na Lezíria do Tejo, os Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém; no Médio Tejo<sup>7</sup>, os Municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha; no Oeste, os Municípios de Alcobaca, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

O relatório encontra-se estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo contém a análise do desempenho orçamental dos municípios da RLVT em 2016, incluindo a evolução nos anos de 2012 a 2016 em vários pontos, por forma a enquadrar o desenvolvimento orçamental ocorrido neste último ano. Analisam-se as receitas e as despesas, em termos globais e dos principais agregados que as constituem, concluindo-se com a apresentação de alguns rácios de gestão orçamental. O segundo capítulo incide sobre a situação financeira e patrimonial dos municípios da RLVT, através da análise à informação dos balanços e demonstrações de resultados, procurando-se obter, através destes elementos, uma noção da situação económica dos municípios.

A metodologia adotada nos vários pontos foi semelhante – uma análise inicial da situação ao nível do conjunto dos municípios da RLVT, focalizando-se de seguida a situação por sub-região, ao nível das NUTS III, procurando-se também identificar os municípios que, em cada agregado, tiveram mais impacto na situação da região ou apresentaram maiores desvios em relação à média.

Para efeitos de análise da informação financeira, atendeu-se igualmente à dimensão dos municípios, tendo-se optado por agregá-los em três grupos em função da dimensão populacional: pequenos, aqueles que têm uma população igual ou inferior a 20 000 habitantes; médios, os que têm uma população superior a 20 000 habitantes e até 100 000 habitantes e grandes os municípios com população superior a 100 000 habitantes.

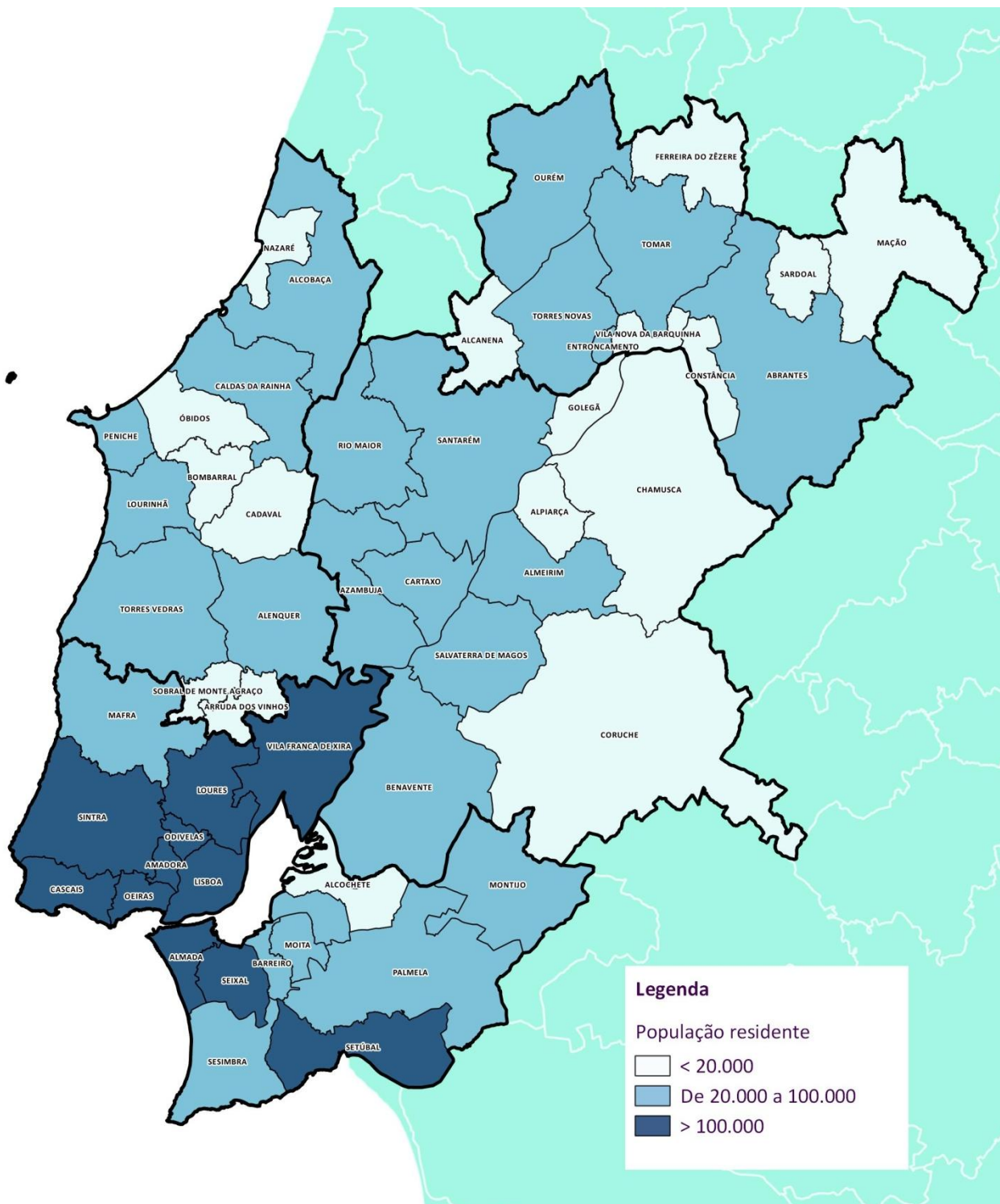
<sup>5</sup> O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, e foi alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 68/2014, de 8 de maio, e 24/2015, de 6 de fevereiro.

<sup>6</sup> Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos.

<sup>7</sup> Note-se que a desagregação utilizada difere da prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área geográfica correspondente à Comunidade intermunicipal do Médio Tejo estão ainda incluídos os Municípios de Sertã e Vila de Rei, que não se integram na área geográfica abrangida pela CCDR-LVT, nos termos da respetiva lei orgânica.





Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados. Em anexo, constam os dados das principais receitas e despesas de cada município, bem como um conjunto de indicadores que pretendem contribuir para um conhecimento mais detalhado de alguns aspetos da respetiva situação financeira.



## SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2016 os dados da execução orçamental dos municípios da RLVT revelam um aumento, face a 2015, das receitas cobradas (5,9%) e das despesas pagas (6,4%), que se refletiu numa diminuição do saldo global registado pelo conjunto dos municípios da região.

O aumento das receitas disponíveis em *156,22 milhões de euros* foi impulsionado significativamente pelo saldo de gerência transitado do ano anterior, pelo aumento da receita fiscal, proveniente do IMT e da derrama, e ainda pelo acréscimo das receitas da venda de bens e serviços e de transferências correntes. No entanto, parte destas variações positivas foi absorvida pela queda das receitas provenientes da venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros.

Por outro lado, para o aumento das despesas pagas contribuiu o acréscimo do investimento direto e indireto, a subida dos passivos financeiros, bem como as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços. Há um aumento do peso relativo das despesas com o investimento direto e indireto, que passam de 14,3% para 16,5% entre 2015 e 2016, sendo que em 2012 estas despesas representavam 15,3% do total dos gastos dos municípios na RLVT. Este reforço fez diminuir o peso das despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços que, no mesmo período, desceu de 62,4% para 60,1%.

Face à diversidade de municípios da RLVT, em termos de população e dimensão geográfica, mantém-se uma forte discrepância nos montantes da receita cobrada e da despesa paga por estas autarquias. Com uma cobrança média de *54,28 milhões de euros* por município, obtém-se uma mediana de *24,5 milhões de euros*, oscilando os valores entre os *783,63 milhões de euros* de receitas de Lisboa e os *6,02 milhões de euros* de Constância, resultando uma amplitude de receitas na ordem dos *777,61 milhões de euros*. Ao nível da despesa, a amplitude de valores de despesa paga é de *681,17 milhões de euros*, variando entre os *686,60 milhões de euros* de Lisboa e os *5,43 milhões de euros* de Constância.

Imagem diversa é proporcionada pela análise das receitas e despesas *per capita*. Neste caso, a lista dos municípios com maior volume de receita e de despesa passa a integrar autarquias de pequena dimensão, passando os municípios mais populosos, como Amadora, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira a figurar nas posições mais baixas.

A dinâmica de crescimento das receitas e despesas do conjunto dos municípios da região traduziu-se no aumento do número de municípios com saldo global negativo, que passou de 4 para 5. Por outro lado, há 18 municípios em que o saldo primário é insuficiente para cobrir os encargos com o serviço da dívida<sup>8</sup>.

Relativamente à situação económico-financeira do conjunto dos municípios da RLVT, mantém-se uma evolução positiva: os ativos, maioritariamente constituídos por imobilizado corpóreo e bens do domínio público, aumentaram 0,8%, correspondente a *101,80 milhões de euros*, atingindo os *12.163,42 milhões de euros* em 2016.

O ativo é fundamentalmente constituído pelo imobilizado (89,2%), quer corpóreo, quer de bens do domínio público. Com muito menor importância relativa, faziam ainda parte do ativo verbas a receber de terceiros (3,4%), depósitos em instituições financeiras e caixa (3,3%) e acréscimos de proveitos (3,6%); as existências e os custos diferidos completam os valores dos ativos municipais.

Mantém-se a tendência para a diminuição do passivo, o qual reduziu 6,4%, correspondente a *-223,87 milhões de euros*, ficando-se em 2016 pelos *3.295,74 milhões de euros*. Comparativamente a 2015, para além da melhoria em termos regionais, também a grande maioria dos municípios registou uma diminuição do valor dos respetivos passivos.

---

<sup>8</sup> Considerando, no serviço da dívida, as despesas pagas com juros e outros encargos e os compromissos com amortizações de empréstimos de médio e longo prazos.

**A dívida exigível, a maior componente do passivo (47,4%), tem igualmente vindo a diminuir.** Em termos de relevância no passivo municipal, destaca-se ainda o peso que assumem os proveitos diferidos (35,0%) e as provisões para riscos e encargos (13,1%). Em termos globais, as provisões para riscos e encargos e os acréscimos de custos foram as únicas componentes do passivo que subiram em 2016.

**A dívida é fundamentalmente de natureza financeira, constituída junto da banca, sendo, no entanto, nos municípios de pequena e média dimensão que este tipo de dívida se apresenta mais relevante;** nos municípios de grande dimensão as dívidas comerciais apresentam um peso relativo ligeiramente mais elevado. Apesar da melhoria da situação financeira, em 31 de dezembro de 2016 mantinham-se 27 municípios com dívidas de empréstimos contraídos no âmbito de programas de recuperação financeira (PPTH, PREDE, PAEL e FAM/ATU).

**Os fundos próprios, maioritariamente constituídos pelo património municipal (76,2%), aumentaram 3,8% entre 2015 e 2016.** O aumento do património foi de 0,8%, sendo este aumento justificado, por um lado, pela valorização do património por parte de alguns municípios e, por outro lado, pelo facto de muitos municípios continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património.

**Em termos de estrutura económica, assinala-se em 2016 uma subida global dos custos de 10,8%, face ao ano anterior, decorrente do aumento registado em 38 municípios.** Esta situação deveu-se fundamentalmente ao acréscimo dos custos operacionais, nomeadamente custos com fornecimentos e serviços eternos, encargos com o pessoal, transferências e subsídios correntes, amortizações e provisões do exercício, sendo ainda de assinalar um significativo aumento dos custos e perdas extraordinários, este particularmente influenciado pela variação ocorrida nas transferências de capital e nas amortizações efetuadas por Lisboa.

**Ao nível dos proveitos o panorama é mais favorável, uma vez que 41 municípios conseguiram aumentar o montante destes, face ao anterior, correspondendo a um acréscimo global de 2,8%.** Este aumento entre 2015 e 2016 refletiu-se em quase todas as categorias, excetuando-se a venda de mercadorias e produtos, bem como os proveitos extraordinários, que diminuíram, respetivamente, *4,92 milhões de euros* e *49,10 milhões de euros*.

Regista-se igualmente que **41 municípios apresentaram resultado líquido do exercício positivo em 2016, mais 3 que no ano anterior**, sendo que os restantes 11 evidenciavam um resultado negativo.

## CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Desde 2002 que a contabilidade autárquica tem, como principal instrumento de enquadramento, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro<sup>9</sup>. Com a aprovação e implementação deste Plano, claramente um sistema de gestão inovador, em comparação com o sistema anteriormente aplicado, a contabilidade autárquica ganhou um novo impulso. Em sede de aplicação do Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, as autarquias locais aplicavam uma contabilidade que assentava numa contabilidade de caixa, baseada na elaboração e execução de orçamentos. No âmbito do POCAL, aquela informação foi complementada com informação sobre a situação financeira e patrimonial dos municípios.

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou um novo classificador económico para as receitas e despesas públicas, tendo sido objeto de adaptação às autarquias locais pelo SATAPOCAL.

O município está obrigado a “prestar contas” anualmente, as quais devem fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

Por outro lado, a informação financeira dos municípios deve ser transparente, acessível aos seus cidadãos<sup>10</sup> e a entidades institucionais<sup>11</sup>.

No presente capítulo, procede-se à análise da execução orçamental dos municípios da RLVT em 2016, complementada por uma perspetiva evolutiva, abrangendo em especial o período de 2012 a 2016. A análise municipal é também realizada no âmbito do seu enquadramento regional e sub-regional (NUTS III), examinando-se igualmente a influência da dimensão dos municípios quanto aos respetivos agregados.

### 1 RECEITA MUNICIPAL

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital; com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada na tabela seguinte:

**Tabela 1 – Classificação económica das receitas**

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraorçamentais
05 - Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços correntes		
08 - Outras receitas correntes		

<sup>9</sup> O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, foi alterado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.º 315/2000, de 2 de dezembro e n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro.

<sup>10</sup> Razão pela qual as contas devem ser publicitadas no sítio eletrónico dos municípios.

<sup>11</sup> Para o efeito, os documentos de prestação de contas devem ser enviados ao Tribunal de Contas, ao INE, à Direção-Geral das Autarquias Locais e às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

## 1.1 Análise evolutiva da receita municipal, no período 2012-2016<sup>12</sup>

### 1.1.1 Receita total

Neste subcapítulo merecem especial destaque os seguintes aspetos:

- i. **Na RLVT, o ano de 2016 evidenciou uma cobrança de receitas municipais a superar os valores registados em 2012, correspondendo ao primeiro ano em que tal ocorreu no período analisado, evoluindo de 2.742,18 M€ para 2.822,82 M€.** Com efeito, depois de uma queda brusca, entre 2012 e 2013, de 9,9%, na cobrança de receitas, a receita municipal na RLVT foi crescendo de forma contínua ao longo dos anos seguintes, registando taxas de crescimento, respetivamente de 3,4%, 4,4% e 5,9%.
- ii. Esta tendência a nível regional foi, no entanto, resultado de dinâmicas distintas no âmbito das NUTS III, **influenciada particularmente pela evolução positiva das receitas dos municípios da AML, em especial Seixal (+62,4%), Barreiro (+48,1%), Setúbal (+34,6%) e Almada (+34,1%).** Ainda assim, apenas a sub-região do Médio Tejo não conseguiu superar o valor das suas receitas de 2016 face a 2012, muito devido ao posicionamento de Vila Nova da Barquinha (-41,0%), Entroncamento (-31,8%), Constância (-19,8%) e Ourém (-17,0%).

**Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Unidade: milhões de euros

Receitas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	2.130,80	1.828,57	1.947,18	2.031,91	2.195,45	8,0	3,0
Lezíria do Tejo	179,72	216,73	204,65	189,94	212,36	11,8	18,2
Médio Tejo	195,13	186,65	173,88	189,21	177,75	-6,1	-8,9
Oeste	236,52	238,46	228,95	255,53	237,27	-7,1	0,3
<b>RLVT</b>	<b>2.742,18</b>	<b>2.470,41</b>	<b>2.554,66</b>	<b>2.666,60</b>	<b>2.822,82</b>	<b>5,9</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Da análise da evolução da receita municipal **entre 2012 e 2016**, atendendo à **dimensão dos municípios**, destaca-se:
  - **Uma maior capacidade dos municípios de grande dimensão na recuperação de receitas** – após a queda de 17,4% no ano de 2013, o volume de receitas tem vindo sempre a aumentar significativamente, nomeadamente 5,9% em 2016, valor muito influenciado pelo Seixal, o qual, entre 2015 e 2016, aumentou as suas receitas em 52,5%.
  - Os municípios de **média dimensão**, em número maioritário na RLVT, apresentaram o seu **pior registo em 2014** (-4,6%), tendo vindo a crescer ao longo dos anos seguintes, em particular 2016 (+4,2%).
  - Nos municípios de **pequena dimensão** a evolução tem apresentado **ciclos alternativos de crescimento e queda** de receitas anuais, com registos finais de 2016 ligeiramente superiores aos de 2012 (+0,2%).

<sup>12</sup> O tratamento de dados das prestações de contas incidu, entre 2012 e 2014, sobre a receita cobrada bruta, enquanto em 2015 e 2016, estudos mais recentes, a análise recai sobre a receita cobrada líquida.

Tabela 3 – Evolução da receita municipal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

Receitas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	1.881,32	1.554,30	1.689,87	1.772,14	1.912,36	7,9	1,6
Médio	674,85	720,51	687,04	694,71	724,00	4,2	7,3
Pequeno	186,02	195,61	177,76	199,75	186,46	-6,7	0,2
<b>RLVT</b>	<b>2.742,18</b>	<b>2.470,41</b>	<b>2.554,66</b>	<b>2.666,60</b>	<b>2.822,82</b>	<b>5,9</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

iv. Entre 2015 e 2016, sublinha-se:

- As **maiores variações positivas das receitas totais na região** verificaram-se no Seixal (+52,5%), Santarém (+41,8%) e Barreiro (+34,2%), fortemente associadas à contratualização de novos empréstimos. Por outro lado, **14 municípios viram as suas receitas cair**, particularmente Alcanena (-47,9%), Nazaré (-42,9%) e Cartaxo (-17,0%).
- Na **Área Metropolitana de Lisboa** destaque para Seixal e Barreiro, já evidenciados, assim como Mafra (+11,8%), Almada (+10,6%) e Oeiras (+9,8%); os municípios que sofreram uma evolução mais negativa foram Sintra (-8,2%) e Moita (-3,6%).
- Relativamente à **Lezíria do Tejo** referência ao crescimento das receitas de Santarém (+41,8%), Azambuja (+22,4%) e Alpiarça (+15,7%), também estes com recurso a novos empréstimos. Já em Cartaxo e Golegã ocorreram decréscimos na cobrança de receitas de -17,0% e -4,1%, respetivamente.
- No **Médio Tejo**, Ferreira do Zêzere (+10,5%), Sardoal (+9,8%) e Ourém (+8,5%) apresentaram um crescimento mais significativo nas suas receitas, salientando-se que quase metade dos municípios desta sub-região, nomeadamente Alcanena, Entroncamento, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Tomar apresentaram uma queda de receitas, no período em análise.
- No **Oeste**, Arruda dos Vinhos (+10,1%), Cadaval (+4,3%) e Alenquer (+3,1%) apresentaram maior taxa de crescimento, registando-se uma queda nas receitas de 5 municípios: Nazaré, Lourinhã, Torres Vedras, Caldas da Rainha e Bombarral.

Tabela 4 – Ranking - Variação das receitas totais, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
AML	Grande	Seixal	84,55	128,91	52,5
LT	Médio	Santarém	39,09	55,45	41,8
AML	Médio	Barreiro	39,98	53,64	34,2
LT	Médio	Azambuja	16,01	19,60	22,4
LT	Pequeno	Alpiarça	6,01	6,95	15,7
AML	Médio	Mafra	58,25	65,15	11,8
LT	Médio	Rio Maior	17,67	19,66	11,2
AML	Grande	Almada	95,31	105,43	10,6
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	8,91	9,85	10,5
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	9,98	10,99	10,1

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

- v. A linha de evolução das receitas totais municipais, entre 2012 e 2016, resultou em grande parte da dinâmica evolutiva apresentada pelas receitas correntes, as quais após um decréscimo em 0,9% no ano de 2013, resultado de uma queda significativa na receita fiscal e rendimentos de propriedade, evidenciaram nos anos seguintes uma tendência crescente, decorrente do aumento da cobrança de impostos diretos e do crescimento das transferências correntes recebidas pelos municípios.

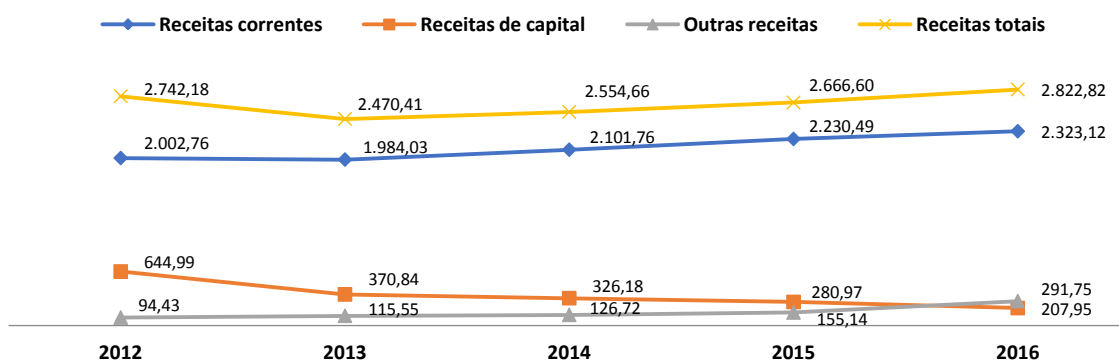
- vi. Também o **crescimento contínuo das outras receitas**, nomeadamente do saldo da gerência anterior, em particular no ano de 2016 com um crescimento de 89,4%, face a 2015, reforçou a linha ascendente das receitas disponíveis, desde 2012.
- vii. Já as **receitas de capital evidenciaram cobranças progressivamente mais baixas** – de 644,99 M€ em 2012 caíram para 207,95 M€ em 2016, resultado sobretudo da queda contínua das transferências de capital, mas igualmente da diminuição das outras receitas de capital e do recurso ao crédito, neste caso a partir de 2013.

**Tabela 5 – Evolução da receita municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016**

Receitas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						Impostos diretos	939,16
Impostos indiretos	63,75	61,41	51,47	54,21	51,63	-4,8	-19,0
Taxas, multas, out. penalidades	106,62	88,26	93,95	95,45	119,60	25,3	12,2
Rendimentos da propriedade	88,85	61,02	75,77	67,98	79,72	17,3	-10,3
Transferências correntes	524,43	566,61	517,07	549,67	566,23	3,0	8,0
Venda de bens e serviços correntes	255,85	260,70	261,31	287,18	305,85	6,5	19,5
Outras receitas correntes	24,11	24,22	27,67	37,53	33,11	-11,8	37,3
<b>Receitas correntes</b>	<b>2.002,76</b>	<b>1.984,03</b>	<b>2.101,76</b>	<b>2.230,49</b>	<b>2.323,12</b>	<b>4,2</b>	<b>16,0</b>
Venda de bens investimento	32,23	18,44	53,91	78,38	28,44	-63,7	-11,8
Transferências de capital	255,32	143,49	100,06	84,61	70,35	-16,9	-72,4
Ativos financeiros	2,37	2,29	2,28	4,41	3,81	-13,7	60,6
Passivos financeiros	78,39	184,65	149,49	108,67	99,36	-8,6	26,7
Outras receitas de capital	276,70	21,97	20,45	4,90	6,00	22,4	-97,8
<b>Receitas de capital</b>	<b>644,99</b>	<b>370,84</b>	<b>326,18</b>	<b>280,97</b>	<b>207,95</b>	<b>-26,0</b>	<b>-67,8</b>
Reposições não abatidas pagamentos	3,15	6,50	3,41	2,17	1,97	-9,2	-37,4
Saldo da gerência anterior	91,28	109,05	123,31	152,97	289,78	89,4	217,5
<b>Outras receitas</b>	<b>94,43</b>	<b>115,55</b>	<b>126,72</b>	<b>155,14</b>	<b>291,75</b>	<b>88,1</b>	<b>209,0</b>
<b>Receitas totais</b>	<b>2.742,18</b>	<b>2.470,41</b>	<b>2.554,66</b>	<b>2.666,60</b>	<b>2.822,82</b>	<b>5,9</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 1 – Evolução da receita municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)**



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

viii. Em termos de evolução do **peso dos principais agregados de receitas municipais**, é de referir o seguinte:

- Um **reforço da carga fiscal**, associada à cobrança de impostos diretos – de **34,2% em 2012**, as receitas fiscais passaram para um peso relativo de **41,3% em 2016**.
- Um **peso consolidado à volta dos 20%** no montante de **transferências correntes recebidas**, superior em 1 p.p. ao registado em 2012.



- A sucessiva **diminuição do peso das transferências de capital** no total das receitas municipais – de 9,3% em 2012, desceu para **2,5% em 2016**.
- Desde 2013 que o **peso das receitas obtidas com o recurso a novos empréstimos** tem vindo a **diminuir**, ou seja, de um peso de 7,5% em 2013, **desceu para 3,5% em 2016**.
- A opção por **saldos de gerência anterior** mais reforçados tem vindo a consolidar-se, representando 3,3% em 2012, subiu para um peso de **10,3% em 2016**.

**Tabela 6 – Evolução do peso das receitas municipais, por natureza económica, entre 2012 e 2016**

Receitas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: Percentagem	
						Variação	
						2015-2016	2012-2016
Impostos diretos	34,2	37,3	42,1	42,7	41,3	-3,2	20,7
Impostos indiretos	2,3	2,5	2,0	2,0	1,8	-10,0	-21,3
Taxas, multas, out. penalidades	3,9	3,6	3,7	3,6	4,2	18,4	9,0
Rendimentos da propriedade	3,2	2,5	3,0	2,5	2,8	10,8	-12,8
Transferências correntes	19,1	22,9	20,2	20,6	20,1	-2,7	4,9
Venda de bens e serviços correntes	9,3	10,6	10,2	10,8	10,8	0,6	16,1
Outras receitas correntes	0,9	1,0	1,1	1,4	1,2	-16,7	33,4
<b>Receitas correntes</b>	<b>73,0</b>	<b>80,3</b>	<b>82,3</b>	<b>83,6</b>	<b>82,3</b>	<b>-1,6</b>	<b>12,7</b>
Venda de bens investimento	1,2	0,7	2,1	2,9	1,0	-65,7	-14,3
Transferências de capital	9,3	5,8	3,9	3,2	2,5	-21,5	-73,2
Ativos financeiros	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	-18,5	56,0
Passivos financeiros	2,9	7,5	5,9	4,1	3,5	-13,6	23,1
Outras receitas de capital	10,1	0,9	0,8	0,2	0,2	15,6	-97,9
<b>Receitas de capital</b>	<b>23,5</b>	<b>15,0</b>	<b>12,8</b>	<b>10,5</b>	<b>7,4</b>	<b>-30,1</b>	<b>-68,7</b>
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	-14,2	-39,2
Saldo da gerência anterior	3,3	4,4	4,8	5,7	10,3	79,0	208,4
<b>Outras receitas</b>	<b>3,4</b>	<b>4,7</b>	<b>5,0</b>	<b>5,8</b>	<b>10,3</b>	<b>77,6</b>	<b>200,1</b>
<b>Receitas totais</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

ix. Uma outra abordagem, considerando os **valores médios das receitas dos municípios da RLVT**, permite aferir as seguintes tendências:

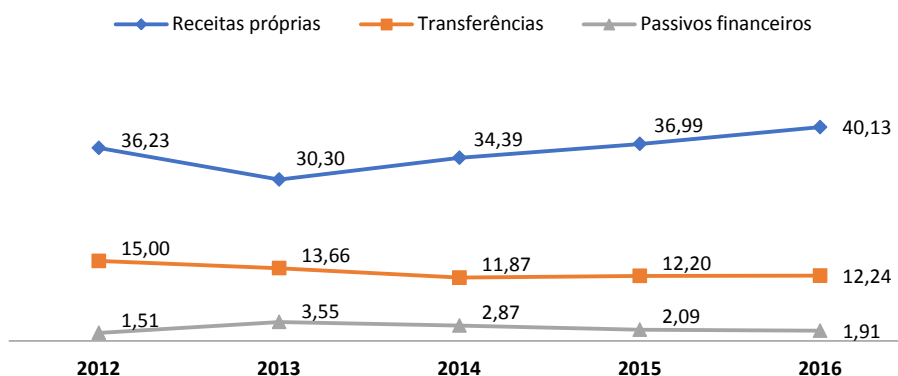
- **Valor médio das receitas próprias crescente** – de 36,23 M€ em 2012 para 40,13 M€ em 2016.
- **Valor médio das transferências recebidas decrescente** – 15,00 M€ em 2012 e 12,24 M€ em 2016.
- **Valor médio das receitas de empréstimos decrescente** – 3,55 M€ em 2013 e 1,91 M€ em 2016.

**Tabela 7 – Evolução da receita municipal (valores médios), entre 2012 e 2016**

Receitas municipais (valores médios)	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Receitas próprias	36,23	30,30	34,39	36,99	40,13	8,5	10,8
Transferências	15,00	13,66	11,87	12,20	12,24	0,4	-18,4
Passivos financeiros	1,51	3,55	2,87	2,09	1,91	-8,6	26,8
<b>Receitas totais (valores médios)</b>	<b>52,73</b>	<b>47,51</b>	<b>49,13</b>	<b>51,28</b>	<b>54,28</b>	<b>5,9</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal (valores médios), entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.1.2 Receitas fiscais

- i. Entre 2012 e 2016, as receitas fiscais, resultantes da cobrança de impostos diretos, indiretos e taxas, registaram uma **tendência maioritariamente crescente**, de 1.094,97 M€ para 1.323,65 M€, **subindo em todas as sub-regiões da RLVT, independentemente da dimensão dos municípios**. Apesar de em 2013 ter existido uma quebra de -3,0% nas receitas fiscais, estas subiram continuamente nos anos seguintes: +13,7%, +5,8% e +3,7%.

Tabela 8 – Evolução das receitas fiscais, por NUTS III, entre 2012 e 2016

Receitas fiscais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	940,94	898,23	1.026,77	1.100,55	1.140,48	3,6	21,2
Lezíria do Tejo	41,20	45,45	49,00	49,36	51,09	3,5	24,0
Médio Tejo	37,43	39,91	43,54	41,79	42,89	2,6	14,6
Oeste	75,41	78,33	87,64	85,09	89,20	4,8	18,3
<b>RLVT</b>	<b>1.094,97</b>	<b>1.061,92</b>	<b>1.206,95</b>	<b>1.276,78</b>	<b>1.323,65</b>	<b>3,7</b>	<b>20,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 9 – Evolução das receitas fiscais, por grupo de municípios, entre 2013 e 2016

Receitas fiscais	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
					Variação (%)	
					2015-2016	2013-2016
Grande	792,09	910,16	981,07	1.019,66	3,9	28,7
Médio	230,18	252,78	252,21	259,81	3,0	12,9
Pequeno	39,64	44,00	43,49	44,19	1,6	11,5
<b>RLVT</b>	<b>1.061,92</b>	<b>1.206,95</b>	<b>1.276,78</b>	<b>1.323,65</b>	<b>3,7</b>	<b>24,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- ii. **A linha evolutiva das receitas fiscais**, resultou de dinâmicas diferentes na variação das suas componentes, com tendências diversas:

- **Sempre crescente ao nível da cobrança do IMT** com os valores de 2016 praticamente a duplicarem os de 2012, evoluindo de 177,99 M€ para 339,34 M€.
- **Maioritariamente crescente (entre 2013 e 2015) na evolução do IMI**, ascendendo aos 591,86 M€ em 2016, quando em 2012 eram 526,50 M€.

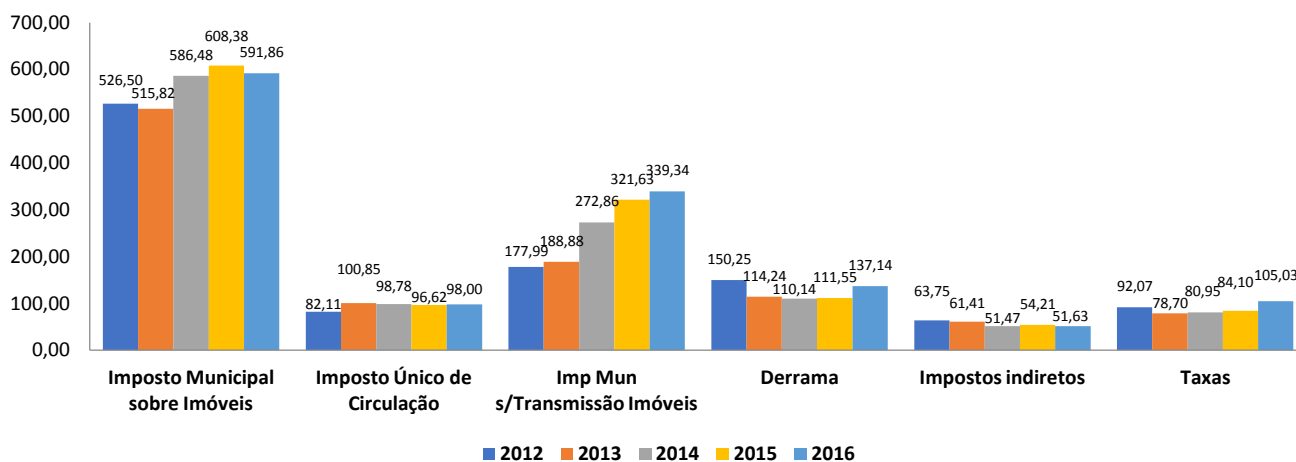
- Irregular ao nível do IUC, mas ainda assim revelando valores superiores em 2016 (98,00 M€) face aos de 2012 (82,11 M€).
- Variável ao nível da derrama, a qual decresceu entre 2012 e 2014, crescendo entre 2015 e 2016, sendo que o registo de 2016 (137,14 M€) foi inferior ao de 2012 (150,25 M€).
- Maioritariamente decrescente ao nível da tributação de impostos indiretos, que desceram de 63,75 M€ para 51,63 M€, entre 2012 e 2016.
- Irregular nas taxas, sendo, ainda assim, de assinalar que em 2016 proporcionaram receitas superiores às de 2012 – de 92,07 M€ para 105,03 M€.

Tabela 10 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica, entre 2012 e 2016

Receitas fiscais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						IMI	526,50
IUC	82,11	100,85	98,78	96,62	98,00	1,4	19,4
IMT	177,99	188,88	272,86	321,63	339,34	5,5	90,7
Derrama	150,25	114,24	110,14	111,55	137,14	22,9	-8,7
Impostos abolidos	1,75	1,55	5,22	0,27	0,49	80,9	-71,8
Outros impostos diretos	0,58	0,47	1,04	0,03	0,17	533,1	-70,4
<b>Impostos diretos</b>	<b>939,16</b>	<b>921,80</b>	<b>1.074,52</b>	<b>1.138,47</b>	<b>1.166,99</b>	<b>2,5</b>	<b>24,3</b>
<b>Impostos indiretos</b>	<b>63,75</b>	<b>61,41</b>	<b>51,47</b>	<b>54,21</b>	<b>51,63</b>	<b>-4,8</b>	<b>-19,0</b>
<b>Taxas</b>	<b>92,07</b>	<b>78,70</b>	<b>80,95</b>	<b>84,10</b>	<b>105,03</b>	<b>24,9</b>	<b>14,1</b>
<b>Receita fiscal</b>	<b>1.094,97</b>	<b>1.061,92</b>	<b>1.206,95</b>	<b>1.276,78</b>	<b>1.323,65</b>	<b>3,7</b>	<b>20,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 3 – Evolução dos principais agregados das receitas fiscais, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Na lista dos municípios com maior variação positiva de receitas fiscais, entre 2015 e 2016, constam essencialmente municípios de pequena e média dimensão, nomeadamente Constância (+62,9%), Alenquer (+15,2%) e Arruda dos Vinhos (+14,3%). Com efeito, a taxa de variação da média das receitas fiscais neste período foi maior nos municípios de pequena dimensão (+3,3%), sendo de +2,7% nos de média dimensão e +1,5% nos de grande dimensão.
- iv. Ainda ao nível das receitas fiscais e numa análise municipal por NUTS III constatou-se que, entre 2015 e 2016:

- Na **AML**, as maiores taxas de crescimento registaram-se em Montijo (+8,5%) – com enfoque na subida de impostos diretos, Loures (+8,1%) – aumento em impostos diretos, indiretos e taxas, e Lisboa (+7,4%) – crescimento de impostos diretos e taxas. Em sentido oposto, registou-se um decréscimo nas receitas fiscais em Moita (-7,6%) – descida nos impostos diretos, Seixal (-6,9%) – queda de impostos indiretos e Palmela (-6,0%) – redução de impostos diretos e indiretos.
- Já na **Lezíria do Tejo**, Rio Maior (+14,3%) – aumento nos impostos diretos, indiretos e taxas, aparece em primeiro lugar, seguindo-se Benavente (+6,3%) – incidência de aumento de impostos diretos e taxas, e Santarém (+6,1%) – crescimento de impostos diretos e indiretos, registando-se em 4 municípios uma evolução negativa, destacando-se Salvaterra de Magos (-12,6%) – diminuição na cobrança de impostos diretos, indiretos e taxas.
- No **Médio Tejo**, Constância (+62,9%), como referido, foi onde mais cresceram as receitas fiscais devido ao aumento de impostos diretos e taxas, seguindo-se Tomar (+14,1%) – crescimento de impostos diretos, indiretos e taxas, e Ferreira do Zêzere (+12,1%) – acréscimos de impostos diretos e indiretos. Registo para 6 municípios que não apresentaram crescimento destas receitas, sublinhando-se Sardoal (-10,4%) – queda do montante relativo a impostos diretos e as taxas.
- No **Oeste**, Alenquer (+15,2%) apresentou a maior taxa evolutiva, seguindo-se Arruda dos Vinhos (+14,3%) e Nazaré (+11,7%), todos aumentando os seus impostos diretos, indiretos e taxas. Em 5 municípios registaram-se taxas evolutivas negativas, a mais baixa registada em Óbidos (-6,1%) – descida de impostos diretos, indiretos e taxas.

A tabela seguinte revela os municípios que, entre 2015 e 2016, registaram maior taxa de variação ao nível das receitas fiscais.

**Tabela 11 – Ranking - Variação das receitas fiscais, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
MT	Pequeno	Constância	0,56	0,92	<b>62,9</b>
O	Médio	Alenquer	8,84	10,18	<b>15,2</b>
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	2,66	3,04	<b>14,3</b>
LT	Médio	Rio Maior	4,53	5,17	<b>14,3</b>
MT	Médio	Tomar	5,58	6,37	<b>14,1</b>
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1,59	1,79	<b>12,1</b>
O	Pequeno	Nazaré	6,52	7,29	<b>11,7</b>
AML	Médio	Montijo	11,99	13,01	<b>8,5</b>
AML	Grande	Loures	49,92	53,98	<b>8,1</b>
AML	Grande	Lisboa	414,75	445,55	<b>7,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.1.3 Receitas próprias

- Os últimos 4 anos de gestão municipal evidenciam uma **contínua capacidade na obtenção de receitas próprias** – +13,5%, +7,6% e +8,5%, respetivamente, **crecendo em todas as sub-regiões da RLVT, independentemente da dimensão dos municípios**. Realce para a descida, de carácter excecional, ocorrida entre 2012 e 2013 (-16,4%), muito à custa da diminuição da receita fiscal na AML.

Tabela 12 – Evolução das receitas próprias, por NUTS III, entre 2012 e 2016

Receitas próprias	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						Área Metropolitana de Lisboa	1.627,92
Lezíria do Tejo	70,38	80,00	92,50	93,89	101,94	8,6	44,8
Médio Tejo	65,83	69,60	80,14	81,87	84,54	3,3	28,4
Oeste	119,90	126,43	132,24	139,79	145,75	4,3	21,6
<b>RLVT</b>	<b>1.884,04</b>	<b>1.575,66</b>	<b>1.788,05</b>	<b>1.923,64</b>	<b>2.086,88</b>	<b>8,5</b>	<b>10,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

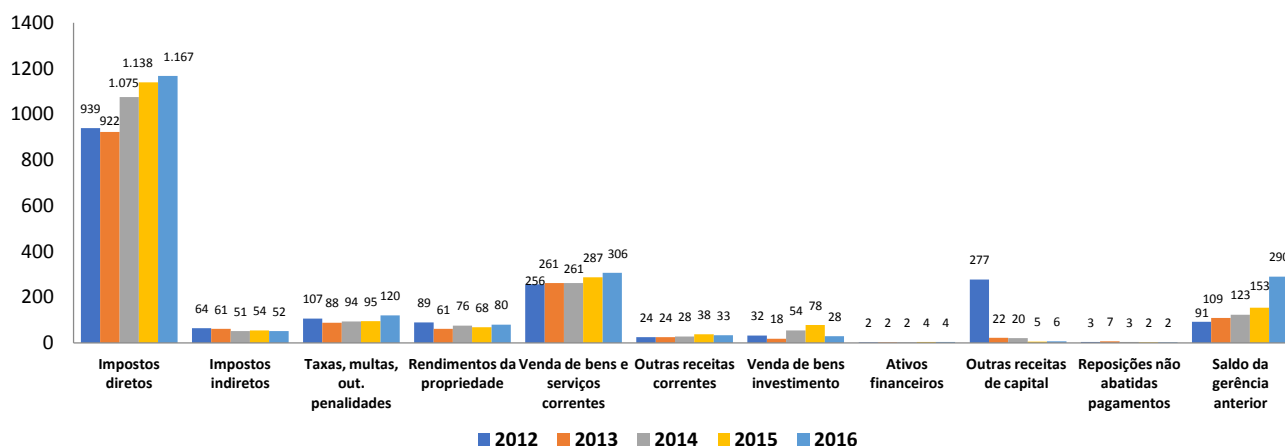
Tabela 13 – Evolução das receitas próprias, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

Receitas próprias	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						Grande	1.464,65
Médio	345,37	360,81	401,08	419,73	441,70	5,2	27,9
Pequeno	74,02	84,20	88,56	89,90	94,82	5,5	28,1
<b>RLVT</b>	<b>1.884,04</b>	<b>1.575,66</b>	<b>1.788,05</b>	<b>1.923,64</b>	<b>2.086,88</b>	<b>8,5</b>	<b>10,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- ii. A linha de evolução positiva das receitas próprias municipais, de 1.884,04 M€ (2012) para 2.086,88 M€ (2016), foi particularmente influenciada pela **dinâmica evolutiva crescente apresentada pelos impostos diretos, venda de bens e serviços correntes, bem como do saldo da gerência anterior**, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 4 – Evolução das receitas próprias, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Entre 2015 e 2016, na lista dos municípios com maior variação positiva de receitas próprias constam municípios de pequena dimensão, nomeadamente Alpiarça (+36,7%), Chamusca (+25,0%) e Cadaval (+21,8%), seguindo-se Ourém (+20,9%) e Mafra (+20,0%), de média dimensão.
- iv. No mesmo período, a taxa média de variação destas receitas foi maior nos municípios de pequena dimensão (+8,1%), sendo de +6,8% nos de grande dimensão e +4,1% nos municípios de média dimensão.
- v. Numa perspetiva sub-regional evidenciam-se os seguintes aspetos ao nível das receitas próprias:
- Na AML, Mafra (+20,0%), Almada (+19,5%), Seixal (+16,4%) e Lisboa (+15,5%) registaram as maiores taxas de crescimento, onde o denominador comum foi o aumento significativo do saldo da gerência anterior, em

contraponto à dinâmica verificada em Sintra (-11,3%) – sobretudo devido à queda do saldo de gerência anterior, e Moita (-6,6%) – diminuição da receita fiscal.

- Na **Lezíria do Tejo**, ficando Alpiarça (+36,7%) e Chamusca (+25,0%) na linha da frente, no tocante à variação das receitas próprias entre 2015 e 2016, sobretudo devido à subida do saldo de gerência anterior, seguiu-se Santarém (+17,0%) – incidência no aumento das receitas fiscais e saldo de gerência anterior e Rio Maior (+11,9%) – aumento das receitas fiscais e venda de bens e serviços correntes, registando-se apenas 1 município em que esta evolução foi negativa, Almeirim (-13,3%) – devido essencialmente à queda do saldo de gerência anterior.
- No **Médio Tejo**, Ourém (+20,9%) foi onde mais cresceram as receitas próprias, particularmente pelo aumento do saldo de gerência anterior, seguindo-se Constância (+18,9%) – aumento da receita fiscal, e Ferreira do Zêzere (+15,5%) – essencialmente acréscimo do saldo de gerência anterior. De assinalar ainda 5 municípios nos quais se registou uma redução do valor destas receitas: Vila Nova da Barquinha (-15,5%), Alcanena (-11,7%), Entroncamento (-7,8%), Torres Novas (-0,8%) e Tomar (-0,1%).
- Finalmente, no **Oeste**, Cadaval (+21,8%) apresentou a melhor taxa evolutiva, seguindo-se Torres Vedras (+10,7%) e Sobral de Monte Agraço (+10,5%), especialmente devido ao aumento do saldo de gerência anterior. Ao invés, 3 municípios registaram uma diminuição das receitas próprias: Nazaré (-9,4%) – grande descida na venda de bens de investimento, Lourinhã (-3,0%) – descida na venda de bens de investimento e saldo da gerência anterior, e Alcobaça (-0,4%).

A tabela seguinte apresenta uma listagem relativamente aos 10 municípios que registaram, entre 2015 e 2016, maior taxa de variação ao nível das suas receitas próprias.

**Tabela 14 – Ranking - Variação de receitas próprias, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
LT	Pequeno	Alpiarça	1,85	2,53	36,7
LT	Pequeno	Chamusca	3,98	4,97	25,0
O	Pequeno	Cadaval	4,50	5,48	21,8
MT	Médio	Ourém	14,30	17,29	20,9
AML	Médio	Mafra	42,98	51,60	20,0
AML	Grande	Almada	72,03	86,07	19,5
MT	Pequeno	Constância	1,87	2,23	18,9
LT	Médio	Santarém	20,07	23,49	17,0
AML	Grande	Seixal	69,00	80,30	16,4
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	3,77	4,36	15,5

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

#### 1.1.4 Transferências

- O período em análise de gestão municipal evidencia uma **decrecente dependência municipal das receitas provenientes de transferências, essencialmente compostas por transferências do Orçamento do Estado (OE) e por Fundos Comunitários, registando-se em 2016 (636,58 M€) valores inferiores aos de 2012 (779,75 M€), em todas as sub-regiões, independentemente da dimensão dos municípios.**
- Os anos de **2013 e 2014 evidenciam uma queda generalizada deste agregado**, respetivamente, -8,9% e -13,1%, **subindo no ano seguinte** em todas as sub-regiões (+2,8%) à exceção da Lezíria do Tejo, sendo que em 2016 a taxa

de crescimento regional (+0,4%), resultou de situações distintas, com acréscimos no valor das transferências para a AML e Lezíria do Tejo, e decréscimos nas outras sub-regiões.

**Tabela 15 – Evolução das transferências, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Transferências	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	442,79	422,19	348,16	348,91	373,36	7,0	-15,7
Lezíria do Tejo	104,12	95,94	90,48	85,38	88,06	3,1	-15,4
Médio Tejo	126,72	97,16	89,92	100,55	89,57	-10,9	-29,3
Oeste	106,13	94,81	88,56	99,44	85,59	-13,9	-19,4
<b>RLVT</b>	<b>779,75</b>	<b>710,10</b>	<b>617,13</b>	<b>634,28</b>	<b>636,58</b>	<b>0,4</b>	<b>-18,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Independentemente da dimensão dos municípios registaram-se **dinâmicas semelhantes nos grupos de municípios de pequena, média e grande dimensão**, evidenciando-se uma queda de transferências generalizada em 2013 e 2014, sucedendo uma subida global deste agregado em 2015, para depois, essencialmente nos grupos de municípios de média e pequena dimensão, o nível de transferências voltar a cair.

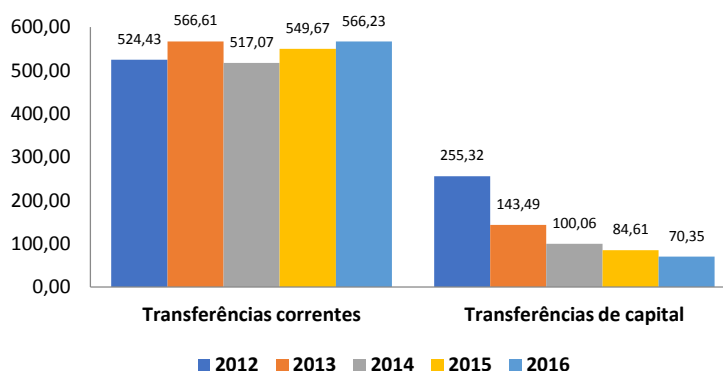
**Tabela 16 – Evolução das transferências, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016**

Transferências	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	368,09	346,82	281,04	286,81	307,94	7,4	-16,3
Médio	304,48	267,23	248,75	251,39	240,76	-4,2	-20,9
Pequeno	107,18	96,05	87,34	96,08	87,88	-8,5	-18,0
<b>RLVT</b>	<b>779,75</b>	<b>710,10</b>	<b>617,13</b>	<b>634,28</b>	<b>636,58</b>	<b>0,4</b>	<b>-18,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. A linha de evolução das transferências municipais, entre 2012 e 2016, resultou em grande parte da **queda significativa evidenciada pelas transferências de capital, essencialmente fundos comunitários, já que as transferências correntes, dominantes em todas as sub-regiões, à exceção de 2014, têm apresentado valores sempre superiores aos de 2012.**

**Gráfico 5 – Evolução das transferências, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)**



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- v. **A análise sub-regional da evolução das receitas de transferências entre 2015 e 2016 permitiu verificar o seguinte:**

- Na **AML**, não obstante apresente as maiores taxas de crescimento destas receitas, houve 4 municípios que sofreram uma descida nas transferências recebidas, em especial Loures (-3,3%) e Almada (-2,9%).
  - Na **Lezíria do Tejo**, ficando Cartaxo (+15,1%), Rio Maior (+11,7%) e Almeirim (+9,8%) na linha da frente, registam-se 3 municípios em que esta evolução foi negativa, particularmente Golegã (-14,4%).
  - Já no **Médio Tejo**, Ferreira do Zêzere (+6,9%) foi onde se registou maior aumento do valor das transferências. No entanto, em mais de metade dos municípios do Médio Tejo, ou seja 6, evidenciaram-se decréscimos, com ênfase especial para Alcanena (-49,5%), Entroncamento (-24,0%), Torres Novas (-18,0%) e Tomar (-8,8%).
  - Também no **Oeste**, dos 12 municípios que formam esta sub-região, resultou subida de transferências em apenas 4 destes, com destaque para o Bombarral, o qual apresentou a maior taxa de crescimento (+2,7%), registando-se as maiores descidas em Lourinhã (-32,1%), seguindo-se Torres Vedras (-28,6%), Nazaré (-28,5%) e Caldas da Rainha (-12,2%).
- vi. Saliente-se que a média da **taxa de variação das transferências, entre 2015 e 2016, foi maior e positiva nos municípios de grande dimensão (+8,6%), sendo negativa nos restantes municípios: -5,7% nos de pequena dimensão e -2,5% nos de média dimensão**. Assim, os municípios de pequena e média dimensão que tradicionalmente eram mais dependentes destas receitas, estão a ter o impacto de menores transferências recebidas, subindo, por outro lado, nos municípios de grande dimensão.
- vii. Analisando as componentes que compõem as transferências municipais, é de assinalar o seguinte:
- **Municípios de grande dimensão** – tanto as **transferências correntes**, como as **transferências de capital**, aumentaram, com registos médios de crescimento de **+7,5%** e de **+13,6%**, respetivamente.
  - **Municípios de média dimensão** – a descida das transferências decorreu da **queda significativa de transferências correntes (-0,1%)**, ocorrendo subida média em **+25,0% nas transferências de capital**.
  - **Municípios de pequena dimensão** – as transferências totais descerem, tanto ao nível das **transferências correntes, média de -0,6%**, como das **transferências de capital, descida média em -6,2%**.
- viii. Na lista dos 10 municípios com **maior taxa de variação positiva de transferências na RLVT, entre 2015 e 2016, constam 6 municípios de grande dimensão**, com destaque para Cascais (+24,7%), Oeiras (+18,0%) e Amadora (+16,1%) e **4 municípios de média dimensão**, nomeadamente Cartaxo (+15,1%).

**Tabela 17 – Ranking - Variação das transferências recebidas, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
AML	Grande	Cascais	19,32	24,10	<b>24,7</b>
AML	Grande	Oeiras	24,48	28,89	<b>18,0</b>
AML	Grande	Amadora	29,54	34,29	<b>16,1</b>
LT	Médio	Cartaxo	6,33	7,29	<b>15,1</b>
AML	Grande	Vila Franca de Xira	16,91	19,08	<b>12,8</b>
LT	Médio	Rio Maior	7,84	8,75	<b>11,7</b>
AML	Grande	Seixal	15,55	17,31	<b>11,3</b>
AML	Médio	Barreiro	10,84	11,94	<b>10,1</b>
AML	Médio	Palmela	8,69	9,55	<b>9,9</b>
AML	Grande	Setúbal	14,11	15,51	<b>9,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.



### 1.1.5 Passivos financeiros

- i. O ano de **2013 revelou uma forte dependência por parte de todas as sub-regiões em termos de recurso ao crédito, mais que duplicando, face ao ano anterior, em termos regionais** – de 78,39 M€ em 2012 subiu para 184,65 M€, destacando-se os acréscimos em mais de 600%, tanto na Lezíria do Tejo – realce para a contratualização de novos empréstimos por Santarém (29,95 M€), Chamusca (4,43 M€) e Azambuja (3,14 M€), como no Médio Tejo – destaque para Torres Novas (11,23 M€), Ourém (4,12 M€) e Entroncamento (3,18 M€).
- ii. **Posteriormente, as dinâmicas foram distintas**, nas várias sub-regiões. Em 2016, as receitas resultantes do recurso ao crédito diminuíram, à exceção da Lezíria do Tejo, onde, após uma queda no recurso ao crédito em 2014 e 2015, este voltou a subir em 2016 (+109,7%), em resultado, essencialmente, dos empréstimos contratados por Cartaxo (3,28 M€) e Azambuja (2,58 M€).

**Tabela 18 – Evolução dos passivos financeiros, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Passivos financeiros	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	60,09	106,74	115,85	74,91	67,43	-10,0	12,2
Lezíria do Tejo	5,21	40,79	21,67	10,66	22,36	109,7	328,8
Médio Tejo	2,59	19,89	3,82	6,79	3,64	-46,4	40,5
Oeste	10,49	17,23	8,15	16,31	5,93	-63,6	-43,5
<b>RLVT</b>	<b>78,39</b>	<b>184,65</b>	<b>149,49</b>	<b>108,67</b>	<b>99,36</b>	<b>-8,6</b>	<b>26,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Nos **municípios de grande dimensão o pico do recurso ao crédito foi em 2014**, ocorrendo em **2013 nos de média dimensão**. Nos municípios de pequena dimensão a amplitude de variação no recurso ao crédito foi menor, com picos em 2013 e 2015.

**Tabela 19 – Evolução dos passivos financeiros, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016**

Passivos financeiros	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	48,58	76,81	110,42	71,31	54,07	-24,2	11,3
Médio	24,99	92,48	37,21	23,59	41,54	76,1	66,2
Pequeno	4,81	15,36	1,86	13,77	3,75	-72,7	-22,0
<b>RLVT</b>	<b>78,39</b>	<b>184,65</b>	<b>149,49</b>	<b>108,67</b>	<b>99,36</b>	<b>-8,6</b>	<b>26,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. Na **RLVT**, entre 2015 e 2016, não obstante o número de **municípios que recorreram a novos empréstimos ter aumentado**, passando de 24 para 29, as **receitas de empréstimos diminuíram** de 108,67 M€ para 99,36 M€.
- v. No grupo de municípios de **grande dimensão**, destacam-se Seixal, com o empréstimo de 31,30 M€ contraído em 2016, bem como Setúbal (10,0 M€) e Lisboa (7,32 M€). Entre os municípios de **média dimensão**, o destaque vai para Santarém (13,70 M€) e Barreiro (11,65 M€), seguindo-se Azambuja (2,58 M€). Registo também para Sardoal (0,62 M€) como o município de **pequena dimensão** com maior passivo financeiro, seguindo-se Nazaré e Golegã, ambos registando receitas de empréstimos no valor de 0,60 M€.
- vi. Amadora, Coruche, Ferreira do Zêzere, Moita e Tomar **não recorreram ao crédito** entre 2012 e 2016. Se considerarmos o período desde 2013, não recorreram igualmente Abrantes, Alcochete, Constância, Oeiras e Sintra.

Da tabela seguinte constam os municípios que não registaram receitas de recurso ao crédito, em 2015 e 2016.

Tabela 20 – Lista dos municípios que não recorreram a novos empréstimos, em 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios
MT	Médio	Abrantes
O	Médio	Alcobaça
AML	Pequeno	Alcochete
AML	Grande	Amadora
O	Médio	Caldas da Rainha
LT	Pequeno	Chamusca
MT	Pequeno	Constância
LT	Pequeno	Coruche
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere
AML	Médio	Moita
AML	Médio	Montijo
O	Pequeno	Óbidos
AML	Grande	Oeiras
AML	Médio	Palmela
AML	Grande	Sintra
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço
MT	Médio	Tomar
MT	Médio	Torres Novas
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

## 1.2 Análise da receita municipal 2016

### 1.2.1 Receita total

- i. Em 2016, as receitas municipais na RLVT ascenderam aos **2.822,82 M€**, sendo que mais de **¾ (77,8%)** foram cobradas pelos municípios da **AML**. Considerando a dimensão dos municípios, 67,7% foram recebidas pelos grandes municípios, 25,6% pelos de média dimensão e 6,6% pelos de pequena dimensão.
- ii. A **grande amplitude na cobrança de receitas** revela a heterogeneidade de situações ao nível da gestão municipal:
  - O valor de cobrança máxima de **Lisboa (783,63 M€)** corresponde a mais de **¼ das receitas de toda a RLVT**, seguindo-se **Sintra (171,03 M€)**, equivalente a cerca de 22% das receitas arrecadadas em Lisboa, valores muito díspares do valor mais baixo registado por **Constância (6,02 M€)**.
  - **Apenas 5 municípios** – Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras e Seixal, 10% dos municípios da região, concentram **cerca de 50% do total de receitas municipais**, sendo que **34 municípios**, 65% da RLVT, concentram apenas **20%**.
- iii. Na RLVT, o **valor médio de receitas** por município foi de **54,28 M€**, sendo que, por sub-regiões e por grupos de municípios:
  - A **média das receitas dos municípios da AML (121,97 M€)** está **bem acima dos valores das restantes NUTS III**, nomeadamente Oeste (**19,78 M€**), Lezíria do Tejo (**19,31 M€**) e Médio Tejo (**16,16 M€**).
  - Situação semelhante quando comparados os valores do conjunto dos municípios de grande dimensão com os restantes, ou seja, este apresentou **173,85 M€** de média de receitas cobradas, o de pequena dimensão **10,97 M€** e o de média dimensão **30,17 M€**.
- iv. Analisando a receita municipal tendo em conta a população residente em cada município<sup>13</sup>, constata-se que na RLVT a **receita per capita ascendeu aos 776,08 €/hab**, apresentando-se, como valores extremos, a receita *per capita* registada de Sardoal (**1.765,22 €/hab**) e a de Amadora (**441,87 €/hab**).

<sup>13</sup> Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização destes dados: 15 de junho de 2017. Ver <http://www.ine.pt>

Tabela 21 – Receitas municipais por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Receitas municipais		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Receitas totais (M€)	<b>Total</b>	<b>2.195,45</b>	<b>212,36</b>	<b>177,75</b>	<b>237,27</b>	<b>1.912,36</b>	<b>724,00</b>	<b>186,46</b>	<b>2.822,82</b>
	<b>Médio</b>	121,97	19,31	16,16	19,78	173,85	30,17	10,97	<b>54,28</b>
	<b>Máximo</b>	783,63 Lisboa	55,45 Santarém	33,81 Ourém	47,87 Torres Vedras	783,63 Lisboa	65,15 Mafra	28,80 Coruche	<b>783,63</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	14,83 Alcochete	6,5 Golegã	6,02 Constância	8,42 Sobral Monte Agraço	71,20 Odivelas	12,11 Salvaterra de Magos	6,02 Constância	<b>6,02</b> Constância
Receitas per capita (€/hab)	<b>Total</b>	<b>778,16</b>	<b>884,90</b>	<b>815,66</b>	<b>662,70</b>	<b>794,12</b>	<b>689,95</b>	<b>1.037,15</b>	<b>776,08</b>
	<b>Médio</b>	695,63	943,44	1.039,93	741,92	698,33	698,57	1.105,54	<b>831,57</b>
	<b>Máximo</b>	1.551,85 Lisboa	1.576,13 Coruche	1.765,22 Sardoal	1.093,55 Óbidos	1.551,85 Lisboa	955,05 Rio Maior	1.765,22 Sardoal	<b>1.765,22</b> Sardoal
	<b>Mínimo</b>	441,87 Amadora	561,67 Salvaterra de Magos	612,94 Entroncamento	540,16 Caldas da Rainha	441,87 Amadora	499,28 Moita	713,49 Bombarral	<b>441,87</b> Amadora

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 22 – Rankings - Maiores receitas municipais, 2016

Ranking - Receitas municipais totais				Ranking - Receitas municipais per capita			
NUTS III	Tipo de município	Municípios	M€	NUTS III	Tipo de município	Municípios	€/hab
AML	Grande	Lisboa	783,63	MT	Pequeno	Sardoal	1.765,22
AML	Grande	Sintra	171,03	LT	Pequeno	Coruche	1.576,13
AML	Grande	Cascais	160,78	AML	Grande	Lisboa	1.551,85
AML	Grande	Oeiras	140,48	MT	Pequeno	Mação	1.515,08
AML	Grande	Seixal	128,91	MT	Pequeno	Constância	1.508,64
AML	Grande	Loures	108,42	LT	Pequeno	Chamusca	1.303,66
AML	Grande	Almada	105,43	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1.212,31
AML	Grande	Setúbal	89,30	LT	Pequeno	Golegã	1.180,80
AML	Grande	Amadora	78,73	O	Pequeno	Óbidos	1.093,55
AML	Grande	Vila Franca de Xira	74,44	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	999,70

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 23 – Rankings - Menores receitas municipais, 2016

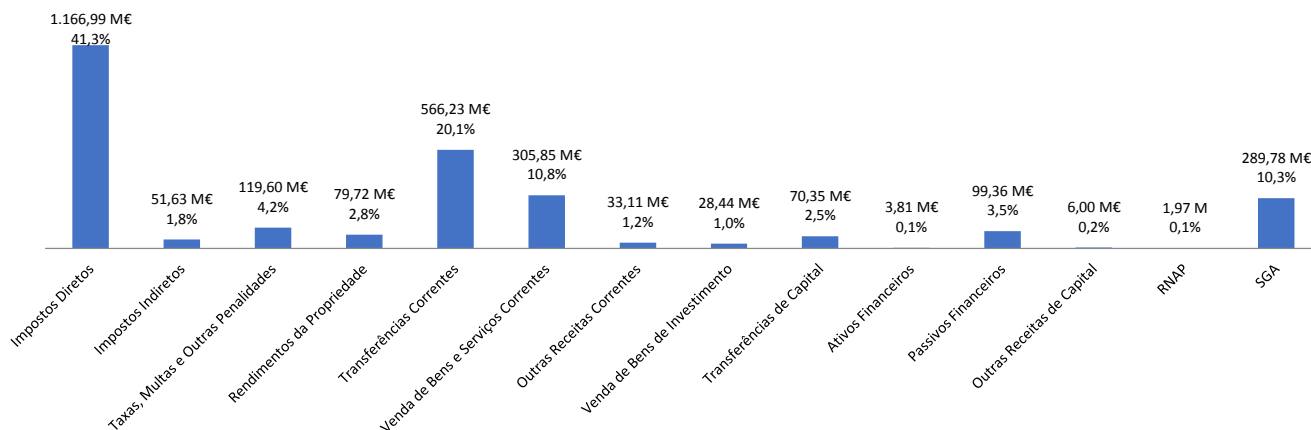
Ranking - Receitas municipais totais				Ranking - Receitas municipais per capita			
NUTS III	Tipo de município	Municípios	M€	NUTS III	Tipo de município	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Constância	6,02	AML	Grande	Amadora	441,87
LT	Pequeno	Golegã	6,50	AML	Grande	Sintra	445,46
MT	Pequeno	Sardoal	6,69	AML	Grande	Odivelas	456,19
LT	Pequeno	Alpiarça	6,95	AML	Médio	Moita	499,28
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	7,31	AML	Médio	Montijo	512,79
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	8,42	AML	Grande	Loures	522,34
O	Pequeno	Bombarral	8,99	AML	Grande	Vila Franca de Xira	528,56
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	9,85	O	Médio	Caldas da Rainha	540,16
MT	Pequeno	Mação	9,98	O	Médio	Alenquer	561,38
O	Pequeno	Cadaval	10,64	LT	Médio	Salvaterra de Magos	561,67

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.2 Estrutura da receita municipal

- i. As principais fontes de receita municipal decorrem da cobrança de impostos diretos (1.166,99 M€), transferências correntes (566,23 M€), venda de bens e serviços correntes (305,85 M€) e saldo da gerência anterior (289,78 M€).

Gráfico 6 – Composição das receitas municipais, 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 24 – Composição das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Unidade: milhões de euros

Receitas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Impostos diretos	997,93	47,93	38,26	82,88	893,45	234,29	39,25	1.166,99
Impostos Indiretos	44,74	1,50	1,64	3,74	40,23	9,99	1,40	51,63
Taxas, multas e outras penalidades	110,81	2,21	3,28	3,30	97,63	18,07	3,90	119,60
Rendimentos de propriedade	53,50	5,96	8,47	11,78	49,44	26,04	4,24	79,72
Transferências correntes	338,90	77,15	76,73	73,44	281,81	209,02	75,39	566,23
Venda bens e serviços correntes	246,96	16,30	14,77	27,82	193,13	88,18	24,54	305,85
Outras receitas correntes	30,57	1,07	0,94	0,53	29,38	2,32	1,40	33,11
Venda de bens de investimento	26,96	0,19	0,16	1,13	25,78	1,78	0,88	28,44
Transferências de capital	34,46	10,91	12,84	12,15	26,13	31,73	12,49	70,35
Ativos financeiros	1,54	0,04	0,46	1,78	1,54	1,81	0,46	3,81
Passivos financeiros	67,43	22,36	3,64	5,93	54,07	41,54	3,75	99,36
Outras receitas de capital	5,21	0,21	0,32	0,25	3,00	1,61	1,38	6,00
Receitas não abatidas pagamentos	1,43	0,35	0,11	0,08	1,34	0,50	0,13	1,97
Saldo gerência anterior	235,02	26,18	16,12	12,46	215,43	57,11	17,24	289,78
<b>Receita total</b>	<b>2.195,45</b>	<b>212,36</b>	<b>177,75</b>	<b>237,27</b>	<b>1.912,36</b>	<b>724,00</b>	<b>186,46</b>	<b>2.822,82</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- ii. Ao nível da RLVT, cerca de metade do valor das receitas municipais (50,1%) resulta da cobrança de receitas fiscais, multas e outras penalidades e rendimentos de propriedade.
- iii. No entanto, cada sub-região apresenta situações distintas ao nível das suas principais fontes de financiamento:
- Na AML e no Oeste as receitas com maior peso são as de impostos diretos, respetivamente 45,5% e 34,9% do total das suas receitas municipais. Os municípios que mais influenciaram estes valores foram Cascais (65,7%), Oeiras (51,6%), Sintra (48,8%), Lisboa (48,2%), Nazaré (48,4%) e Torres Vedras (40,7%).

- Já na **Lezíria e no Médio Tejo** são as **transferências correntes** que evidenciam o maior peso de receitas, respetivamente 36,3% e 43,2%, destacando-se Alpiarça, Chamusca, Golegã, Sardoal, Mação, Vila Nova da Barquinha e Constância onde o valor das transferências correntes **ultrapassa metade das respetivas receitas**.
- O peso da 3ª maior fonte de receitas foi, no caso do conjunto de municípios da **AML e do Oeste**, a **venda de bens e serviços correntes**, respetivamente 11,2% e 11,7%. Destaque para os municípios destas NUTS III em que o peso da venda de bens e serviços correntes nas receitas totais foi **superior a 20%**: Sesimbra, Moita, Palmela, Sobral de Monte Agraço, Lourinhã, Bombarral e Arruda dos Vinhos.
- Na **Lezíria do Tejo e no Médio Tejo** a 3ª maior origem de receitas decorreu das provenientes do **saldo da gerência anterior**, respetivamente 12,3% e 9,1% do total de receitas. Realce para Coruche, onde o saldo da gerência anterior representou 38,4% das receitas totais, bem como Chamusca (19,3%), Abrantes (20,0%) e Torres Novas (11,8%).

Tabela 25 – Estrutura das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 (%)

Unidade: percentagem

Receitas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Impostos diretos	45,5	22,6	21,5	34,9	46,7	32,4	21,1	<b>41,3</b>
Impostos Indiretos	2,0	0,7	0,9	1,6	2,1	1,4	0,8	<b>1,8</b>
Taxas, multas e outras penalidades	5,0	1,0	1,8	1,4	5,1	2,5	2,1	<b>4,2</b>
Rendimentos de propriedade	2,4	2,8	4,8	5,0	2,6	3,6	2,3	<b>2,8</b>
Transferências correntes	15,4	36,3	43,2	31,0	14,7	28,9	40,4	<b>20,1</b>
Venda bens e serviços correntes	11,2	7,7	8,3	11,7	10,1	12,2	13,2	<b>10,8</b>
Outras receitas correntes	1,4	0,5	0,5	0,2	1,5	0,3	0,8	<b>1,2</b>
Venda de bens de investimento	1,2	0,1	0,1	0,5	1,3	0,2	0,5	<b>1,0</b>
Transferências de capital	1,6	5,1	7,2	5,1	1,4	4,4	6,7	<b>2,5</b>
Ativos financeiros	0,1	0,0	0,3	0,7	0,1	0,3	0,2	<b>0,1</b>
Passivos financeiros	3,1	10,5	2,0	2,5	2,8	5,7	2,0	<b>3,5</b>
Outras receitas de capital	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,7	<b>0,2</b>
Receitas não abatidas pagamentos	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	<b>0,1</b>
Saldo gerência anterior	10,7	12,3	9,1	5,3	11,3	7,9	9,2	<b>10,3</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

iv. **O peso da cobrança de impostos diretos apresenta uma linha descendente dos grandes para os pequenos municípios, que se contrapõe à linha ascendente ao nível da dependência das transferências correntes recebidas.**

- No conjunto dos municípios de **grande dimensão** o peso das receitas decorrentes dos impostos diretos é significativamente maior (46,7%), quase metade das respetivas receitas, seguindo-se as receitas decorrentes das transferências correntes (14,7%) e do saldo da gerência anterior (11,3%).
- Já no caso dos municípios de **média dimensão**, 32,4% decorrem da cobrança de impostos diretos, 28,9% das transferências correntes e 12,2% da venda de bens e serviços correntes.
- No conjunto dos municípios de **pequena dimensão** o maior peso vai para as transferências correntes (40,4%), seguindo-se a cobrança de impostos diretos (21,1%) e a venda de bens e serviços correntes (13,2%).

Tabela 26 – Composição das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Receitas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Impostos diretos	85,5	4,1	3,3	7,1	76,6	20,1	3,4	100,0
Impostos indiretos	86,7	2,9	3,2	7,2	77,9	19,4	2,7	100,0
Taxas, multas e outras penalidades	92,6	1,9	2,7	2,8	81,6	15,1	3,3	100,0
Rendimentos de propriedade	67,1	7,5	10,6	14,8	62,0	32,7	5,3	100,0
Transferências correntes	59,9	13,6	13,6	13,0	49,8	36,9	13,3	100,0
Venda bens e serviços correntes	80,7	5,3	4,8	9,1	63,1	28,8	8,0	100,0
Outras receitas correntes	92,3	3,2	2,8	1,6	88,7	7,0	4,2	100,0
Venda de bens de investimento	94,8	0,7	0,6	4,0	90,7	6,3	3,1	100,0
Transferências de capital	49,0	15,5	18,2	17,3	37,1	45,1	17,8	100,0
Ativos financeiros	40,4	1,0	12,0	46,7	40,4	47,6	12,1	100,0
Passivos financeiros	67,9	22,5	3,7	6,0	54,4	41,8	3,8	100,0
Outras receitas de capital	86,9	3,4	5,4	4,3	50,1	26,9	23,0	100,0
Receitas não abatidas pagamentos	72,5	17,5	5,8	4,2	68,2	25,5	6,4	100,0
Saldo gerência anterior	81,1	9,0	5,6	4,3	74,3	19,7	6,0	100,0
<b>Receita total</b>	<b>77,8</b>	<b>7,5</b>	<b>6,3</b>	<b>8,4</b>	<b>67,7</b>	<b>25,6</b>	<b>6,6</b>	<b>100,0</b>

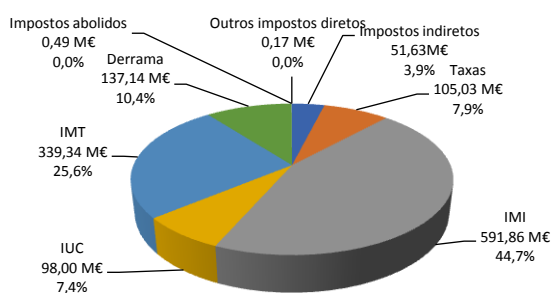
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- v. Analisando os diferentes agregados que compõem as receitas municipais voltamos a constatar a **dominância nas respetivas cobranças registada pelos municípios da AML**, formada na sua quase totalidade por municípios de grande dimensão. **Uma nota de exceção para o volume de ativos financeiros cobrados pelos municípios do Oeste (46,7% do total regional) e para o valor de transferências de capital registado pelos municípios de média dimensão, recebendo 45,1% do total da RLVT.**

### 1.2.3 Receitas fiscais

- i. Na RLVT, **quase metade das receitas municipais, 1.323,65 M€ (46,9%) decorreu da cobrança de receitas fiscais**, sendo a maior parte cobradas pelo grupo de municípios da AML (86,2%). Registou-se como principal coleta o **IMI (44,7%)**, seguindo-se o **IMT (25,6%)**, a **derrama (10,4%)**, as **taxas (7,9%)** e o **IUC (7,4%)**.

Gráfico 7 – Composição das receitas fiscais, 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- ii. Os municípios de grande dimensão apresentaram uma **receita fiscal média de 92,70 M€ (355,61 €/hab)**, sendo de **10,83 M€ (234,32 €/hab)** nos de média dimensão. Já nos municípios de pequena dimensão, em média, registou-se uma cobrança fiscal de **2,60 M€ (226,57 €/hab)**.

- iii. Em termos *per capita* destaque para os maiores registos – Lisboa, Cascais e Nazaré, em que cada habitante contribuiu, respetivamente, com 882,34 €/hab, 601,38 €/hab e 507,72 €/hab; destaque também para os menores valores, apresentados por Sardoal (106,54 €/hab), Mação (119,17 €/hab) e Salvaterra de Magos (125,86 €/hab).

Tabela 27 – Receitas fiscais por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Receitas fiscais		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Receita fiscal (M€)	Total	1.140,48	51,09	42,89	89,20	1.019,66	259,81	44,19	1.323,65
	Médio	63,36	4,64	3,90	7,43	92,70	10,83	2,60	25,45
	Máximo	445,55 Lisboa	14,81 Santarém	10,73 Ourém	21,19 Torres Vedras	445,55 Lisboa	31,52 Mafra	7,29 Nazaré	445,55 Lisboa
	Mínimo	7,26 Alcochete	0,99 Alpiarça	0,40 Sardoal	2,12 Cadaval	25,98 Vila Franca de Xira	2,71 Salvaterra de Magos	0,40 Sardoal	0,40 Sardoal
Receita fiscal <i>per capita</i> (€/hab)	Total	404,23	212,90	196,81	249,13	423,42	247,59	245,79	363,91
	Médio	334,34	197,89	189,55	258,90	355,61	234,32	226,57	257,44
	Máximo	882,34 Lisboa	286,42 Azambuja	254,56 Alcanena	507,72 Nazaré	882,34 Lisboa	392,21 Sesimbra	507,72 Nazaré	882,34 Lisboa
	Mínimo	147,88 Moita	125,86 Salvaterra de Magos	106,54 Sardoal	154,04 Cadaval	184,45 Amadora	125,86 Salvaterra de Magos	106,54 Sardoal	106,54 Sardoal
Peso da receita fiscal nas receitas totais (%)	Total	51,9%	24,1%	24,1%	37,6%	53,3%	35,9%	23,7%	46,9%
	Médio	46,8%	23,0%	21,1%	34,9%	49,4%	33,9%	22,9%	33,6%
	Máximo	78,9% Cascais	41,4% Benavente	31,7% Ourém	52,5% Nazaré	78,9% Cascais	48,4% Mafra	52,5% Nazaré	78,9% Cascais
	Mínimo	29,6% Moita	9,8% Chamusca	6,0% Sardoal	20,0% Cadaval	34,9% Vila Franca de Xira	21,7% Abrantes	6,0% Sardoal	6,0% Sardoal

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. As receitas fiscais representaram **mais de metade** das respetivas receitas em **Cascais (78,9%)**, **Lisboa (56,9%)**, **Oeiras (53,4%)**, **Sintra (53,2%)** e **Nazaré (52,5%)**.
- v. Em termos **sub-regionais destaque para o peso diferenciado deste agregado**, evidenciado pelos **municípios que as compõem**:
- Na **AML**, enquanto em Cascais 78,9% das suas receitas foram provenientes de receita fiscal, em Moita apenas 29,6% da receita total resultaram da cobrança fiscal.
  - Na sub-região da **Lezíria do Tejo** destaque para Benavente em que 41,4% das suas receitas foram de natureza fiscal, sendo que na Chamusca apenas 9,8% das suas receitas decorreram das receitas fiscais.
  - No caso do **Médio Tejo** o maior peso de receitas fiscais foi registado em Ourém (31,7%), e o menor peso ocorreu em Sardoal (6,0%), sendo este rácio também o mais baixo da RLVT.
  - No **Oeste**, 52,5% das receitas de Nazaré foram coleta fiscal, enquanto em Cadaval esse peso foi de 20,0%.
- vi. Por outro lado, a análise **por grupo de municípios** permite constatar que:
- Nos municípios de **grande dimensão** o peso da carga fiscal na receita total variou entre os 78,9% em Cascais e os 34,9% em Vila Franca de Xira.
  - Nos municípios de **média dimensão**, Mafra dependeu em 48,4% das receitas fiscais, sendo de 21,7% em Abrantes.
  - Nos municípios de **pequena dimensão**, de referir Nazaré (52,5%) e Sardoal (6,0%).

Tabela 28 – *Rankings* - Maiores valores receitas fiscais, 2016

Ranking - Receitas fiscais totais				Ranking - Receitas fiscais per capita				Ranking – Peso das receitas fiscais nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	445,55	AML	Grande	Lisboa	882,34	AML	Grande	Cascais	78,9
AML	Grande	Cascais	126,83	AML	Grande	Cascais	601,38	AML	Grande	Lisboa	56,9
AML	Grande	Sintra	91,03	O	Pequeno	Nazaré	507,72	AML	Grande	Oeiras	53,4
AML	Grande	Oeiras	75,02	AML	Grande	Oeiras	430,54	AML	Grande	Sintra	53,2
AML	Grande	Loures	53,98	O	Pequeno	Óbidos	409,39	O	Pequeno	Nazaré	52,5
AML	Grande	Seixal	46,47	AML	Médio	Sesimbra	392,21	AML	Grande	Loures	49,8
AML	Grande	Almada	45,96	AML	Médio	Mafra	381,66	AML	Pequeno	Alcochete	48,9
AML	Grande	Setúbal	42,84	AML	Pequeno	Alcochete	381,46	AML	Médio	Mafra	48,4
AML	Grande	Odivelas	33,13	AML	Grande	Setúbal	366,22	AML	Grande	Setúbal	48,0
AML	Grande	Amadora	32,86	AML	Médio	Palmela	323,79	AML	Médio	Sesimbra	46,6

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 29 – *Rankings* - Menores valores receitas fiscais, 2016

Ranking - Receitas fiscais totais				Ranking - Receitas fiscais per capita				Ranking – Peso das receitas fiscais nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
MT	Pequeno	Sardoal	0,40	MT	Pequeno	Sardoal	106,54	MT	Pequeno	Sardoal	6,0
MT	Pequeno	Mação	0,78	MT	Pequeno	Mação	119,17	MT	Pequeno	Mação	7,9
MT	Pequeno	Constância	0,92	LT	Médio	Salvaterra de Magos	125,86	LT	Pequeno	Chamusca	9,8
LT	Pequeno	Alpiarça	0,99	LT	Pequeno	Chamusca	127,85	LT	Pequeno	Coruche	10,0
LT	Pequeno	Chamusca	1,22	LT	Pequeno	Alpiarça	137,34	LT	Pequeno	Alpiarça	14,2
LT	Pequeno	Golegã	1,32	AML	Médio	Moita	147,88	MT	Pequeno	Constância	15,2
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	1,37	O	Pequeno	Cadaval	154,04	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	18,1
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1,79	LT	Pequeno	Coruche	157,69	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	18,8
O	Pequeno	Cadaval	2,12	LT	Médio	Almeirim	159,34	O	Pequeno	Cadaval	20,0
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	2,15	MT	Médio	Tomar	168,48	LT	Pequeno	Golegã	20,3

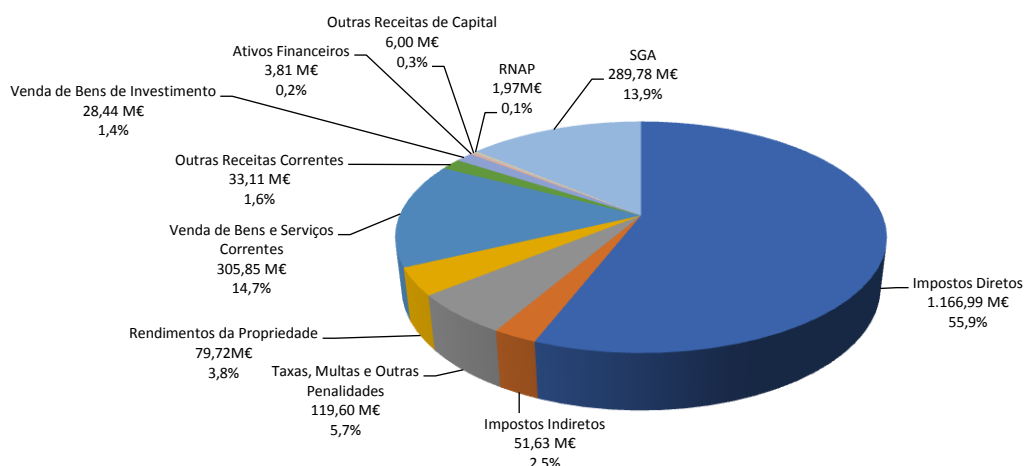
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.4 Receitas próprias

- As **receitas próprias** na RLVT ascenderam aos **2.086,88 M€**, 84,1% das quais geradas pelo grupo de municípios da AML, em especial Lisboa, o qual concentrou mais de  $\frac{1}{3}$  das receitas próprias da região (34,9%).
- Fizeram parte das receitas próprias os **impostos diretos (55,9%)**, a **venda de bens e serviços (14,7%)**, o **saldo da gerência anterior (13,9%)** e as **taxas, multas e outras penalidades (5,7%)**.
- Os municípios de grande dimensão apresentaram uma **receita própria média** de **140,94 M€** (536,02 €/hab), sendo de **18,40 M€** (408,24 €/hab) nos de média dimensão e **5,58 M€** (498,44 €/hab) nos municípios de pequena dimensão.



Gráfico 8 – Composição das receitas próprias, 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – Receitas próprias por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Receitas próprias		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Receitas próprias (M€)	<b>Total</b>	<b>1.754,66</b>	<b>101,94</b>	<b>84,54</b>	<b>145,75</b>	<b>1.550,35</b>	<b>441,70</b>	<b>94,82</b>	<b>2.086,88</b>
	<b>Médio</b>	97,48	9,27	7,69	12,15	140,94	18,40	5,58	<b>40,13</b>
	<b>Máximo</b>	728,87	23,49	17,29	29,82	728,87	51,60	16,34	<b>728,87</b>
		Lisboa	Santarém	Ourém	Torres Vedras	Lisboa	Mafra	Coruche	
Receitas próprias per capita (€/hab)	<b>Total</b>	<b>621,92</b>	<b>424,80</b>	<b>387,93</b>	<b>407,08</b>	<b>643,80</b>	<b>420,93</b>	<b>527,44</b>	<b>573,75</b>
	<b>Médio</b>	524,35	436,47	412,68	449,06	536,02	408,24	498,44	<b>464,76</b>
	<b>Máximo</b>	1.443,41	894,43	558,57	739,80	1.443,41	673,37	894,43	<b>1.443,41</b>
		Lisboa	Coruche	Constância	Óbidos	Lisboa	Sesimbra	Coruche	
Peso das receitas próprias nas receitas totais (%)	<b>Total</b>	<b>79,9%</b>	<b>48,0%</b>	<b>47,6%</b>	<b>61,4%</b>	<b>81,1%</b>	<b>61,0%</b>	<b>50,9%</b>	<b>73,9%</b>
	<b>Médio</b>	73,2%	46,7%	43,1%	60,4%	73,7%	58,8%	47,5%	<b>58,3%</b>
	<b>Máximo</b>	93,0%	69,8%	54,6%	69,1%	93,0%	80,1%	78,0%	<b>93,0%</b>
		Lisboa	Benavente	Entroncamento	Caldas da Rainha	Lisboa	Sesimbra	Alcochete	
Peso das receitas próprias nas receitas totais (%)	<b>Mínimo</b>	56,0%	34,5%	24,2%	51,5%	56,4%	40,9%	24,2%	<b>24,2%</b>
		Barreiro	Golegã	Sardoal	Cadaval	Amadora	Almeirim	Sardoal	

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

iv. Analisando o peso que as receitas próprias registaram no total de receitas municipais, realce:

- Em **75% dos municípios da RLVT (39 municípios)** o peso foi superior a 50%.
- Ao nível das **sub-regiões** especial destaque para o peso das receitas próprias registado por Lisboa (93,0%) na AML, Benavente (69,8%) na Lezíria do Tejo, Entroncamento (54,6%) no Médio Tejo e Caldas da Rainha (69,1%) na sub-região do Oeste.
- Considerando a **dimensão dos municípios** os maiores pesos foram registados por Lisboa (93,0%), Sesimbra (80,1%) e Alcochete (78,0%), respetivamente municípios de grande, média e pequena dimensão. O

menor peso de receitas próprias face às receitas totais foi evidenciado em Amadora (56,4%), de grande dimensão, Almeirim (40,9%), município de média dimensão, e Sardoal (24,2%), município de pequena dimensão e também último no *ranking* regional.

- v. **Em termos *per capita*** o maior valor foi registado por Lisboa, contribuindo cada habitante com 1.443,41 €/hab de receitas próprias. Já o menor valor constatou-se em Amadora, com 249,43 €/hab.

**Tabela 31 – Rankings - Maiores valores de receitas próprias, 2016**

Ranking - Receitas próprias totais				Ranking - Receitas próprias per capita				Ranking – Peso das receitas próprias nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	728,87	AML	Grande	Lisboa	1.443,41	AML	Grande	Lisboa	93,0
AML	Grande	Cascais	136,15	LT	Pequeno	Coruche	894,43	AML	Grande	Cascais	84,7
AML	Grande	Sintra	121,20	O	Pequeno	Óbidos	739,80	AML	Grande	Almada	81,6
AML	Grande	Oeiras	111,59	AML	Médio	Sesimbra	673,37	AML	Médio	Sesimbra	80,1
AML	Grande	Almada	86,07	AML	Grande	Cascais	645,59	AML	Grande	Oeiras	79,4
AML	Grande	Seixal	80,30	AML	Grande	Oeiras	640,41	AML	Médio	Mafra	79,2
AML	Grande	Loures	73,33	AML	Médio	Mafra	624,83	AML	Médio	Palmela	79,1
AML	Grande	Setúbal	63,80	AML	Pequeno	Alcochete	608,40	AML	Pequeno	Alcochete	78,0
AML	Grande	Vila Franca de Xira	55,25	O	Pequeno	Nazaré	576,16	AML	Grande	Vila Franca de Xira	74,2
AML	Médio	Mafra	51,60	AML	Médio	Palmela	563,15	AML	Grande	Setúbal	71,4

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 32 – Rankings - Menores valores de receitas próprias, 2016**

Ranking - Receitas próprias totais				Ranking - Receitas próprias per capita				Ranking – Peso das receitas próprias nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
MT	Pequeno	Sardoal	1,62	AML	Grande	Amadora	249,43	MT	Pequeno	Sardoal	24,2
MT	Pequeno	Constância	2,23	LT	Médio	Salvaterra de Magos	262,49	MT	Pequeno	Mação	26,9
LT	Pequeno	Golegã	2,24	LT	Médio	Almeirim	268,40	LT	Pequeno	Golegã	34,5
LT	Pequeno	Alpiarça	2,53	LT	Médio	Cartaxo	309,38	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	35,3
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	2,58	O	Médio	Alenquer	312,58	LT	Pequeno	Alpiarça	36,4
MT	Pequeno	Mação	2,69	AML	Grande	Sintra	315,67	MT	Pequeno	Constância	37,0
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	4,36	AML	Grande	Odivelas	316,27	LT	Pequeno	Chamusca	40,1
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	4,88	AML	Médio	Moita	322,83	LT	Médio	Almeirim	40,9
LT	Pequeno	Chamusca	4,97	MT	Médio	Tomar	323,95	LT	Médio	Cartaxo	41,2
O	Pequeno	Bombarral	5,03	MT	Médio	Entroncamento	334,78	LT	Médio	Santarém	42,4

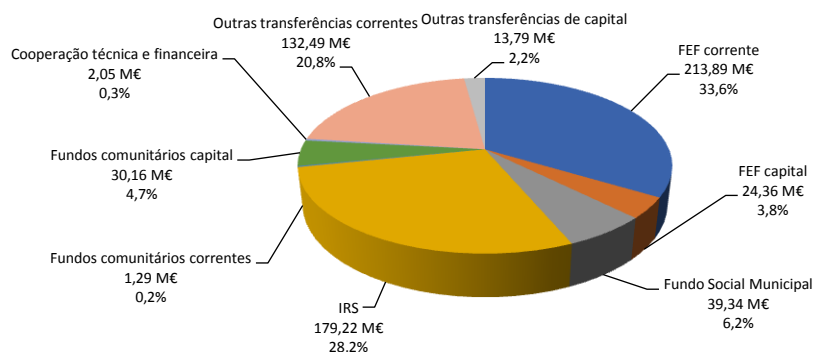
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 1.2.5 Transferências

- As transferências recebidas pelos municípios da RLVT ascenderam aos 636,58 M€, sendo 89,0% de natureza corrente.
- A maior parte das transferências foram recebidas do Estado, em especial através do FEF corrente (33,6%), IRS (28,2%), Fundo Social Municipal (6,2%) e FEF de capital (3,8%). As transferências provenientes dos fundos comunitários constituíram-se maioritariamente de capital (4,7%), sendo que apenas 0,2% foram de natureza corrente.
- Em termos médios, atendendo à dimensão dos municípios:
  - Os municípios de grande, média e pequena dimensão, receberam de transferências, 27,99 M€, 10,03 M€ e 5,17 M€, respetivamente.
  - O seu peso médio relativamente ao total de receitas foi de 22,5% nos grandes municípios, 36,3% nos médios municípios e 49,9% nos pequenos municípios.

- iv. Assim, embora o volume de transferências desça dos grandes para os pequenos municípios, a importância que estas receitas tiveram foi maior nos pequenos municípios, descendo com o aumento da dimensão dos mesmos.

Gráfico 9 – Composição das transferências, 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 33 – Transferências recebidas por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Transferências	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT		
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno			
Transferências (M€)	<b>Total</b>	<b>373,36</b>	<b>88,06</b>	<b>89,57</b>	<b>85,59</b>	<b>307,94</b>	<b>240,76</b>	<b>87,88</b>	<b>636,58</b>	
	<b>Médio</b>	20,74	8,00	8,14	7,13	27,99	10,03	5,17	<b>12,24</b>	
	<b>Máximo</b>	49,83	18,26	15,02	15,55	49,83	18,26	12,46	<b>49,83</b>	
		Sintra	Santarém	Ourém	Torres Vedras	Sintra	Santarém	Coruche	Sintra	
Transferências <i>per capita</i> (€/hab)	<b>Mínimo</b>	3,26	3,66	3,79	3,54	15,51	5,27	3,26	<b>3,26</b>	
		Alcochete	Golegã	Constância	Sobral de Monte Agraço	Setúbal	Entroncamento	Alcochete	Alcochete	
	<b>Total</b>	<b>132,33</b>	<b>366,95</b>	<b>411,03</b>	<b>239,06</b>	<b>127,87</b>	<b>229,44</b>	<b>488,84</b>	<b>175,02</b>	
	<b>Médio</b>	143,34	439,26	596,60	277,60	133,57	251,82	576,04	<b>332,80</b>	
Peso das transferências nas receitas totais (%)	<b>Máximo</b>	192,44	780,58	1.173,43	374,39	192,44	425,35	1.173,43	<b>1.173,43</b>	
		Amadora	Chamusca	Sardoal	Cadaval	Amadora	Rio Maior	Sardoal	Sardoal	
	<b>Mínimo</b>	93,94	177,08	253,56	166,93	93,94	134,08	171,27	<b>93,94</b>	
		Lisboa	Benavente	Entroncamento	Caldas da Rainha	Lisboa	Sesimbra	Alcochete	Lisboa	
Peso das transferências nas receitas totais (%)	<b>Total</b>	<b>17,0%</b>	<b>41,5%</b>	<b>50,4%</b>	<b>36,1%</b>	<b>16,1%</b>	<b>33,3%</b>	<b>47,1%</b>	<b>22,6%</b>	
	<b>Médio</b>	23,1%	45,7%	54,4%	37,5%	22,5%	36,3%	49,9%	<b>37,8%</b>	
	<b>Máximo</b>	43,6%	59,9%	68,0%	48,5%	43,6%	57,5%	68,0%	<b>68,0%</b>	
		Amadora	Chamusca	Mação	Cadaval	Amadora	Almeirim	Mação	Mação	
Peso das transferências nas receitas totais (%)	<b>Mínimo</b>	6,1%	29,7%	41,4%	30,9%	6,1%	15,9%	22,0%	<b>6,1%</b>	
		Lisboa	Benavente	Entroncamento	Caldas da Rainha	Lisboa	Sesimbra	Alcochete	Lisboa	

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- v. Em valores absolutos Sintra recebeu o maior volume de transferências (49,83 M€), tendo Alcochete recebido 3,26 M€.
- vi. Já em termos *per capita* máximo valor registado em Sardoal (1.173,43 €/hab) e mínimo em Lisboa (93,94 €/hab).
- vii. Analisando o peso que as transferências tiveram, à escala sub-regional, destaca-se o seguinte:
- Na AML, Amadora dependeu em 43,6% das transferências recebidas (atente-se que neste Município o peso do passivo financeiro e saldo da gerência anterior é nulo), sendo que em Lisboa o peso deste agregado foi apenas de 6,1% (último lugar no ranking regional).

- Em Chamusca, na Lezíria do Tejo, 59,9% das suas receitas decorreram das transferências recebidas (51,3% correntes e 8,6% de capital), enquanto em Benavente esse peso foi de 29,7%.
- Já no Médio Tejo o peso das transferências recebidas variou entre 68,0% em Mação, primeiro lugar no *ranking* regional (58,5% correntes e 9,5% de capital) e 41,4% em Entroncamento (34,4% correntes e 7,0% de capital).
- No Oeste, em Cadaval, 48,5% das suas receitas foram transferências (incluindo 5,3% de capital), sendo de 30,9% em Caldas da Rainha (26,3% correntes e 4,6% de capital).

Tabela 34 – *Rankings* - Maiores valores de transferências municipais, 2016

Ranking - Transferências totais				Ranking - Transferências per capita				Ranking – Peso das transferências nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Sintra	49,83	MT	Pequeno	Sardoal	1.173,43	MT	Pequeno	Mação	68,0
AML	Grande	Lisboa	47,44	MT	Pequeno	Mação	1.030,39	MT	Pequeno	Sardoal	66,5
AML	Grande	Amadora	34,29	MT	Pequeno	Constância	950,07	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	64,7
AML	Grande	Loures	30,38	LT	Pequeno	Chamusca	780,58	MT	Pequeno	Constância	63,0
AML	Grande	Oeiras	28,89	LT	Pequeno	Coruche	681,70	LT	Pequeno	Chamusca	59,9
AML	Grande	Cascais	24,10	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	675,78	LT	Médio	Almeirim	57,5
AML	Grande	Odivelas	21,84	LT	Pequeno	Golegã	664,52	LT	Pequeno	Alpiarça	56,4
AML	Grande	Almada	19,27	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	646,83	LT	Pequeno	Golegã	56,3
AML	Grande	Vila Franca de Xira	19,08	LT	Pequeno	Alpiarça	544,15	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	55,7
LT	Médio	Santarém	18,26	MT	Pequeno	Alcanena	450,00	MT	Pequeno	Alcanena	51,3

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 35 – *Rankings* - Menores valores de transferências municipais, 2016

Ranking - Transferências totais				Ranking - Transferências per capita				Ranking – Peso das transferências nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Pequeno	Alcochete	3,26	AML	Grande	Lisboa	93,94	AML	Grande	Lisboa	6,1
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	3,54	AML	Grande	Seixal	104,82	AML	Grande	Seixal	13,4
LT	Pequeno	Golegã	3,66	AML	Grande	Almada	113,82	AML	Grande	Cascais	15,0
MT	Pequeno	Constância	3,79	AML	Grande	Cascais	114,29	AML	Médio	Sesimbra	15,9
LT	Pequeno	Alpiarça	3,92	AML	Grande	Sintra	129,78	AML	Grande	Setúbal	17,4
O	Pequeno	Bombarral	3,97	AML	Grande	Setúbal	132,56	AML	Grande	Almada	18,3
O	Pequeno	Óbidos	4,12	AML	Médio	Sesimbra	134,08	AML	Grande	Oeiras	20,6
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	4,25	AML	Grande	Vila Franca de Xira	135,49	AML	Médio	Mafra	20,8
MT	Pequeno	Sardoal	4,45	AML	Grande	Odivelas	139,93	AML	Médio	Palmela	20,9
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	4,73	AML	Grande	Loures	146,37	AML	Pequeno	Alcochete	22,0

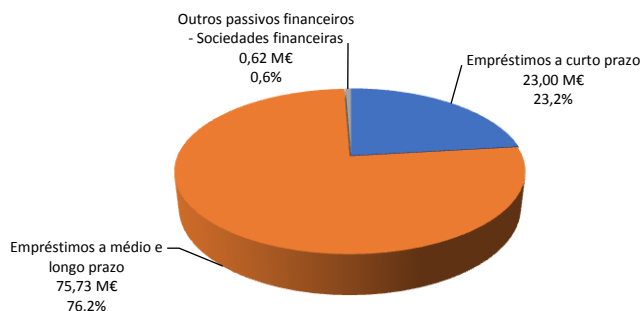
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.6 Passivos financeiros

- Em 2016, 29 municípios da RLVT recorreram a empréstimos no montante total de **99,36 M€**. A maior parte respeitou a empréstimos bancários de **médio e longo prazo (76,2%)**, sendo o peso de empréstimos de **curto prazo de 23,2%** e o de outros passivos financeiros junto de **sociedades financeiras de 0,6%**.
- O maior volume de recurso ao crédito em 2016 foi registado em **Seixal**, valor de **31,30 M€** correspondente a quase  $\frac{1}{3}$  do total regional, seguindo-se **Santarém** com **13,70 M€**, ambos recorrendo a **empréstimos de longo e médio prazo** que representaram **cerca de  $\frac{1}{4}$  das suas receitas totais**.
- Destaque também para as seguintes situações:
  - **Barreiro** – com recurso ao crédito em **11,65 M€** (21,7% do total das receitas), sendo **1,1 M€** de curto prazo.
  - **Setúbal** – contratualizou empréstimo de curto prazo de **10,00 M€**, correspondente a 11,2% nas suas receitas.
  - **Cartaxo** – recorreu a empréstimo de médio e longo prazo de **3,28 M€**, correspondendo a 18,2% das suas receitas.

- iv. Durante 2016, **23 municípios não tiveram quaisquer receitas provenientes do recurso ao crédito**, sendo 10 de pequena dimensão, 9 de média dimensão e 4 de grande dimensão (ver Tabela).

**Gráfico 10 – Composição dos passivos financeiros, 2016**



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 36 – Passivos financeiros (novos empréstimos) por NUTS III e grupos de municípios, 2016**

Passivos financeiros	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT	
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno		
<b>Passivos financeiros (M€)</b>	<b>Total</b>	<b>67,43</b>	<b>22,36</b>	<b>3,64</b>	<b>5,93</b>	<b>54,07</b>	<b>41,54</b>	<b>3,75</b>	<b>99,36</b>
	Médio	3,75	2,03	0,33	0,49	4,92	1,73	0,22	1,91
	Máximo	31,30 Seixal	13,70 Santarém	1,50 Ourém	2,50 Torres Vedras	31,30 Seixal	13,70 Santarém	0,62 Sardoal	<b>31,30</b> Seixal
	Mínimo	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	<b>0,00</b> (ver lista)
<b>Passivos financeiros per capita (€/hab)</b>	<b>Total</b>	<b>23,90</b>	<b>93,16</b>	<b>16,70</b>	<b>16,56</b>	<b>22,45</b>	<b>39,58</b>	<b>20,87</b>	<b>27,32</b>
	Médio	27,95	67,72	30,65	15,26	28,73	38,51	31,06	34,01
	Máximo	189,53 Seixal	235,26 Santarém	163,95 Sardoal	41,81 Nazaré	189,53 Seixal	235,26 Santarém	163,95 Sardoal	<b>235,26</b> Santarém
	Mínimo	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	0,00 (ver lista)	<b>0,00</b> (ver lista)
<b>Peso dos passivos financeiros nas receitas totais (%)</b>	<b>Total</b>	<b>3,1%</b>	<b>10,5%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,8%</b>	<b>5,7%</b>	<b>2,0%</b>	<b>3,5%</b>
	Médio	3,7%	7,5%	2,5%	2,1%	3,8%	4,9%	2,5%	3,9%
	Máximo	24,3% Seixal	24,7% Santarém	9,3% Sardoal	5,2% Torres Vedras	24,3% Seixal	24,7% Santarém	9,3% Sardoal	<b>24,7%</b> Santarém
	Mínimo	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	0,0% (ver lista)	<b>0,0%</b> (ver lista)

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 37 – Rankings - Receitas de passivos financeiros, 2016**

Ranking – Passivos financeiros				Ranking – Passivos financeiros per capita				Ranking – Peso passivos financeiros nas receitas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Seixal	31,30	LT	Médio	Santarém	235,26	LT	Médio	Santarém	24,7
LT	Médio	Santarém	13,70	AML	Grande	Seixal	189,53	AML	Grande	Seixal	24,3
AML	Médio	Barreiro	11,65	MT	Pequeno	Sardoal	163,95	AML	Médio	Barreiro	21,7
AML	Grande	Setúbal	10,00	AML	Médio	Barreiro	153,35	LT	Médio	Cartaxo	18,2
AML	Grande	Lisboa	7,32	LT	Médio	Cartaxo	136,95	LT	Médio	Azambuja	13,2
AML	Grande	Loures	4,72	LT	Médio	Azambuja	115,86	AML	Grande	Setúbal	11,2
LT	Médio	Cartaxo	3,28	LT	Pequeno	Golegã	108,91	MT	Pequeno	Sardoal	9,3
LT	Médio	Azambuja	2,58	AML	Grande	Setúbal	85,49	LT	Pequeno	Golegã	9,2
O	Médio	Torres Vedras	2,50	MT	Pequeno	Mação	76,83	LT	Pequeno	Alpiarça	7,2
AML	Médio	Sesimbra	1,72	LT	Pequeno	Alpiarça	69,36	O	Médio	Torres Vedras	5,2

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 38 – Municípios sem receitas de passivos financeiros, 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios
MT	Médio	Abrantes
O	Médio	Alcobaça
AML	Pequeno	Alcochete
AML	Grande	Amadora
O	Pequeno	Bombarral
O	Pequeno	Cadaval
O	Médio	Caldas da Rainha
LT	Pequeno	Chamusca
MT	Pequeno	Constância
LT	Pequeno	Coruche
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere
AML	Médio	Mafra
AML	Médio	Moita
AML	Médio	Montijo
O	Pequeno	Óbidos
AML	Grande	Odivelas
AML	Grande	Oeiras
AML	Médio	Palmela
AML	Grande	Sintra
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço
MT	Médio	Tomar
MT	Médio	Torres Novas
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2 DESPESA MUNICIPAL

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou o classificador económico das despesas para todo o sector da administração. As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agrupamentos económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte:

**Tabela 39 - Classificação das despesas**

Despesa Corrente	Despesas de Capital	Outras Despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extraorçamentais
02- Aquisição de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos financeiros	
05- Subsídios	11- Outras despesas de capital	
06- Outras despesas correntes		

### 2.1 Análise evolutiva da despesa municipal, no período 2012-2016

#### 2.1.1 Despesa total

- i. As finanças dos municípios da RLVT, entre os anos de 2012 e 2016, apresentam uma situação financeira diversificada, em matéria de despesas. **As despesas totais municipais em 2016 atingiram os 2.499,80 M€, registando valores inferiores aos de 2012, ano em que as despesas municipais ascenderam aos 2.622,22 M€, refletindo, em termos agregados na região, uma contenção de despesas municipais.**
- ii. De uma forma geral, excetuando a Lezíria do Tejo, na qual as despesas apresentam uma variação de +7,0%, muito devido ao aumento das despesas com o serviço de dívida, **as sub-regiões tiveram, em 2016, totais de despesas inferiores às de 2012** – variações de -18,0%, -5,9% e -4,3% no Médio Tejo, Oeste e AML, respetivamente.
- iii. A tendência evolutiva das despesas teve por principal suporte a **dinâmica empreendida pelos municípios de grande dimensão**, ocorrendo, apesar dos sucessivos acréscimos e quedas de despesas, uma maior estabilidade ao nível dos municípios de média e pequena dimensão. Ainda assim, **a despesa municipal em 2016, por grupos de municípios, apresentou sempre valores inferiores aos de 2012.**
- iv. Ao nível municipal constata-se que em **22 dos 52 municípios da RLVT as despesas pagas em 2016 foram maiores** que as registadas em **2012**, situação muito associada ao aumento de despesas com o serviço de dívida.

**Tabela 40 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Despesas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	2.034,83	1.719,50	1.804,15	1.767,38	1.947,72	10,2	-4,3
Lezíria do Tejo	169,83	198,30	182,70	165,68	181,73	9,7	7,0
Médio Tejo	187,80	184,77	164,47	172,51	154,07	-10,7	-18,0
Oeste	229,75	233,83	221,87	244,55	216,27	-11,6	-5,9
<b>RLVT</b>	<b>2.622,22</b>	<b>2.336,40</b>	<b>2.373,19</b>	<b>2.350,11</b>	<b>2.499,80</b>	<b>6,4</b>	<b>-4,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 41 – Evolução da despesa municipal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

Despesas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	1.793,17	1.455,36	1.563,52	1.527,82	1.687,73	10,5	-5,9
Médio	651,64	698,34	647,70	638,86	651,13	1,9	-0,1
Pequeno	177,42	182,70	161,97	183,44	160,93	-12,3	-9,3
<b>RLVT</b>	<b>2.622,22</b>	<b>2.336,40</b>	<b>2.373,19</b>	<b>2.350,11</b>	<b>2.499,80</b>	<b>6,4</b>	<b>-4,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

v. Considerando a evolução das despesas municipais, entre os anos de 2015 e 2016, regista-se uma taxa de crescimento regional de +6,4%. De referir ainda que:

- **Apenas os municípios de pequena dimensão apresentaram queda de despesas** (-12,3%), subindo estas +10,5% nos grandes municípios e +1,9% nos médios municípios.
- O acréscimo de despesas na região deveu-se em grande parte à gestão municipal empreendida nos municípios da AML (+10,2%) e da Lezíria do Tejo (+9,7%). O aumento das despesas nestas sub-regiões foi superior à queda nas despesas registada nos grupos de municípios do Médio Tejo (-10,7%) e do Oeste (-11,6%).
- Os **maiores aumentos de despesa**, em termos relativos, foram registados em Seixal (+48,3%), Santarém (+41,0%) e Barreiro (+32,6%), essencialmente devidos ao peso significativo das despesas com passivos financeiros. Pelo contrário, as **maiores diminuições** tiveram lugar em Alcanena (-49,9%) e Nazaré (-42,1%), desta vez devido à diminuição dos seus passivos financeiros.

Tabela 42 – Ranking - Variação das despesas totais, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
AML	Grande	Seixal	75,64	112,20	48,3
LT	Médio	Santarém	35,02	49,39	41,0
AML	Médio	Barreiro	38,13	50,57	32,6
LT	Pequeno	Alpiarça	5,57	6,94	24,7
LT	Médio	Azambuja	14,36	17,01	18,4
AML	Grande	Lisboa	597,78	686,60	14,9
AML	Grande	Setúbal	77,65	88,12	13,5
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	9,68	10,97	13,3
AML	Médio	Mafra	50,93	55,93	9,8
LT	Médio	Salvaterra de Magos	10,08	11,03	9,4

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

vi. Analisando a evolução das despesas, entre 2012 e 2016, por natureza económica, verifica-se:

- **Uma tendência, sempre crescente, de crescimento das despesas correntes**, principalmente suportada no crescimento das despesas com o pessoal (+9,0%), transferências correntes (+14,0%), e aquisição de bens e serviços correntes (+14,7%).
- **Uma tendência, sempre decrescente, das despesas de capital**, principalmente devido à diminuição da aquisição de bens de capital e amortização de empréstimos, **à exceção de 2016, onde se registou um aumento das despesas de capital, essencialmente suportado no acréscimo significativo do investimento direto e indireto e das despesas com passivos financeiros**. Ainda assim, à exceção das transferências de capital e ativos financeiros, todos os restantes agregados apresentam despesas em 2016 inferiores às de 2012.

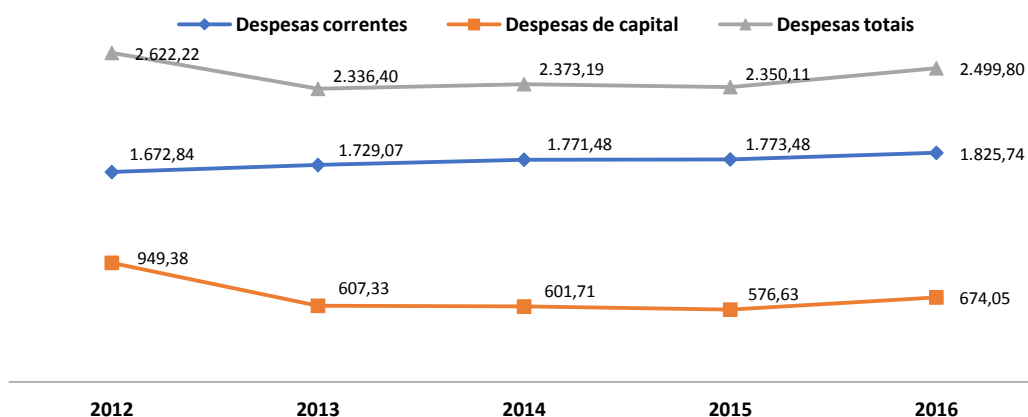


Tabela 43 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016

Despesas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Despesas com o pessoal	743,61	809,31	791,13	793,62	810,63	2,1	9,0
Aquisição de bens e serviços	604,37	629,15	684,13	673,03	693,47	3,0	14,7
Juros e outros encargos	44,54	33,36	33,33	31,89	23,40	-26,6	-47,5
Transferências correntes	203,03	189,13	202,74	219,53	231,37	5,4	14,0
Subsídios	43,85	37,18	28,23	24,10	20,04	-16,8	-54,3
Outras despesas correntes	33,44	30,95	31,93	31,31	46,83	49,6	40,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.672,84</b>	<b>1.729,07</b>	<b>1.771,48</b>	<b>1.773,48</b>	<b>1.825,74</b>	<b>2,9</b>	<b>9,1</b>
Aquisição bens de capital	341,26	339,26	285,98	282,28	332,76	17,9	-2,5
Transferências de capital	59,80	55,20	62,02	54,05	78,78	45,7	31,7
Ativos financeiros	1,18	0,43	0,76	18,01	16,52	-8,3	1295,9
Passivos financeiros	501,97	199,09	237,46	210,54	239,74	13,9	-52,2
Outras despesas de capital	45,16	13,35	15,49	11,75	6,26	-46,7	-86,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>949,38</b>	<b>607,33</b>	<b>601,71</b>	<b>576,63</b>	<b>674,05</b>	<b>16,9</b>	<b>-29,0</b>
<b>Despesas totais</b>	<b>2.622,22</b>	<b>2.336,40</b>	<b>2.373,19</b>	<b>2.350,11</b>	<b>2.499,80</b>	<b>6,4</b>	<b>-4,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 11 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

vii. Da análise da estrutura das despesas municipais entre 2012 e 2016, atendendo aos seus principais agregados, evidencia-se o seguinte:

- **Crescimento do peso das despesas com o pessoal e da aquisição de bens e serviços** ao longo dos primeiros 4 anos, ocorrendo uma ligeira quebra desses rácios em 2016, ainda assim apresentando registos superiores aos de 2012. No caso das despesas com o pessoal evoluíram de um peso de 28,4% para 32,4%, entre 2012 e 2016, enquanto o peso das despesas com a aquisição de bens e serviços cresceu de 23,0% para 27,7%, no mesmo período.
- **O peso de transferências correntes e subsídios atribuídos apresentou uma ligeira tendência de crescimento**, registando um peso de 9,4% em 2012 e 10,1% em 2016, consequência essencialmente do crescimento das transferências correntes.
- **O peso das despesas com o serviço de dívida diminuiu** de 20,8% em 2012 desceu para 10,5% em 2016, com especial e significativo decréscimo em 2016, por conta da diminuição do serviço de dívida em Lisboa.

- Há uma **tendência genérica de subida do peso do investimento direto e indireto**, o qual em 2012 era de 15,3% e em 2016 atingiu os 16,5%.

**Tabela 44 – Evolução do peso das despesas municipais, por natureza económica, entre 2012 e 2016**

Despesas municipais	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: percentagem	
						Variação	
						2015-2016	2012-2016
Despesas com o pessoal	28,4	34,6	33,3	33,8	32,4	-4,0	14,4
Aquisição de bens e serviços	23,0	26,9	28,8	28,6	27,7	-3,1	20,4
Juros e outros encargos	1,7	1,4	1,4	1,4	0,9	-31,0	-44,9
Transferências correntes	7,7	8,1	8,5	9,3	9,3	-0,9	19,5
Subsídios	1,7	1,6	1,2	1,0	0,8	-21,8	-52,1
Outras despesas correntes	1,3	1,3	1,3	1,3	1,9	40,6	46,9
<b>Despesas correntes</b>	<b>63,8</b>	<b>74,0</b>	<b>74,6</b>	<b>75,5</b>	<b>73,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>14,5</b>
Aquisição bens de capital	13,0	14,5	12,1	12,0	13,3	10,8	2,3
Transferências de capital	2,3	2,4	2,6	2,3	3,2	37,0	38,2
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,8	0,7	-13,8	1364,2
Passivos financeiros	19,1	8,5	10,0	9,0	9,6	7,1	-49,9
Outras despesas de capital	1,7	0,6	0,7	0,5	0,3	-49,9	-85,5
<b>Despesas de capital</b>	<b>36,2</b>	<b>26,0</b>	<b>25,4</b>	<b>24,5</b>	<b>27,0</b>	<b>9,9</b>	<b>-25,5</b>
<b>Despesas totais</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

viii. Em matéria de **valores médios das despesas pagas por município na RLVT**, é de referir o seguinte:

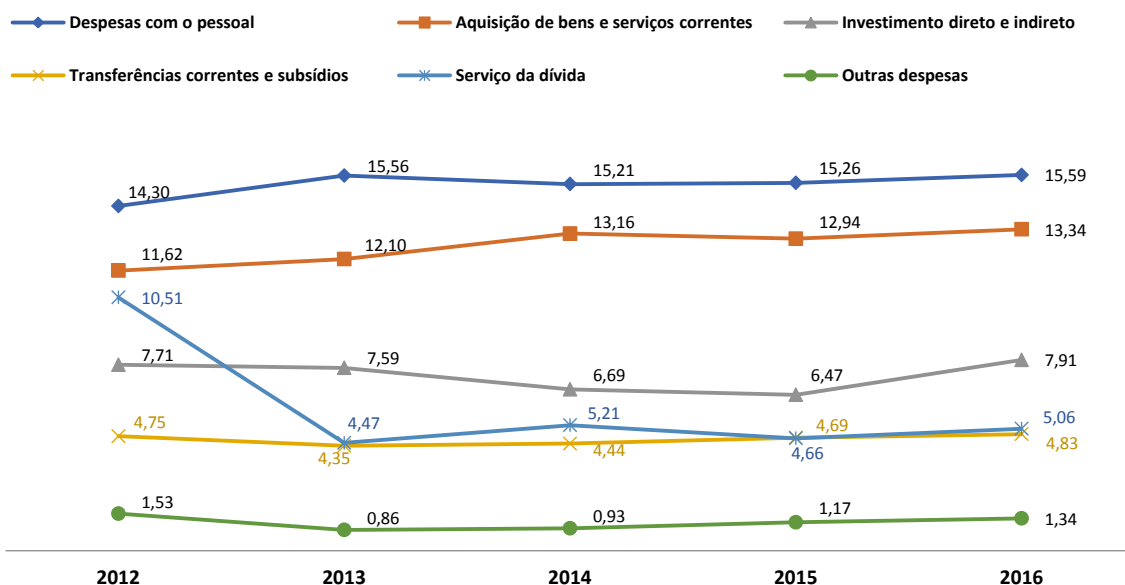
- A média regional diminuiu de **50,43 M€**, em 2012, para **48,07 M€** em 2016.
- A **tendência crescente da média das despesas com o pessoal**, de **14,30 M€** em 2012 evoluiu para **15,59 M€** em 2016, e da média **das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes**, de **11,62 M€** em 2012 evoluiu para **13,34 M€** em 2016.
- **Os anos de 2012 e 2016 são anos de pico para o agregado de transferências correntes e subsídios** – médias de **4,75 M€** em 2012 e **4,83 M€** em 2016, e **para o investimento direto e indireto** – médias de **7,71 M€** em 2012 e **7,91 M€** em 2016, já que nos anos intercalares houve uma descida destas despesas.
- **Tendência alternativa de crescimento e queda nas despesas com o serviço de dívida, entre 2013 e 2016**, com valores médios rondando os **5 M€**. Conforme já foi referido, 2012 foi um ano excecional de despesas com o passivo financeiro devido às amortizações efetuadas por Lisboa.

**Tabela 45 – Evolução da despesa municipal (valores médios), entre 2012 e 2016**

Despesas municipais (valores médios)	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Despesas com o pessoal	14,30	15,56	15,21	15,26	15,59	2,1	9,0
Aquisição de bens e serviços	11,62	12,10	13,16	12,94	13,34	3,0	14,7
Investimento direto e indireto	7,71	7,59	6,69	6,47	7,91	22,4	2,6
Transferências correntes e subsídios	4,75	4,35	4,44	4,69	4,83	3,2	1,8
Serviço da dívida	10,51	4,47	5,21	4,66	5,06	8,5	-51,9
Outras despesas	1,53	0,86	0,93	1,17	1,34	14,0	-12,8
<b>Despesas totais</b>	<b>50,43</b>	<b>44,93</b>	<b>45,64</b>	<b>45,19</b>	<b>48,07</b>	<b>6,4</b>	<b>-4,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 12 – Evolução da despesa municipal (valores médios), entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.2 Despesas com o pessoal

- As despesas com o pessoal cresceram durante o período em análise – em 2012 foram de 743,61 M€, aumentando para 810,63 M€ em 2016, correspondente a uma variação de +9,0%, subida registada em todas as sub-regiões.
- Em termos médios, as despesas com o pessoal evoluíram de 14,30 M€ em 2012, para gastos de 15,59 M€ em 2016.
- O peso das despesas com o pessoal no total das despesas evoluiu de 28,4% em 2012 para 32,4% em 2016, registando-se um pico de 34,6% em 2013.

Tabela 46 – Evolução das despesas com o pessoal, por NUTS III, entre 2012 e 2016

Despesas com o pessoal	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						Área Metropolitana de Lisboa	575,21
Lezíria do Tejo	55,91	59,74	58,88	58,36	57,87	-0,8	3,5
Médio Tejo	48,87	53,41	51,98	51,22	50,80	-0,8	4,0
Oeste	63,63	68,19	66,45	66,79	65,48	-2,0	2,9
<b>RLVT</b>	<b>743,61</b>	<b>809,31</b>	<b>791,13</b>	<b>793,62</b>	<b>810,63</b>	<b>2,1</b>	<b>9,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 47 – Evolução das despesas com o pessoal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

Despesas com o pessoal	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
						Grande	483,82
Médio	202,82	223,47	216,30	215,06	215,47	0,2	6,2
Pequeno	56,98	59,80	57,92	57,23	56,29	-1,7	-1,2
<b>RLVT</b>	<b>743,61</b>	<b>809,31</b>	<b>791,13</b>	<b>793,62</b>	<b>810,63</b>	<b>2,1</b>	<b>9,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

iv. Analisando a tendência evolutiva das despesas com o pessoal ao nível municipal, **entre 2015 e 2016**, constata-se o seguinte:

- **Os maiores aumentos** registaram-se em Oeiras (+17,2%), Cascais (+15,8%) e Amadora (+5,8%), com **forte repercussão no aumento destas despesas** ao nível regional (+2,1%), e em particular da AML (+3,1%).
- Já nas **restantes sub-regiões houve uma descida**, com destaque para Nazaré (-18,9%), Almeirim (-9,4%), Vila Nova da Barquinha (-7,7%), Torres Vedras (-7,1%), Bombarral (-4,7%) e Tomar (-4,6%).
- Neste período houve **21 municípios da RLVT que diminuíram as suas despesas com o pessoal**.

**Tabela 48 – Ranking - Variação de despesas com o pessoal, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
AML	Grande	Oeiras	34,65	40,59	17,2
AML	Grande	Cascais	32,33	37,45	15,8
AML	Grande	Amadora	27,25	28,82	5,8
MT	Pequeno	Sardoal	2,71	2,86	5,5
O	Médio	Lourinhã	5,78	6,07	5,1
LT	Pequeno	Alpiarça	2,62	2,72	3,8
AML	Grande	Almada	29,83	30,94	3,7
MT	Pequeno	Constância	1,88	1,95	3,7
AML	Grande	Sintra	47,47	49,12	3,5
AML	Médio	Barreiro	14,24	14,71	3,3

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.3 Aquisição de bens e serviços correntes

i. Os últimos **5 anos de gestão municipal evidenciaram também o crescimento genérico das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes**, sendo os anos de acréscimo os de 2013, 2014 e 2016. Estas despesas evoluíram de **604,37 M€ (2012)** para **693,47 M€ (2016)**, destacando-se:

- **A influência da linha evolutiva apurada nos municípios da AML (+21,2%)**, entre 2012 e 2016, a qual domina nas tendências regionais, formada maioritariamente por municípios de grande dimensão – variação apresentada em Seixal (+101,9%), Setúbal (+65,9%), Cascais (+46,5%) e Lisboa (+38,1%), a par da variação, também positiva, revelada pelos municípios da **Lezíria do Tejo (+9,3%)**, em especial Golegã (+49,1%) e Rio Maior (+27,7%).
- Nos municípios do **Médio Tejo e do Oeste as despesas com aquisição de bens e serviços correntes em 2016 foram inferiores às de 2012**, refletindo uma variação negativa de -7,0% e de -5,0%, respetivamente, com particular impacto em Tomar (-24,3%) e Alcobaça (-33,1%).
- Em **2015 ocorreu uma queda generalizada** destas despesas em todas as sub-regiões, contrariada em **2016**, à exceção do conjunto de municípios do Médio Tejo, onde estas despesas diminuíram também no último exercício.

ii. **A média anual verificada com os gastos na aquisição de bens e serviços correntes foi de 11,62 M€ em 2012 e 13,34 M€ em 2016**, evidenciando-se um crescimento contínuo do valor médio das despesas, o qual não se verificou apenas em 2015. No mesmo período, o valor médio destas despesas na região aumentou +14,7%, sendo a variação entre 2015 e 2016 menos significativa (+3,0%).

- iii. O peso das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes no total das despesas evoluiu de 23,0% em 2012 para 27,7% em 2016, registando-se um pico de 28,8% em 2014.

Tabela 49 – Evolução das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, por NUTS III, entre 2012 e 2016

Aquisição de bens e serviços correntes	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	436,17	440,96	514,42	512,20	528,51	3,2	21,2
Lezíria do Tejo	43,25	55,87	48,47	45,29	47,26	4,3	9,3
Médio Tejo	49,77	58,23	49,22	46,73	46,28	-1,0	-7,0
Oeste	75,17	74,08	72,02	68,81	71,42	3,8	-5,0
<b>RLVT</b>	<b>604,37</b>	<b>629,15</b>	<b>684,13</b>	<b>673,03</b>	<b>693,47</b>	<b>3,0</b>	<b>14,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 50 – Evolução das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

Aquisição de bens e serviços correntes	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	368,79	365,72	439,07	436,60	450,54	3,2	22,2
Médio	187,69	209,95	195,43	183,93	191,13	3,9	1,8
Pequeno	47,88	53,48	49,63	52,50	51,80	-1,3	8,2
<b>RLVT</b>	<b>604,37</b>	<b>629,15</b>	<b>684,13</b>	<b>673,03</b>	<b>693,47</b>	<b>3,0</b>	<b>14,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. Entre 2015 e 2016:

- Os maiores crescimentos das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes registaram-se em Seixal (+32,2%), Chamusca (+31,1%), Sobral de Monte Agraço (+21,9%) e Rio Maior (+21,7%), contribuindo de forma significativa para o acréscimo destas despesas ao nível da AML, Lezíria do Tejo e Oeste.
- No Médio Tejo, em particular em Ferreira do Zêzere (-14,8%), Mação (-8,1%) e Tomar (-7,4%), estas despesas diminuíram (-1,0%), contrariando a tendência regional.
- Em 2016, 19 municípios registaram despesas com aquisição de bens e serviços correntes inferiores às do período homólogo.

Tabela 51 – Ranking - Variação das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação 2015-2016 (%)
AML	Grande	Seixal	18,39	24,30	32,2
LT	Pequeno	Chamusca	2,22	2,92	31,1
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	2,92	3,56	21,9
LT	Médio	Rio Maior	6,10	7,42	21,7
LT	Médio	Benavente	4,62	5,44	17,7
LT	Pequeno	Alpiarça	1,30	1,52	17,3
MT	Pequeno	Constância	1,63	1,87	15,2
AML	Grande	Almada	22,92	26,37	15,1
O	Médio	Caldas da Rainha	7,65	8,71	13,9
LT	Pequeno	Golegã	2,37	2,68	13,0

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.4 Investimento direto e indireto

Neste subcapítulo analisa-se a evolução do “investimento” decorrente da realização de investimento direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital).

- i. **Evidenciam-se os seguintes aspetos, no período de 2012 a 2016**, anos em que este agregado ascendeu, na região, aos 401,06 M€ e 411,53 M€, respetivamente:
- **Quebras sucessivas de “investimento”, ao nível da RLVT, em -1,6%, -11,8% e -3,4%, respetivamente em 2013, 2014 e 2015.**
  - **Exceção para o aumento significativo, mas não generalizado, destas despesas em +22,4% na região, entre 2015 e 2016**, facto que teve por principal suporte a dinâmica evolutiva registada por alguns municípios da AML (designadamente Lisboa, Amadora, Barreiro e Mafra), já que em 2016 **todas as outras sub-regiões registaram mais baixos níveis de investimento.**
  - Em **todas as sub-regiões o valor de “investimento” realizado em 2016 foi inferior ao do 2012, à exceção da AML**, muito em especial devido ao aumento significativo destas despesas em Lisboa (+124,5%, ou seja +90,38 M€), Barreiro (+60,0%), Almada (+39,1%) e Amadora (+38,0%), **situações que se fizeram repercutir ao nível dos registos globais na RLVT.**
- ii. **Em média o investimento direto e indireto por município da RLVT ascendeu aos 7,71 M€ em 2012, crescendo para 7,91 M€ em 2016, registos especialmente influenciados por municípios da AML.**

**Tabela 52 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Investimento direto e indireto	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	259,38	269,85	244,73	221,10	336,49	52,2	29,7
Lezíria do Tejo	37,03	45,68	35,93	23,91	21,54	-9,9	-41,8
Médio Tejo	58,70	38,73	27,65	36,73	22,63	-38,4	-61,4
Oeste	45,94	40,20	39,69	54,59	30,87	-43,5	-32,8
<b>RLVT</b>	<b>401,06</b>	<b>394,46</b>	<b>348,00</b>	<b>336,33</b>	<b>411,53</b>	<b>22,4</b>	<b>2,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. Numa perspetiva de **dimensão dos municípios** constataram-se **dinâmicas semelhantes**, evidenciando-se uma subida acentuada ao nível do “investimento” nos grandes municípios, entre 2015 e 2016 (+54,7%), em contraste com a queda no mesmo ano evidenciada pelos municípios de média e pequena dimensão, respetivamente -12,1% e -44,0%.
- iv. Também aqui, apenas o grupo de municípios de grande dimensão registaram valores de “investimento” superiores, em 2016 face a 2012.

**Tabela 53 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016**

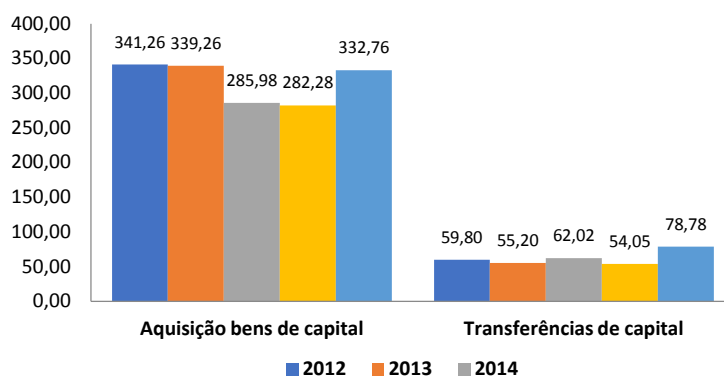
Investimento direto e indireto	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	215,36	224,32	215,62	191,27	295,99	54,7	37,4
Médio	141,98	133,59	106,82	107,47	94,49	-12,1	-33,4
Pequeno	43,72	36,55	25,56	37,58	21,05	-44,0	-51,8
<b>RLVT</b>	<b>401,06</b>	<b>394,46</b>	<b>348,00</b>	<b>336,33</b>	<b>411,53</b>	<b>22,4</b>	<b>2,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

v. A evolução do “investimento”, entre 2012 e 2016, teve por suporte as dinâmicas apresentadas pelos seus agregados:

- **Aumento significativo e excecional das despesas com a aquisição de bens de capital entre 2015 e 2016, depois de quedas sucessivas ao longo dos anos anteriores**, não atingindo, ainda assim, os valores de 2012. Mais uma vez se realça o impacto dominante do crescimento destas despesas por parte de Lisboa, no qual se registou um acréscimo destas despesas em +61,59 M€, entre 2015 e 2016.
- **Crescimento descontínuo das transferências de capital, alternando descidas e subidas, sendo que os registos de 2016 foram superiores aos de 2012.**

Gráfico 13 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

vi. **Entre 2015 e 2016**, ao nível dos municípios, destaque para o seguinte:

- O “investimento” desceu em metade dos municípios da RLVT.
- Arruda dos Vinhos (+132,3%) apresentou o maior crescimento relativo ao nível deste agregado, seguindo-se Lisboa (+93,5%) e Amadora (+70,9%).
- Entroncamento reduziu em -82,8% o seu investimento, seguindo-se Alcanena (-81,0%) e Nazaré (-73,8%).

Tabela 54 – Ranking - Variação das despesas com o investimento direto e indireto, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Variação 2015-2016 (%)
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0,99	2,31	132,3
AML	Grande	Lisboa	84,21	162,99	93,5
AML	Grande	Amadora	5,89	10,06	70,9
AML	Médio	Barreiro	4,85	7,84	61,7
AML	Médio	Mafra	9,42	14,63	55,3
MT	Pequeno	Mação	1,29	1,97	53,4
AML	Grande	Loures	6,39	9,78	53,0
AML	Grande	Seixal	6,00	9,07	51,1
LT	Médio	Salvaterra de Magos	0,94	1,42	50,8
LT	Médio	Azambuja	1,55	2,25	45,8

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.5 Transferências correntes e subsídios

- i. Analisando a evolução do agregado transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades, salienta-se o seguinte:
- A **variação deste agregado entre os anos de 2012 e 2016 foi, na RLVT, de +1,8%**, passando de 246,88 M€ para 251,41 M€. Esta tendência resultou de aumentos em todas as NUTS III, à exceção da AML, na qual se registou uma variação de -1,3%, muito devido à diminuição destas despesas em Sintra (-64,1%), Odivelas (-34,0) e Barreiro (-30,2%).
  - O ano de 2016 revelou um aumento em todas as sub-regiões das despesas com transferências correntes e subsídios, face a 2015, correspondente a um crescimento de +3,2% ao nível da RLVT.
  - Houve tendências distintas ao nível das sub-regiões, com queda deste agregado, em 2013, na AML em -8,3%, influenciando negativamente a média regional, em 2014 no Oeste (-6,2%) e na Lezíria do Tejo (-22,7%) e no Médio Tejo (-8,9%) em 2015, crescendo depois, entre 2015 e 2016, em todas as NUTS III.
- ii. Em média as transferências correntes e os subsídios atribuídos a outras entidades pelos municípios da RLVT ascenderam aos 4,83 M€ em 2016, sendo de 4,75 M€ em 2012.

**Tabela 55 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por NUTS III, entre 2012 e 2016**

Transferências correntes e subsídios	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	206,13	179,77	182,12	198,24	203,46	2,6	-1,3
Lezíria do Tejo	11,29	14,57	17,69	13,67	14,56	6,5	29,0
Médio Tejo	8,95	10,56	11,09	10,09	11,51	14,0	28,6
Oeste	20,51	21,41	20,07	21,63	21,89	1,2	6,7
<b>RLVT</b>	<b>246,88</b>	<b>226,31</b>	<b>230,96</b>	<b>243,63</b>	<b>251,41</b>	<b>3,2</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iii. **Nos municípios de média e pequena dimensão**, estas despesas foram superiores em 2016 face a 2012, influenciando os níveis regionais. Já no grupo dos **municípios de grande dimensão**, a queda significativa ocorrida em 2013 de -14,0%, causada principalmente por Lisboa e Cascais, não foi compensada, apesar dos aumentos nos anos seguintes.

**Tabela 56 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016**

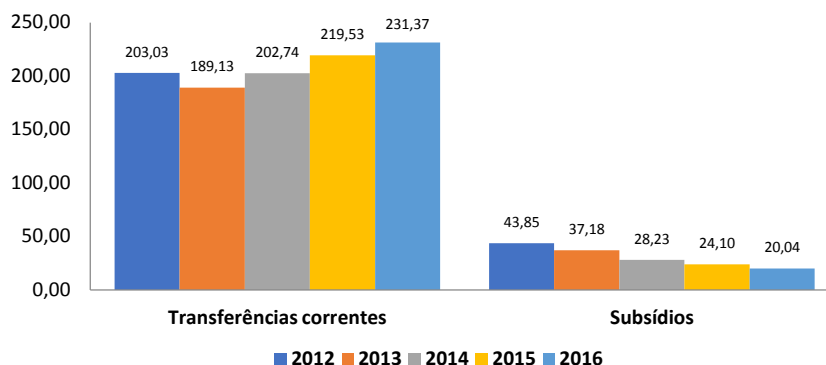
Transferências correntes e subsídios	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	193,78	166,58	168,46	184,91	190,32	2,9	-1,8
Médio	43,78	50,07	53,10	47,72	49,15	3,0	12,3
Pequeno	9,33	9,66	9,40	11,01	11,94	8,5	28,1
<b>RLVT</b>	<b>246,88</b>	<b>226,31</b>	<b>230,96</b>	<b>243,63</b>	<b>251,41</b>	<b>3,2</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. **A tendência crescente destas despesas, a partir de 2013**, teve por suporte fundamental o crescimento das transferências de capital, as quais evoluíram de 189,13 M€ para 231,37 M€, em 2016. Já o volume de subsídios atribuídos a outras entidades tem vindo a cair anualmente, descendo de 43,85 M€ em 2012 para 20,04 M€ em 2016.



Gráfico 14 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- v. Entre 2015 e 2016, a **análise por município não confirma** as tendências de crescimento evidenciadas ao nível de NUTS III e por grupo de municípios. Com efeito, **estas despesas desceram efetivamente em 25 municípios**, quase metade dos municípios da RLVT, particularmente em Cartaxo (-21,5%), Bombarral (-20,2%), Alcobaça (-16,7%), Benavente (-16,1%) e Barreiro (-15,4%). No entanto, o aumento verificado em alguns municípios, **de grande e média dimensão**, nomeadamente Ourém, Amadora e Oeiras (ver Tabela seguinte), **foi determinante para gerar uma tendência crescente dos valores apurados na região**.

Tabela 57 – Ranking - Variação das despesas com transferências correntes e subsídios, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação 2015-2016 (%)
MT	Médio	Ourém	1,74	3,33	91,0
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	0,38	0,57	50,0
LT	Médio	Rio Maior	1,20	1,66	38,2
AML	Grande	Amadora	8,33	11,37	36,5
LT	Pequeno	Golegã	0,40	0,50	25,8
O	Pequeno	Nazaré	1,38	1,74	25,8
AML	Grande	Oeiras	8,29	10,36	25,0
O	Médio	Caldas da Rainha	2,57	3,20	24,4
AML	Pequeno	Alcochete	0,72	0,89	23,8
AML	Grande	Seixal	0,82	1,00	21,8

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.6 Serviço da dívida

- i. Ao nível regional, as despesas com o serviço da dívida registaram valores inferiores em 2016 (263,14 M€) comparativamente a 2012 (546,51 M€), situação associada à redução muito significativa destas despesas na AML, em 2013, em especial devido à diminuição extraordinária do passivo financeiro de Lisboa (-286,16 M€). Com efeito, **todas as restantes sub-regiões apresentaram encargos com o serviço da dívida em 2016 superiores aos de 2012**, ocorrendo dinâmicas distintas em cada uma, ao longo dos anos.
- ii. Em **média** as despesas com o serviço da dívida, por município da RLVT, ascenderam aos 5,06 M€ em 2016, significativamente mais baixos do que os valores que se registavam em 2012, de 10,51 M€.

Tabela 58 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por NUTS III, entre 2012 e 2016

Serviço da dívida	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Área Metropolitana de Lisboa	490,05	169,63	211,23	172,81	188,55	9,1	-61,5
Lezíria do Tejo	19,59	20,20	19,57	20,49	36,82	79,7	87,9
Médio Tejo	17,79	19,44	20,73	24,28	18,20	-25,1	2,3
Oeste	19,09	23,18	19,26	24,85	19,57	-21,2	2,5
<b>RLVT</b>	<b>546,51</b>	<b>232,46</b>	<b>270,79</b>	<b>242,42</b>	<b>263,14</b>	<b>8,5</b>	<b>-51,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

iii. No grupo de **municípios de grande dimensão**, as despesas com o serviço da dívida descenderam significativamente, principalmente em 2013 (-68,4%) e em 2015 (-19,1%), em especial devido à sua redução em Lisboa. Já nos de **média dimensão**, este agregado, à exceção de 2014, tem vindo a subir, particularmente em 2016 (+24,9%). Os municípios de **pequena dimensão** têm evidenciado ciclos alternativos de subida e descida destas despesas.

Tabela 59 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016

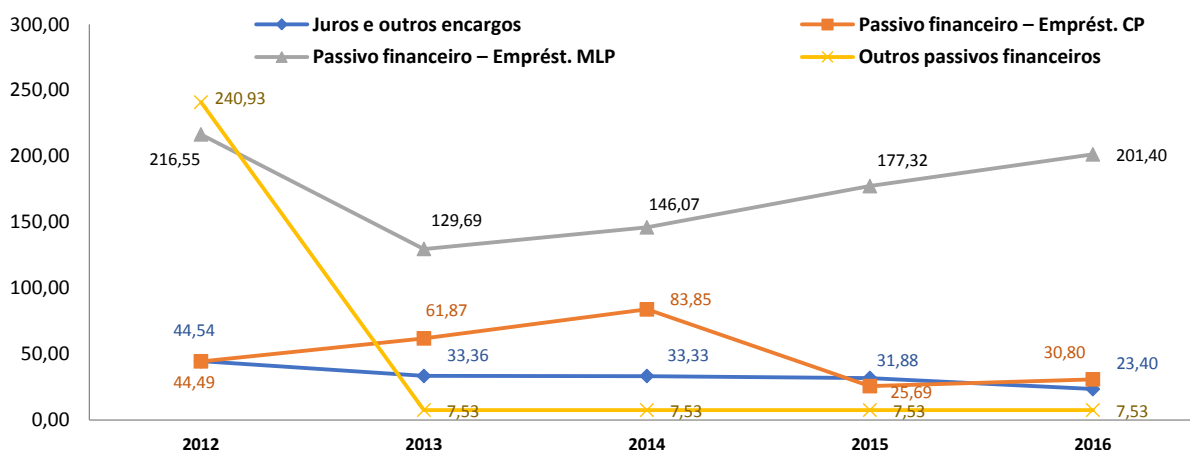
Serviço da dívida	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Grande	468,53	148,18	191,72	155,12	164,89	6,3	-64,8
Médio	61,64	64,85	62,81	66,58	83,16	24,9	34,9
Pequeno	16,34	19,42	16,26	20,72	15,08	-27,2	-7,7
<b>RLVT</b>	<b>546,51</b>	<b>232,46</b>	<b>270,79</b>	<b>242,42</b>	<b>263,14</b>	<b>8,5</b>	<b>-51,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

iv. Analisando as **componentes que integram o serviço da dívida**, de referir que:

- O grande decréscimo do total do serviço da dívida em 2013 decorreu em especial da **grande diminuição dos outros passivos financeiros**, ocorrida em Lisboa, como já referido.
- **A descida contínua do pagamento de juros e outros encargos financeiros.**
- **O montante das despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo tem vindo a subir desde 2013**, atingindo os *201,40 M€* em 2016.
- Já a **amortização de empréstimos de curto prazo atingiu o seu maior pico em 2014** (*83,85 M€*), descendo para os *30,80 M€* em 2016.

Gráfico 15 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€)



- v. Ao nível dos municípios, entre **2015 e 2016**, as maiores variações das despesas com o serviço da dívida verificaram-se em Seixal (+372,6%), em consequência da significativa amortização de empréstimos de médio e longo prazo, Barreiro (+227,1%), devido à amortização de empréstimos a curto prazo no valor de *1,1 M€* e de *9,9 M€* a médio e longo prazo), e Santarém (+193,9%), fruto da amortização de empréstimos a médio e longo prazo, sendo as menores variações constatadas em Alcobaça (-81,6%), Benavente (-80,5%) e Mafra (-70,1%).

**Tabela 60 – Ranking - Variação das despesas com o serviço da dívida, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação 2015-2016 (%)
AML	Grande	Seixal	8,41	39,77	<b>372,6</b>
AML	Médio	Barreiro	3,48	11,39	<b>227,1</b>
LT	Médio	Santarém	7,24	21,28	<b>193,9</b>
LT	Médio	Azambuja	1,93	4,55	<b>135,6</b>
AML	Grande	Setúbal	11,12	23,36	<b>110,1</b>
LT	Pequeno	Alpiarça	1,16	2,26	<b>95,6</b>
MT	Pequeno	Mação	0,23	0,32	<b>35,0</b>
AML	Médio	Palmela	2,22	2,83	<b>27,6</b>
MT	Pequeno	Sardoal	0,75	0,95	<b>25,2</b>
AML	Grande	Oeiras	5,62	6,92	<b>23,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2 Análise da despesa municipal em 2016

### 2.2.1 Despesa total

- i. Em 2016, as despesas dos municípios da RLVT ascenderam aos **2.499,80 M€**, das quais **mais de ¾ (77,9%)** foram pagas pelo grupo de **municípios da AML**. Considerando a dimensão dos municípios, 67,5% foram efetuadas pelos grandes municípios, 26,1% pelos municípios de média dimensão e 6,4% por pequenos municípios.
- ii. Destaque também para a **grande amplitude na cobrança de despesas**, revelando a heterogeneidade de situações ao nível da gestão municipal:
- **Lisboa** registou um total de despesas de *686,60 M€*, **mais de ¼ das despesas de toda a RLVT**, seguindo-se **Cascais** com *158,07 M€*, correspondente a **cerca de 23% das despesas de Lisboa**, sendo o valor mais baixo realizado em **Constância**, com *5,43 M€*.
  - **Na RLVT, 7 dos 52 municípios** (Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras, Seixal, Loures e Almada) concentraram, em conjunto, **quase metade** das despesas municipais.
  - **O valor médio de despesas por município na RLVT foi de 48,07 M€**. Este valor está influenciado pela média da AML (*108,21 M€*), ficando bem acima dos valores médios de despesa pagos nas outras NUTS III – Oeste (*18,02 M€*), Lezíria do Tejo (*16,52 M€*) e Médio Tejo (*14,01 M€*).
  - No conjunto dos municípios de pequena dimensão apresentou-se uma média de despesas totais na ordem dos *9,47 M€*, sendo de *27,13 M€* nos municípios de média dimensão e de *153,43 M€* nos de grande dimensão.
- iii. A **despesa dos municípios da RLVT, em valores per capita**, ascendeu aos *687,27 €/hab*, apresentando-se, como valores extremos, a despesa *per capita* paga em Sardoal (*1.616,08 €/hab*) e a despesa *per capita* registada em Sintra (*363,89 €/hab*).

Tabela 61 – Despesas municipais por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Despesas municipais		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Despesas totais (M€)	<b>Total</b>	<b>1.947,72</b>	<b>181,73</b>	<b>154,07</b>	<b>216,27</b>	<b>1.687,73</b>	<b>651,13</b>	<b>160,93</b>	<b>2.499,80</b>
	<b>Médio</b>	108,21	16,52	14,01	18,02	153,43	27,13	9,47	<b>48,07</b>
	<b>Máximo</b>	686,60 Lisboa	49,39 Santarém	29,69 Ourém	46,04 Torres Vedras	686,60 Lisboa	55,93 Mafra	15,54 Coruche	<b>686,60</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	13,82 Alcochete	6,47 Golegã	5,43 Constância	7,89 Sobral de Monte Agraço	56,32 Vila Franca de Xira	11,03 Salvaterra de Magos	5,43 Constância	<b>5,43</b> Constância
Despesas per capita (€/hab)	<b>Total</b>	<b>690,35</b>	<b>757,29</b>	<b>707,00</b>	<b>604,07</b>	<b>700,84</b>	<b>620,51</b>	<b>895,16</b>	<b>687,27</b>
	<b>Médio</b>	627,46	809,33	917,93	690,53	620,36	629,61	979,17	<b>741,93</b>
	<b>Máximo</b>	1.359,71 Lisboa	1.175,18 Golegã	1.616,08 Sardoal	1.092,31 Óbidos	1.359,71 Lisboa	928,33 Rio Maior	1.616,08 Sardoal	<b>1.616,08</b> Sardoal
	<b>Mínimo</b>	363,89 Sintra	511,30 Salvaterra de Magos	553,38 Tomar	453,55 Alcobaça	363,89 Sintra	453,55 Alcobaça	635,26 Cadaval	<b>363,89</b> Sintra

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 62 – Rankings - Maiores valores despesas municipais, 2016

Ranking - Despesas municipais totais				Ranking - Despesas municipais per capita			
NUTS III	Tipo de município	Municípios	M€	NUTS III	Tipo de município	Municípios	€/hab
AML	Grande	Lisboa	686,60	MT	Pequeno	Sardoal	1.616,08
AML	Grande	Cascais	158,07	MT	Pequeno	Mação	1.425,14
AML	Grande	Sintra	139,72	MT	Pequeno	Constância	1.362,07
AML	Grande	Oeiras	115,17	AML	Grande	Lisboa	1.359,71
AML	Grande	Seixal	112,20	LT	Pequeno	Golegã	1.175,18
AML	Grande	Loures	102,04	O	Pequeno	Óbidos	1.092,31
AML	Grande	Almada	89,64	LT	Pequeno	Chamusca	1.023,96
AML	Grande	Setúbal	88,12	LT	Pequeno	Alpiarça	963,02
AML	Grande	Amadora	75,31	O	Pequeno	Nazaré	957,99
AML	Grande	Odivelas	64,55	LT	Médio	Rio Maior	928,33

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 63 – Rankings - Menores valores de despesas municipais, 2016

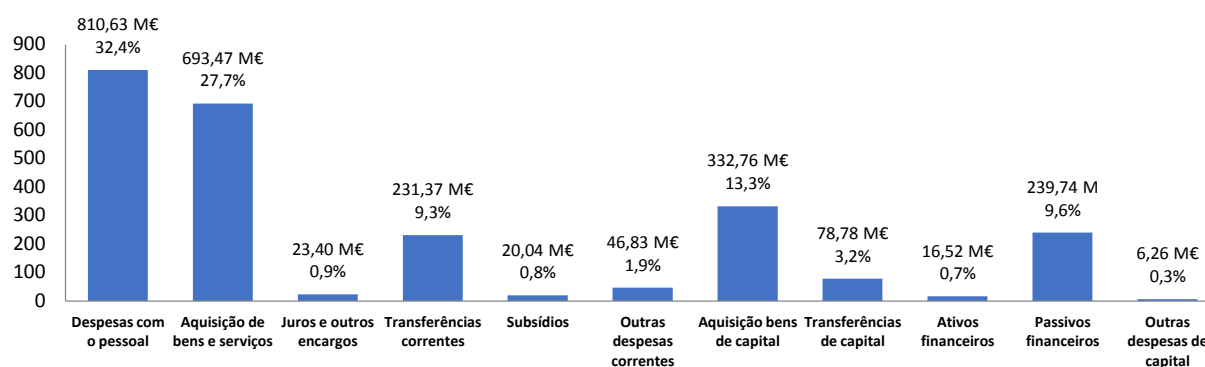
Ranking - Despesas municipais totais				Ranking - Despesas municipais per capita			
NUTS III	Tipo de município	Municípios	M€	NUTS III	Tipo de município	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Constância	5,43	AML	Grande	Sintra	363,89
MT	Pequeno	Sardoal	6,13	AML	Grande	Vila Franca de Xira	399,87
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	6,34	AML	Grande	Odivelas	413,54
LT	Pequeno	Golegã	6,47	AML	Grande	Amadora	422,66
LT	Pequeno	Alpiarça	6,94	O	Médio	Alcobaça	453,55
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	7,40	O	Médio	Caldas da Rainha	454,66
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	7,89	AML	Médio	Montijo	455,07
O	Pequeno	Bombarral	8,61	AML	Médio	Moita	481,03
O	Pequeno	Cadaval	8,76	AML	Grande	Loures	491,61
MT	Pequeno	Mação	9,39	LT	Médio	Salvaterra de Magos	511,30

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2.2 Estrutura da despesa municipal

- i. As maiores despesas municipais na RLVT decorreram dos pagamentos com o pessoal (810,63 M€, 32,4% do total de despesas), aquisição de bens e serviços (693,47 M€, 27,7%), aquisição de bens de capital (332,76 M€, 13,3%), passivos financeiros (239,74 M€, 9,6%) e transferências correntes (231,37 M€, 9,3% do total das despesas).

Gráfico 16 – Composição das despesas municipais, 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 64 – Composição das despesas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Unidade: milhões de euros

Despesas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Despesas com o pessoal	636,48	57,87	50,80	65,48	538,88	215,47	56,29	<b>810,63</b>
Aquisição de bens e serviços	528,51	47,26	46,28	71,42	450,54	191,13	51,80	<b>693,47</b>
Juros e outros encargos	15,38	3,67	1,56	2,79	13,58	7,41	2,41	<b>23,40</b>
Transferências correntes	187,24	13,18	10,74	20,21	174,72	46,36	10,29	<b>231,37</b>
Subsídios	16,22	1,38	0,77	1,68	15,60	2,79	1,65	<b>20,04</b>
Outras despesas correntes	36,81	2,29	2,60	5,14	31,28	12,31	3,24	<b>46,83</b>
Aquisição bens de capital	273,10	17,24	19,11	23,31	235,77	78,24	18,75	<b>332,76</b>
Transferências de capital	63,40	4,30	3,52	7,55	60,22	16,25	2,31	<b>78,78</b>
Ativos financeiros	12,04	1,14	1,70	1,63	10,79	4,61	1,12	<b>16,52</b>
Passivos financeiros	173,17	33,15	16,64	16,78	151,31	75,75	12,67	<b>239,74</b>
Outras despesas de capital	5,37	0,26	0,35	0,28	5,05	0,81	0,40	<b>6,26</b>
<b>Despesa total</b>	<b>1.947,72</b>	<b>181,73</b>	<b>154,07</b>	<b>216,27</b>	<b>1.687,73</b>	<b>651,13</b>	<b>160,93</b>	<b>2.499,80</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## ii. À escala sub-regional identificam-se dinâmicas de gestão municipal diferentes:

- Na **AML e no Médio Tejo** as despesas com o pessoal agregaram a maior fatia de despesas pagas, cerca de 33%. Destaque para Montijo (52,2%), Alcochete (49,3%) e Moita (44,3%) na AML, bem como Sardoal (46,7%), Tomar (41,9%) e Entroncamento (41,7%), no Médio Tejo. Seguiram-se o peso das despesas com a aquisição de bens e serviços e a aquisição de bens de capital.
- Já na sub-região do **Oeste** o peso de despesas pagas na aquisição de bens e serviços (33,0%) foi maior que o dos gastos com o pessoal, destacando-se Alcobaca (43,4%), Bombarral (43,1%), Cadaval (37,5%) e Caldas da Rainha (37,1%).
- As despesas com o serviço de dívida ficaram em terceiro lugar na **Lezíria do Tejo** (20,2%), em especial devido ao peso destas despesas em Santarém (43,1%), Alpiarça (32,6%) e Azambuja (26,7%), diferente do registado nas outras NUTS III, em que esta posição foi tomada pela aquisição de bens de capital.

Tabela 65 – Estrutura das despesas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Unidade: percentagem

Despesas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Despesas com o pessoal	32,7	31,8	33,0	30,3	31,9	33,1	35,0	<b>32,4</b>
Aquisição de bens e serviços	27,1	26,0	30,0	33,0	26,7	29,4	32,2	<b>27,7</b>
Juros e outros encargos	0,8	2,0	1,0	1,3	0,8	1,1	1,5	<b>0,9</b>
Transferências correntes	9,6	7,3	7,0	9,3	10,4	7,1	6,4	<b>9,3</b>
Subsídios	0,8	0,8	0,5	0,8	0,9	0,4	1,0	<b>0,8</b>
Outras despesas correntes	1,9	1,3	1,7	2,4	1,9	1,9	2,0	<b>1,9</b>
Aquisição bens de capital	14,0	9,5	12,4	10,8	14,0	12,0	11,6	<b>13,3</b>
Transferências de capital	3,3	2,4	2,3	3,5	3,6	2,5	1,4	<b>3,2</b>
Ativos financeiros	0,6	0,6	1,1	0,8	0,6	0,7	0,7	<b>0,7</b>
Passivos financeiros	8,9	18,2	10,8	7,8	9,0	11,6	7,9	<b>9,6</b>
Outras despesas de capital	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	<b>0,3</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

iii. Atendendo à dimensão dos municípios, é perceptível que **quanto mais pequena é a dimensão dos municípios:**

- **Maior é o peso dos gastos com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços e pagamentos de juros.**
- **Menor é o peso das transferências correntes e de capital junto de outras entidades, bem como da aquisição de bens de capital.**

Tabela 66 – Despesas por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Unidade: percentagem

Despesas municipais	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Despesas com o pessoal	78,5	7,1	6,3	8,1	66,5	26,6	6,9	<b>100,0</b>
Aquisição de bens e serviços	76,2	6,8	6,7	10,3	65,0	27,6	7,5	<b>100,0</b>
Juros e outros encargos	65,7	15,7	6,7	11,9	58,0	31,7	10,3	<b>100,0</b>
Transferências correntes	80,9	5,7	4,6	8,7	75,5	20,0	4,4	<b>100,0</b>
Subsídios	80,9	6,9	3,8	8,4	77,8	13,9	8,3	<b>100,0</b>
Outras despesas correntes	78,6	4,9	5,5	11,0	66,8	26,3	6,9	<b>100,0</b>
Aquisição bens de capital	82,1	5,2	5,7	7,0	70,9	23,5	5,6	<b>100,0</b>
Transferências de capital	80,5	5,5	4,5	9,6	76,4	20,6	2,9	<b>100,0</b>
Ativos financeiros	72,9	6,9	10,3	9,9	65,3	27,9	6,8	<b>100,0</b>
Passivos financeiros	72,2	13,8	6,9	7,0	63,1	31,6	5,3	<b>100,0</b>
Outras despesas de capital	85,7	4,1	5,6	4,5	80,6	12,9	6,4	<b>100,0</b>
<b>Despesa total</b>	<b>77,9</b>	<b>7,3</b>	<b>6,2</b>	<b>8,7</b>	<b>67,5</b>	<b>26,0</b>	<b>6,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.2.3 Despesas com o pessoal

- Na RLVT, as despesas com o pessoal** ascenderam aos **810,63 M€** (32,4% das despesas totais), sendo que **mais que ¼ foram pagas por Lisboa (216,26 M€)**. O segundo município com maiores gastos com o pessoal foi Sintra (49,12 M€), ou seja, 22,7% do de Lisboa, evidenciando-se uma **grande assimetria regional**, constatando-se o facto de Constância (1,95 M€) ser a autarquia que menos despesas regista com este agregado.
- Se considerarmos o **peso que as despesas com o pessoal** tiveram nas despesas totais, realce para Montijo (52,5%), seguindo-se Alcochete (49,3%). Já na Nazaré apenas 18,1% das suas despesas são aqui gastas, seguindo-se Ourém (22,5%), Caldas da Rainha (22,9%) e Cascais (23,7%).

- iii. Ponderando as despesas municipais com a população residente em cada município, é em Sardoal que as **despesas com o pessoal por habitante** são maiores (754,63 €/hab) seguindo-se Constância (487,87 €/hab). Caldas da Rainha (104,10 €/hab) e Vila Franca de Xira (117,73 €/hab) foram os municípios com menor despesas com o pessoal *per capita*.
- iv. O valor **médio das despesas com o pessoal** desce quando passamos dos municípios de grande dimensão (48,99 M€) para os de pequena dimensão (3,31 M€). O mesmo não sucede com o **peso médio destas despesas nas despesas totais**, uma vez que ele foi **menor nos municípios de grande dimensão** (32,6%), subindo nos municípios de média (33,9%) e de pequena dimensão (35,4%).

Tabela 67 – Despesa com o pessoal por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Despesa com o pessoal		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Despesa com o pessoal (M€)	<b>Total</b>	<b>636,48</b>	<b>57,87</b>	<b>50,80</b>	<b>65,48</b>	<b>538,88</b>	<b>215,47</b>	<b>56,29</b>	<b>810,63</b>
	<b>Médio</b>	35,36	5,26	4,62	5,46	48,99	8,98	3,31	<b>15,59</b>
	<b>Máximo</b>	216,26 Lisboa	13,74 Santarém	8,76 Tomar	11,53 Torres Vedras	216,26 Lisboa	17,48 Sesimbra	6,82 Alcochete	<b>216,26</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	6,82 Alcochete	2,15 Golegã	1,95 Constância	2,48 Nazaré	16,58 Vila Franca de Xira	4,00 Salvaterra de Magos	1,95 Constância	<b>1,95</b> Constância
Despesa com o pessoal per capita (€/hab)	<b>Total</b>	<b>225,59</b>	<b>241,17</b>	<b>233,13</b>	<b>182,89</b>	<b>223,77</b>	<b>205,34</b>	<b>313,09</b>	<b>222,87</b>
	<b>Médio</b>	219,94	266,74	324,93	222,50	197,59	210,72	347,43	<b>252,64</b>
	<b>Máximo</b>	428,27 Lisboa	389,48 Golegã	754,63 Sardoal	412,70 Óbidos	428,27 Lisboa	334,79 Sesimbra	754,63 Sardoal	<b>754,63</b> Sardoal
	<b>Mínimo</b>	117,73 Vila Franca de Xira	181,34 Almeirim	149,37 Ourém	104,10 Caldas da Rainha	117,73 Vila Franca de Xira	104,10 Caldas da Rainha	173,12 Nazaré	<b>104,10</b> Caldas da Rainha
Peso da Despesa com o pessoal nas despesas totais (%)	<b>Total</b>	<b>32,7%</b>	<b>31,8%</b>	<b>33,0%</b>	<b>30,3%</b>	<b>31,9%</b>	<b>33,1%</b>	<b>35,0%</b>	<b>32,4%</b>
	<b>Médio</b>	35,7%	33,2%	34,7%	32,1%	32,6%	33,9%	35,4%	<b>34,1%</b>
	<b>Máximo</b>	52,2% Montijo	39,1% Alpiarça	46,7% Sardoal	40,6% Cadaval	38,3% Amadora	52,2% Montijo	49,3% Alcochete	<b>52,2%</b> Montijo
	<b>Mínimo</b>	23,7% Cascais	26,6% Rio Maior	22,5% Ourém	18,1% Nazaré	23,7% Cascais	22,5% Ourém	18,1% Nazaré	<b>18,1%</b> Nazaré

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 68 – Rankings - Maiores valores de despesas com o pessoal, 2016

Ranking – Despesas com o pessoal				Ranking – Despesas com o pessoal <i>per capita</i>				Ranking – Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	216,26	MT	Pequeno	Sardoal	754,63	AML	Médio	Montijo	52,2
AML	Grande	Sintra	49,12	MT	Pequeno	Constância	487,87	AML	Pequeno	Alcochete	49,3
AML	Grande	Oeiras	40,59	MT	Pequeno	Mação	452,22	MT	Pequeno	Sardoal	46,7
AML	Grande	Loures	38,83	AML	Grande	Lisboa	428,27	AML	Médio	Moita	44,3
AML	Grande	Cascais	37,45	O	Pequeno	Óbidos	412,70	AML	Médio	Palmela	42,3
AML	Grande	Seixal	32,43	LT	Pequeno	Golegã	389,48	MT	Médio	Tomar	41,9
AML	Grande	Almada	30,94	LT	Pequeno	Alpiarça	376,99	MT	Médio	Entroncamento	41,7
AML	Grande	Amadora	28,82	AML	Pequeno	Alcochete	358,35	AML	Médio	Sesimbra	40,8
AML	Grande	Setúbal	25,45	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	348,55	O	Médio	Alenquer	40,6
AML	Grande	Odivelas	22,39	AML	Médio	Sesimbra	334,79	O	Pequeno	Cadaval	40,4

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 69 – Rankings - Menores valores de despesas com o pessoal, 2016

Ranking – Despesas com o pessoal				Ranking – Despesas com o pessoal <i>per capita</i>				Ranking – Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
MT	Pequeno	Constância	1,95	O	Médio	Caldas da Rainha	104,10	O	Pequeno	Nazaré	18,1
LT	Pequeno	Golegã	2,15	AML	Grande	Vila Franca de Xira	117,73	MT	Médio	Ourém	22,5
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	2,17	O	Médio	Alcobaça	120,78	O	Médio	Caldas da Rainha	22,9
O	Pequeno	Nazaré	2,48	AML	Grande	Sintra	127,93	AML	Grande	Cascais	23,7
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	2,55	AML	Grande	Odivelas	143,42	O	Médio	Torres Vedras	25,0
LT	Pequeno	Alpiarça	2,72	O	Médio	Torres Vedras	146,48	AML	Médio	Mafra	25,9
MT	Pequeno	Sardoal	2,86	MT	Médio	Ourém	149,37	LT	Médio	Rio Maior	26,6
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	2,86	AML	Grande	Amadora	161,78	O	Médio	Alcobaça	26,6
MT	Pequeno	Alcanena	2,94	O	Pequeno	Nazaré	173,12	MT	Pequeno	Alcanena	26,7
MT	Pequeno	Mação	2,98	AML	Médio	Mafra	175,39	LT	Médio	Santarém	27,8

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2.4 Aquisição de bens e serviços

- As despesas com a aquisição de bens e serviços ascenderam, na RLVT, aos **693,47 M€** (27,7% das despesas totais), ¼ gastos na AML, em particular em Lisboa (18,9%) e Cascais (11,0%). Já em Sardoal e Alpiarça foram gastos neste agregado 1,5 M€.
- O peso deste agregado nas despesas totais foi maior na sub-região do Oeste (33,0%), evidenciado em 3 municípios – Sobral de Monte Agraço (45,2%), Alcobaça (43,4%) e Bombarral (43,1%). Entretanto, em Santarém, sub-região da Lezíria do Tejo, apenas 16,7% das respetivas despesas foram gastas com este agregado.
- Mação (491,45 €/hab) e Golegã (486,90 €/hab) são os municípios onde se pagou mais despesas em bens e serviços *per capita*, sendo que Moita (102,60 €/hab) e Sintra (109,17 €/hab) posicionaram-se com os valores mais baixos.

Tabela 70 – Despesas com a aquisição de bens e serviços por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Aquisição de bens e serviços		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Aquisição de bens e serviços (M€)	Total	528,51	47,26	46,28	71,42	450,54	191,13	51,80	693,47
	Médio	29,36	4,30	4,21	5,95	40,96	7,96	3,05	13,34
	Máximo	131,00 Lisboa	8,26 Santarém	10,28 Ourém	12,34 Torres Vedras	131,00 Lisboa	21,14 Mafra	4,20 Óbidos	131,00 Lisboa
	Mínimo	3,70 Alcochete	1,52 Alpiarça	1,50 Sardoal	3,28 Cadaval	16,85 Vila Franca de Xira	3,31 Azambuja	1,50 Sardoal	1,50 Sardoal
Aquisição de bens e serviços <i>per capita</i> (€/hab)	Total	187,33	196,92	212,37	199,47	187,09	182,14	288,12	190,66
	Médio	182,41	233,39	285,53	238,20	179,25	185,95	318,55	227,88
	Máximo	363,28 Cascais	486,90 Golegã	491,45 Mação	360,61 Óbidos	363,28 Cascais	360,51 Rio Maior	491,45 Mação	491,45 Mação
	Mínimo	102,60 Moita	141,71 Santarém	145,19 Abrantes	138,82 Alenquer	109,17 Sintra	102,60 Moita	194,75 Alcochete	102,60 Moita
Peso da aquisição de bens e serviços nas despesas totais (%)	Total	27,1%	26,0%	30,0%	33,0%	26,7%	29,4%	32,2%	27,7%
	Médio	29,6%	28,7%	31,0%	34,7%	30,0%	29,8%	32,9%	30,9%
	Máximo	48,5% Cascais	41,4% Golegã	36,8% Ferreira do Zêzere	45,2% Sobral de Monte Agraço	48,5% Cascais	43,4% Alcobaça	45,2% Sobral de Monte Agraço	48,5% Cascais
	Mínimo	19,1% Lisboa	16,7% Santarém	23,4% Abrantes	25,5% Alenquer	19,1% Lisboa	16,7% Santarém	21,9% Alpiarça	16,7% Santarém

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.



iv. O valor médio da despesa em aquisição de bens e serviços:

- **Decresceu no montante de gastos à medida que a dimensão do município desce**, sendo de 40,96 M€, 7,96 M€ e de 3,05 M€, respetivamente nos municípios de grande, média e pequena dimensão.
- **Decresceu em termos do respetivo peso nas despesas totais, à medida que a dimensão do município sobe**, sendo de 32,9% no grupo de municípios de pequena dimensão e de 30% nos de média e grande dimensão.

**Tabela 71 – Rankings - Maiores valores com aquisição de bens e serviços, 2016**

Ranking – Despesas com aquisição de bens e serviços				Ranking – Despesas com aquisição de bens e serviços per capita				Ranking – Peso das despesas com aquisição de bens e serviços nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	131,00	MT	Pequeno	Mação	491,45	AML	Grande	Cascais	48,5
AML	Grande	Cascais	76,61	LT	Pequeno	Golegã	486,90	O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	45,2
AML	Grande	Sintra	41,91	MT	Pequeno	Constância	469,09	O	Médio	Alcobaça	43,4
AML	Grande	Loures	34,42	MT	Pequeno	Sardoal	394,48	O	Pequeno	Bombarral	43,1
AML	Grande	Oeiras	31,12	AML	Grande	Cascais	363,28	LT	Pequeno	Golegã	41,4
AML	Grande	Almada	26,37	O	Pequeno	Óbidos	360,61	LT	Médio	Rio Maior	38,8
AML	Grande	Setúbal	24,86	LT	Médio	Rio Maior	360,51	AML	Médio	Mafra	37,8
AML	Grande	Seixal	24,30	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	346,22	O	Pequeno	Cadaval	37,5
AML	Grande	Odivelas	23,30	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	335,43	O	Médio	Caldas da Rainha	37,1
AML	Médio	Mafra	21,14	LT	Pequeno	Chamusca	306,58	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	36,8

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 72 – Rankings - Menores valores com aquisição de bens e serviços, 2016**

Ranking – Despesas com aquisição de bens e serviços				Ranking – Despesas com aquisição de bens e serviços per capita				Ranking – Peso das despesas com aquisição de bens e serviços nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
MT	Pequeno	Sardoal	1,50	AML	Médio	Moita	102,60	LT	Médio	Santarém	16,7
LT	Pequeno	Alpiarça	1,52	AML	Grande	Sintra	109,17	AML	Grande	Lisboa	19,1
MT	Pequeno	Constância	1,87	AML	Grande	Amadora	111,19	LT	Médio	Azambuja	19,4
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	2,21	AML	Grande	Vila Franca de Xira	119,63	AML	Médio	Moita	21,3
LT	Pequeno	Golegã <sup>14</sup>	2,68	AML	Médio	Montijo	125,98	AML	Grande	Seixal	21,7
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	2,73	O	Médio	Alenquer	138,82	LT	Pequeno	Alpiarça	21,9
LT	Pequeno	Chamusca	2,92	LT	Médio	Santarém	141,71	LT	Médio	Cartaxo	23,0
MT	Pequeno	Mação	3,24	MT	Médio	Abrantes	145,19	MT	Médio	Abrantes	23,4
MT	Pequeno	Alcanena	3,25	AML	Grande	Seixal	147,17	LT	Pequeno	Coruche	23,8
O	Pequeno	Cadaval	3,28	MT	Médio	Tomar	147,45	MT	Pequeno	Sardoal	24,4

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.2.5 Transferências correntes e subsídios

- As despesas pagas em **transferências correntes e subsídios ascenderam aos 251,41 M€** (10,1% das despesas totais), **essencialmente resultantes das transferências correntes** enviadas para outras entidades (231,37 M€), sendo menos significativo o montante de subsídios atribuídos (20,04 M€). Do volume total deste agregado, **39,8% (100,05 M€) foram pagos por Lisboa**.
- Nas sub-regiões da **AML** e do **Oeste**, o **peso deste agregado** ultrapassou os 10%, evidenciando-se Amadora e Torres Vedras, onde 15% das despesas foram aplicadas em transferências correntes e atribuição de subsídios. Noutro registo evidencia-se o Município de Seixal (0,9%), último lugar no *ranking* regional.
- O **peso das transferências correntes e subsídios atribuídos tende a diminuir com a dimensão dos municípios**. Em termos médios, nos municípios de grande, média e pequena dimensão, foi, respetivamente, 9,6%, 7,9% e 7,1%.

<sup>14</sup> O valor pago em aquisição de bens e serviços pelo município da Golegã, registado na Prestação de Contas 2016, está correto, diferindo dos dados preenchidos no SIAL. A Câmara Municipal efetuou pagamentos superiores ao valor da dotação, na rubrica 252020201, devido a uma nota de crédito refletida nos compromissos 'lançada' mas não paga. As validações existentes no SIAL não permitiram o registo da informação correta pelo que persiste uma diferença de -15.234,96 €, entre o valor registado no SIAL e o valor inscrito na Prestação de Contas.

iv. Lisboa liderou igualmente em termos *per capita* (198,14 €/hab), sendo que no Seixal se despendeu 6,04 €/hab.

**Tabela 73 – Transferências correntes e subsídios atribuídos, por NUTS III e grupos de municípios, 2016**

Transferências correntes e subsídios		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Transferências correntes e subsídios (M€)	<b>Total</b>	<b>203,46</b>	<b>14,56</b>	<b>11,51</b>	<b>21,89</b>	<b>190,32</b>	<b>49,15</b>	<b>11,94</b>	<b>251,41</b>
	<b>Médio</b>	11,30	1,32	1,05	1,82	17,30	2,05	0,70	<b>4,83</b>
	<b>Máximo</b>	100,05	2,63	3,33	7,00	100,05	7,00	1,74	<b>100,05</b>
		Lisboa	Santarém	Ourense	Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	Nazaré	Lisboa
Transferências correntes e subsídios <i>per capita</i> (€/hab)	<b>Mínimo</b>	0,80	0,28	0,29	0,23	1,00	0,30	0,23	<b>0,23</b>
		Moita	Alpiarça	Ferreira do Zêzere	Bombarral	Seixal	Entroncamento	Bombarral	Bombarral
	<b>Total</b>	<b>72,12</b>	<b>60,66</b>	<b>52,80</b>	<b>61,13</b>	<b>79,03</b>	<b>46,84</b>	<b>66,43</b>	<b>69,12</b>
	<b>Médio</b>	50,20	67,94	63,36	57,96	60,79	48,85	70,74	<b>58,53</b>
Peso das transferências correntes e subsídios nas despesas totais (%)	<b>Máximo</b>	198,14	134,15	103,67	121,43	198,14	88,89	134,15	<b>198,14</b>
		Lisboa	Chamusca	Mação	Nazaré	Lisboa	Torres Vedras	Chamusca	Lisboa
	<b>Mínimo</b>	6,04	33,07	14,42	18,33	6,04	12,31	18,33	<b>6,04</b>
		Seixal	Cartaxo	Entroncamento	Bombarral	Seixal	Moita	Bombarral	Seixal
Peso das transferências correntes e subsídios nas despesas totais (%)	<b>Total</b>	<b>10,4%</b>	<b>8,0%</b>	<b>7,5%</b>	<b>10,1%</b>	<b>11,3%</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,4%</b>	<b>10,1%</b>
	<b>Médio</b>	7,9%	8,6%	6,9%	8,6%	9,6%	7,9%	7,1%	<b>8,0%</b>
	<b>Máximo</b>	15,1%	13,2%	13,5%	15,2%	15,1%	15,2%	13,1%	<b>15,2%</b>
		Amadora	Almeirim	Abrantes	Torres Vedras	Amadora	Torres Vedras	Chamusca	Torres Vedras
Peso das transferências correntes e subsídios nas despesas totais (%)	<b>Mínimo</b>	0,9%	4,0%	2,5%	2,7%	0,9%	2,5%	2,7%	<b>0,9%</b>
		Seixal	Alpiarça	Entroncamento e Torres Novas	Bombarral	Seixal	Entroncamento e Torres Novas	Bombarral	Seixal

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 74 – Rankings - Maiores valores em transferências correntes e subsídios, 2016**

Ranking – Despesas com transferências correntes e subsídios				Ranking – Despesas com transferências correntes e subsídios <i>per capita</i>				Ranking – Peso das despesas com transferências correntes e subsídios nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	100,05	AML	Grande	Lisboa	198,14	O	Médio	Torres Vedras	15,2
AML	Grande	Cascais	15,54	LT	Pequeno	Chamusca	134,15	AML	Grande	Amadora	15,1
AML	Grande	Sintra	15,42	O	Pequeno	Nazaré	121,43	AML	Grande	Lisboa	14,6
AML	Grande	Loures	11,97	MT	Pequeno	Mação	103,67	O	Médio	Caldas da Rainha	13,6
AML	Grande	Amadora	11,37	MT	Pequeno	Constância	101,12	MT	Médio	Abrantes	13,5
AML	Grande	Oeiras	10,36	MT	Pequeno	Sardoal	91,66	LT	Médio	Almeirim	13,2
AML	Grande	Almada	8,34	LT	Pequeno	Golegã	91,02	LT	Pequeno	Chamusca	13,1
O	Médio	Torres Vedras	7,00	O	Médio	Torres Vedras	88,89	O	Pequeno	Nazaré	12,7
AML	Grande	Vila Franca de Xira	6,55	MT	Médio	Abrantes	83,68	AML	Grande	Loures	11,7
AML	Grande	Setúbal	5,44	LT	Médio	Almeirim	83,13	AML	Grande	Vila Franca de Xira	11,6

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 75 – Rankings - Menores valores em transferências correntes e subsídios, 2016**

Ranking – Despesas com transferências correntes e subsídios				Ranking – Despesas com transferências correntes e subsídios <i>per capita</i>				Ranking – Peso das despesas com transferências correntes e subsídios nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
O	Pequeno	Bombarral	0,23	AML	Grande	Seixal	6,04	AML	Grande	Seixal	0,9
LT	Pequeno	Alpiarça	0,28	AML	Médio	Moita	12,31	MT	Médio	Torres Novas	2,5
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	0,29	MT	Médio	Entroncamento	14,42	MT	Médio	Entroncamento	2,5
MT	Médio	Entroncamento	0,30	MT	Médio	Torres Novas	16,17	AML	Médio	Moita	2,6
MT	Pequeno	Sardoal	0,35	O	Pequeno	Bombarral	18,33	O	Pequeno	Bombarral	2,7
MT	Pequeno	Constância	0,40	AML	Médio	Montijo	24,67	LT	Pequeno	Alpiarça	4,0
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	0,42	AML	Grande	Odivelas	27,44	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	4,0
LT	Pequeno	Golegã	0,50	MT	Médio	Tomar	27,87	AML	Médio	Mafra	4,8
O	Pequeno	Cadaval	0,54	AML	Médio	Mafra	32,49	LT	Médio	Cartaxo	4,8
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0,56	LT	Médio	Cartaxo	33,07	MT	Médio	Tomar	5,0

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2.6 Investimento direto e indireto

- O investimento, direto e indireto municipal, na RLVT, resultado da aplicação de fundos nas despesas com a aquisição de bens de capital (332,76 M€) e transferências de capital (78,78 M€), ascendeu aos 411,53 M€, correspondendo a 16,5% das despesas totais.
- Lisboa e Oeiras foram os municípios onde se registou maior volume de “investimento” realizado, 162,99 M€ e 24,23 M€, respetivamente, sendo que em Alpiarça se registou um valor de 0,09 M€.
- Mafra (26,2%), Lisboa (23,7%) e Coruche (23,2%) foram os municípios que evidenciaram maior peso de realização de investimento direto e indireto nas despesas totais, cerca de ¼ das despesas totais.
- Já em termos *per capita* o maior registo foi revelado por Lisboa (322,77 €/hab) e o menor valor por Alpiarça (13,12 €/hab).
- O peso investimento direto e indireto tende a diminuir com a dimensão dos municípios. Em termos médios este rácio, nos municípios de grande, média e pequena dimensão, foi, respetivamente, 14,7%, 14,2% e 11,8%.

Tabela 76 – Despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Investimento direto e indireto	Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT	
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno		
Investimento direto e indireto (M€)	<b>Total</b>	<b>336,49</b>	<b>21,54</b>	<b>22,63</b>	<b>30,87</b>	<b>295,99</b>	<b>94,49</b>	<b>21,05</b>	<b>411,53</b>
	<b>Médio</b>	18,69	1,96	2,06	2,57	26,91	3,94	1,24	<b>7,91</b>
	<b>Máximo</b>	162,99 Lisboa	3,60 Coruche	4,75 Torres Novas	6,26 Torres Vedras	162,99 Lisboa	14,63 Mafra	3,60 Coruche	<b>162,99</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	1,35 Alcochete	0,09 Alpiarça	0,30 Constância	0,41 Sobral de Monte Agraço	8,02 Setúbal	0,69 Entroncamento	0,09 Alpiarça	<b>0,09</b> Alpiarça
Investimento direto e indireto <i>per capita</i> (€/hab)	<b>Total</b>	<b>119,27</b>	<b>89,76</b>	<b>103,85</b>	<b>86,21</b>	<b>122,91</b>	<b>90,05</b>	<b>117,10</b>	<b>113,14</b>
	<b>Médio</b>	94,81	97,69	111,37	91,82	97,11	88,31	112,96	<b>98,23</b>
	<b>Máximo</b>	322,77 Lisboa	196,88 Coruche	299,48 Mação	179,20 Nazaré	322,77 Lisboa	177,10 Mafra	299,48 Mação	<b>322,77</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	31,54 Sintra	13,12 Alpiarça	33,30 Entroncamento	39,93 Sobral de Monte Agraço	31,54 Sintra	33,30 Entroncamento	13,12 Alpiarça	<b>13,12</b> Alpiarça
Peso do investimento direto e indireto nas despesas totais (%)	<b>Total</b>	<b>17,3%</b>	<b>11,9%</b>	<b>14,7%</b>	<b>14,3%</b>	<b>17,5%</b>	<b>14,5%</b>	<b>13,1%</b>	<b>16,5%</b>
	<b>Médio</b>	14,5%	12,6%	12,8%	13,7%	14,7%	14,2%	11,8%	<b>13,5%</b>
	<b>Máximo</b>	26,2% Mafra	23,2% Coruche	21,0% Mação	21,0% Arruda Vinhos	23,7% Lisboa	26,2% Mafra	23,2% Coruche	<b>26,2%</b> Mafra
	<b>Mínimo</b>	7,7% Montijo	1,4% Alpiarça	5,3% Sardoal	5,2% Sobral de Monte Agraço	8,1% Seixal	5,4% Santarém	1,4% Alpiarça	<b>1,4%</b> Alpiarça

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 77 – Ranking - Maiores valores de despesas em investimento direto e indireto, 2016

Ranking – Investimento direto e indireto				Ranking – Investimento direto e indireto <i>per capita</i>				Ranking – Peso do investimento direto e indireto nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	162,99	AML	Grande	Lisboa	322,77	AML	Médio	Mafra	26,2
AML	Grande	Oeiras	24,23	MT	Pequeno	Mação	299,48	AML	Grande	Lisboa	23,7
AML	Grande	Cascais	21,01	LT	Pequeno	Coruche	196,88	LT	Pequeno	Coruche	23,2
AML	Grande	Almada	17,51	O	Pequeno	Nazaré	179,20	AML	Grande	Vila Franca de Xira	22,7
AML	Médio	Mafra	14,63	AML	Médio	Mafra	177,10	AML	Grande	Oeiras	21,0
AML	Grande	Vila Franca de Xira	12,78	LT	Pequeno	Chamusca	168,74	O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	21,0
AML	Grande	Sintra	12,11	O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	156,78	MT	Pequeno	Mação	21,0
AML	Grande	Amadora	10,06	AML	Grande	Oeiras	139,07	MT	Médio	Torres Novas	20,5
AML	Grande	Loures	9,78	MT	Médio	Torres Novas	133,97	LT	Médio	Almeirim	20,3
AML	Grande	Seixal	9,07	LT	Médio	Almeirim	127,99	O	Médio	Caldas da Rainha	20,0

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 78 – Ranking - Menores valores de despesas em investimento direto e indireto, 2016

Ranking – Investimento direto e indireto				Ranking – Investimento direto e indireto per capita				Ranking – Peso do investimento direto e indireto nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
LT	Pequeno	Alpiarça	0,09	LT	Pequeno	Alpiarça	13,12	LT	Pequeno	Alpiarça	1,4
MT	Pequeno	Constância	0,30	AML	Grande	Sintra	31,54	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	5,2
MT	Pequeno	Sardoal	0,33	MT	Médio	Entroncamento	33,30	MT	Pequeno	Sardoal	5,3
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	0,41	AML	Médio	Montijo	35,15	LT	Médio	Santarém	5,4
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	0,47	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	39,93	MT	Pequeno	Constância	5,4
LT	Pequeno	Golegã	0,48	LT	Médio	Santarém	45,64	MT	Médio	Entroncamento	5,7
MT	Médio	Entroncamento	0,69	AML	Grande	Loures	47,12	LT	Pequeno	Golegã	7,4
O	Pequeno	Bombarral	0,77	AML	Grande	Odivelas	54,02	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	7,4
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1,01	AML	Grande	Seixal	54,91	AML	Médio	Montijo	7,7
O	Pequeno	Cadaval	1,02	AML	Grande	Amadora	56,49	AML	Grande	Seixal	8,1

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.2.7 Serviço da dívida

- i. Em 2016 as despesas com o serviço da dívida atingiram os **263,14 M€** na RLVT, **10,5%** das despesas totais municipais, registando as suas componentes:
  - **201,40 M€** gastos na amortização de empréstimos de médio e longo prazo (76,5% do total de serviço de dívida);
  - **30,80 M€** destinados à amortização de empréstimos de curto prazo (11,7%);
  - **23,4 M€** para pagamento de juros e outros encargos (8,9%);
  - **7,53 M€** para fazer face aos outros passivos financeiros (2,9%).
- ii. Destaque para o facto de em apenas **4 municípios se concentrar mais de metade das despesas pagas no serviço de dívida**, ao nível da região – Lisboa (**51,68 M€**), Seixal (**39,77 M€**), Setúbal (**23,36 M€**) e Santarém (**21,28 M€**).
- iii. **Benavente, com 0,15 M€, foi onde menos se gastou em serviço da dívida**, tanto em termos absolutos, como *per capita* (**5,01 €/hab**), representando apenas 1,0% das suas despesas.
- iv. O grupo de municípios da sub-região da **Lezíria do Tejo foi o que revelou maior peso de despesas com o serviço de dívida, 20,3% do total das despesas**, registando pesos superiores à média regional. Para esta situação contribuiu significativamente **Santarém, onde 43,1% das suas despesas foram para responder ao serviço da dívida, Alpiarça (32,6%) e Azambuja (26,7%)**.
- v. Em termos médios os municípios de grande dimensão registaram um peso nos gastos em serviço da dívida na ordem dos **10,7%**, sendo maior nos municípios de média dimensão (**11,6%**) e menor nos de pequena dimensão (**9,8%**).

Tabela 79 – Despesa com o serviço da dívida por NUTS III e grupos de municípios, 2016

Serviço da dívida		Por NUTS III				Por grupo de municípios (dimensão)			RLVT
		AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grande	Médio	Pequeno	
Serviço da dívida (M€)	<b>Total</b>	<b>188,55</b>	<b>36,82</b>	<b>18,20</b>	<b>19,57</b>	<b>164,89</b>	<b>83,16</b>	<b>15,08</b>	<b>263,14</b>
	<b>Médio</b>	10,47	3,35	1,65	1,63	14,99	3,47	0,89	<b>5,06</b>
	<b>Máximo</b>	51,68 Lisboa	21,28 Santarém	3,83 Ourém	6,23 Torres Vedras	51,68 Lisboa	21,28 Santarém	2,26 Alpiarça	<b>51,68</b> Lisboa
	<b>Mínimo</b>	0,59 Alcochete	0,15 Benavente	0,32 Mação	0,24 Cadaval	2,68 Vila Franca de Xira	0,15 Benavente	0,24 Cadaval	<b>0,15</b> Benavente
Serviço da dívida per capita (€/hab)	<b>Total</b>	<b>66,83</b>	<b>153,43</b>	<b>83,50</b>	<b>54,67</b>	<b>68,47</b>	<b>79,25</b>	<b>83,89</b>	<b>72,34</b>
	<b>Médio</b>	63,84	127,74	101,13	60,22	70,05	80,11	99,77	<b>84,41</b>
	<b>Máximo</b>	240,86 Seixal	365,35 Santarém	249,24 Sardoal	138,70 Nazaré	240,86 Seixal	365,35 Santarém	313,63 Alpiarça	<b>365,35</b> Santarém
	<b>Mínimo</b>	11,89 Mafra	5,01 Benavente	44,57 Abrantes	15,94 Alcobaça	19,03 Vila Franca de Xira	5,01 Benavente	17,27 Cadaval	<b>5,01</b> Benavente
Peso do serviço da dívida nas despesas totais (%)	<b>Total</b>	<b>9,7%</b>	<b>20,3%</b>	<b>11,8%</b>	<b>9,0%</b>	<b>9,8%</b>	<b>12,8%</b>	<b>9,4%</b>	<b>10,5%</b>
	<b>Médio</b>	9,8%	14,8%	11,4%	8,1%	10,7%	11,6%	9,8%	<b>10,8%</b>
	<b>Máximo</b>	35,4% Seixal	43,1% Santarém	20,5% Alcanena	16,4% Lourinhã	35,4% Seixal	43,1% Santarém	32,6% Alpiarça	<b>43,1%</b> Santarém
	<b>Mínimo</b>	1,8% Mafra	1,0% Benavente	3,4% Mação	2,7% Cadaval	3,0% Cascais	1,0% Benavente	2,7% Cadaval	<b>1,0%</b> Benavente

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 80 – Rankings - Maiores valores em despesas com o serviço de dívida, 2016

Ranking – Serviço da dívida				Ranking – Serviço da dívida per capita				Ranking – Peso do serviço da dívida nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	51,68	LT	Médio	Santarém	365,35	LT	Médio	Santarém	43,1
AML	Grande	Seixal	39,77	LT	Pequeno	Alpiarça	313,63	AML	Grande	Seixal	35,4
AML	Grande	Setúbal	23,36	MT	Pequeno	Sardoal	249,24	LT	Pequeno	Alpiarça	32,6
LT	Médio	Santarém	21,28	AML	Grande	Seixal	240,86	LT	Médio	Azambuja	26,7
AML	Grande	Sintra	18,52	LT	Médio	Azambuja	204,33	AML	Grande	Setúbal	26,5
AML	Médio	Barreiro	11,39	AML	Grande	Setúbal	199,67	AML	Médio	Barreiro	22,5
AML	Grande	Oeiras	6,92	MT	Pequeno	Alcanena	172,99	MT	Pequeno	Alcanena	20,5
O	Médio	Torres Vedras	6,23	LT	Médio	Rio Maior	150,10	O	Médio	Lourinhã	16,4
AML	Grande	Odivelas	4,95	AML	Médio	Barreiro	149,93	LT	Médio	Rio Maior	16,2
AML	Grande	Cascais	4,79	O	Pequeno	Nazaré	138,70	MT	Pequeno	Sardoal	15,4

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 81 – Rankings - Menores valores em despesas com o serviço de dívida, 2016

Ranking – Serviço da dívida				Ranking – Serviço da dívida per capita				Ranking – Peso do serviço da dívida nas despesas totais			
NUTS III	Tipo	Municípios	M€	NUTS III	Tipo	Municípios	€/hab	NUTS III	Tipo	Municípios	%
LT	Médio	Benavente	0,15	LT	Médio	Benavente	5,01	LT	Médio	Benavente	1,0
O	Pequeno	Cadaval	0,24	AML	Médio	Mafra	11,89	AML	Médio	Mafra	1,8
MT	Pequeno	Mação	0,32	O	Médio	Alcobaça	15,94	O	Pequeno	Cadaval	2,7
LT	Médio	Salvaterra de Magos	0,35	LT	Médio	Salvaterra de Magos	16,42	AML	Grande	Cascais	3,0
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	0,47	O	Médio	Caldas da Rainha	16,85	LT	Médio	Salvaterra de Magos	3,2
O	Pequeno	Bombarral	0,48	O	Pequeno	Cadaval	17,27	MT	Pequeno	Mação	3,4
MT	Pequeno	Constância	0,49	AML	Grande	Vila Franca de Xira	19,03	O	Médio	Alcobaça	3,5
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	0,50	AML	Grande	Amadora	20,54	LT	Pequeno	Coruche	3,7
LT	Pequeno	Golegã	0,54	AML	Médio	Montijo	21,33	O	Médio	Caldas da Rainha	3,7
LT	Pequeno	Coruche	0,57	AML	Grande	Loures	21,37	AML	Pequeno	Alcochete	4,3

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL

#### 3.1 Poupança corrente

Este rácio caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir, destacando-se o seguinte:

- Crescimento da poupança corrente** – em 2014 a poupança corrente atingiu os 330,28 M€ na RLVT, melhorando para 457,02 M€ em 2015 e para 497,38 M€ em 2016 (variação de +50,6%).
- O grupo dos grandes municípios deteve maior capacidade de produzir poupança**, revelando taxas de crescimento de +44,2% (2015) e +10,4% (2016), valores também influenciados pela poupança registada em Lisboa, Cascais e Amadora. No mesmo período, também os municípios de **média dimensão** viram a sua poupança crescer, +34,2% (2015) e +3,4% (2016). Já nos municípios de pequena dimensão, 2015 foi um ano de **queda de poupanças** (-4,9%), com Óbidos e Nazaré a contribuírem fortemente para esse resultado, recuperando, no entanto, em 2016 (+12,8%).
- Em 2014, 2 municípios apresentaram **poupança corrente negativa**: Cartaxo e Santarém. Em 2015, Cartaxo continuava com registos negativos, bem como Nazaré, melhorando, no entanto, a sua situação em 2016, ao apresentarem efetivas poupanças.
- Lisboa** (+17,18 M€) foi o que registou maior variação de poupança corrente, em 2016.
- Entre 2015 e 2016, a poupança corrente **caiu em 20 municípios**, designadamente em Almada (-4,91 M€).

**Tabela 82 – Evolução da poupança corrente municipal, por NUTS III, entre 2014 e 2016**

Poupança corrente	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
				Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
Área Metropolitana de Lisboa	259,78	368,58	402,77	9,3	55,0
Lezíria do Tejo	15,24	22,85	26,48	15,9	73,7
Médio Tejo	25,32	31,74	31,35	-1,2	23,8
Oeste	29,94	33,85	36,77	8,6	22,8
<b>RLVT</b>	<b>330,28</b>	<b>457,02</b>	<b>497,38</b>	<b>8,8</b>	<b>50,6</b>

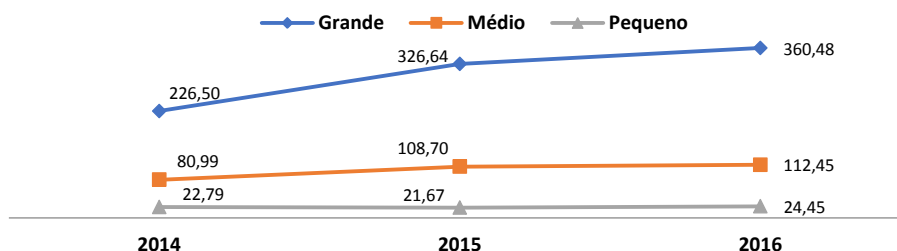
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

**Tabela 83 – Evolução da poupança corrente municipal, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016**

Poupança corrente	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
				Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
Grande	226,50	326,64	360,48	10,4	59,2
Médio	80,99	108,70	112,45	3,4	38,8
Pequeno	22,79	21,67	24,45	12,8	7,3
<b>RLVT</b>	<b>330,28</b>	<b>457,02</b>	<b>497,38</b>	<b>8,8</b>	<b>50,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 17 – Evolução da poupança corrente, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 84 – Ranking - Variação da poupança corrente, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros
						Variação 2015-2016
AML	Grande	Lisboa	67,36	126,89	144,07	17,18
AML	Grande	Cascais	18,26	20,43	26,56	6,13
AML	Grande	Oeiras	38,67	35,95	41,95	6,01
LT	Médio	Cartaxo	-3,34	-2,82	1,29	4,12
AML	Grande	Vila Franca de Xira	9,72	9,58	12,30	2,72
AML	Grande	Setúbal	8,70	9,99	12,60	2,61
AML	Grande	Loures	7,73	9,18	11,17	1,99
LT	Médio	Santarém	-1,31	6,93	8,76	1,82
O	Pequeno	Nazaré	1,72	-0,06	1,54	1,60
AML	Grande	Amadora	9,06	14,94	16,43	1,49

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 3.2 Saldo global e saldo primário

O saldo global municipal evidencia o excedente da receita efetiva sobre a despesa efetiva, enquanto o saldo primário acresce ao saldo global o valor dos juros.

Sobre este assunto, evidenciam-se os seguintes aspetos da evolução financeira dos municípios da RLVT, entre 2014 e 2016:

- i. **O saldo orçamental global**<sup>15</sup>  **aumentou +109,2% entre 2014 e 2015**, passando de 144,62 M€ para 302,52 M€. No entanto, **em 2016 baixou em -32,7%**, ficando-se pelos 203,65 M€. **A tendência evolutiva deste indicador ao nível regional foi muito influenciada por alguns municípios:**
  - **Entre 2014 e 2015**, apesar do aumento regional, em grande parte resultado da significativa variação do saldo global registado em Lisboa (+85,75 M€) e Seixal (+38,94 M€), **22 municípios, registaram uma diminuição, sendo de 23 em 2016.**
  - **Entre 2015 e 2016**, a **variação negativa do saldo global ao nível regional** foi muito devida às variações apresentadas por Lisboa (-113,70 M€), Almada, cujo saldo global passou de 3,72 M€ para um saldo negativo de -4,55 M€, Sintra (-4,34 M€) e Amadora (-3,56 M€).

<sup>15</sup> Receita efetiva = receita corrente bruta + receita de capital bruta - ativos - passivos financeiros + RNAP.

Despesa efetiva = despesa corrente + despesa de capital - ativos - passivos financeiros.

Saldo global= receita efetiva - despesa efetiva.

Saldo primário= saldo global + juros.

- Em contrapartida, outros **29 municípios viram melhorados o seu saldo global, entre 2015 e 2016**. Analisando o *ranking* municipal constata-se que Cartaxo (+6,19M€) estava em primeiro lugar, seguindo-se Setúbal (+5,87 M€) e Nazaré (+5,00 M€).
- ii. **Entre 2014 e 2015, o número de municípios com saldo global negativo reduziu-se de 7 para 4, subindo para 5 em 2016:**
- Em 2015 a situação de saldos negativos evoluiu favoravelmente em Cadaval, Caldas da Rainha, Salvaterra de Magos, Santarém, Seixal e Vila Nova da Barquinha, mantendo-se, no entanto, o saldo global negativo em Cartaxo, ao qual se juntaram Nazaré, Óbidos e Torres Vedras.
  - Em 2016, situação mais favorável para estes municípios, com Cartaxo a apresentar ainda resultados negativos, embora melhores que no ano anterior, juntando-se Almada, Salvaterra de Magos, Arruda dos Vinhos e Golegã, os quais também registaram saldos globais negativos.
- iii. **O saldo primário apresentou, na generalidade, a mesma tendência que o saldo global**, evoluindo de 177,95 M€ (2014), para 334,4 M€ (2015) e 227,05 M€ (2016).

Tabela 85 – Evolução do saldo global, por NUTS III, entre 2014 e 2016

Saldo global	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
				Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
Área Metropolitana de Lisboa	122,71	264,68	144,29	-45,5	17,6
Lezíria do Tejo	-4,04	10,58	17,41	64,6	530,4
Médio Tejo	14,93	19,68	21,95	11,5	47,0
Oeste	11,02	7,58	20,00	163,9	81,5
<b>RLVT</b>	<b>144,62</b>	<b>302,52</b>	<b>203,65</b>	<b>-32,7</b>	<b>40,8</b>

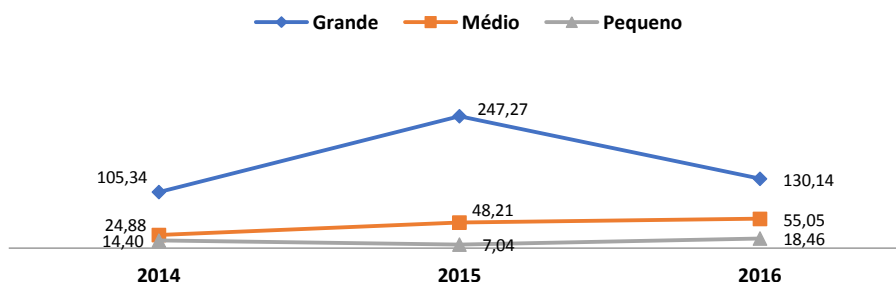
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 86 – Evolução do saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016

Saldo global	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
				Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
Grande	105,34	247,27	130,14	-47,4	23,5
Médio	24,88	48,21	55,05	14,2	121,3
Pequeno	14,40	7,04	18,46	162,4	28,2
<b>RLVT</b>	<b>144,62</b>	<b>302,52</b>	<b>203,65</b>	<b>-32,7</b>	<b>40,8</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 18 – Evolução do saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 (M€)



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.



Tabela 87 – Evolução do saldo primário, por NUTS III, entre 2014 e 2016

Unidade: milhões de euros

Saldo primário	2014	2015	2016	Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
				Área Metropolitana de Lisboa	145,75
Lezíria do Tejo	0,39	15,25	21,08	38,3	5.245,6
Médio Tejo	17,56	21,72	23,51	8,2	33,9
Oeste	14,25	10,58	22,80	115,5	60,0
<b>RLVT</b>	<b>177,95</b>	<b>334,40</b>	<b>227,05</b>	<b>-32,1</b>	<b>27,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 88 – Evolução do saldo primário, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016

Unidade: milhões de euros

Saldo primário	2014	2015	2016	Variação (%)	
				2015-2016	2014-2016
				Grande	126,06
Médio	34,59	57,16	62,46	9,3	80,6
Pequeno	17,30	9,86	20,87	111,7	20,6
<b>RLVT</b>	<b>177,95</b>	<b>334,40</b>	<b>227,05</b>	<b>-32,1</b>	<b>27,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 89 – Ranking - Variação do saldo global, entre 2015 e 2016

Unidade: milhões de euros

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2014	2015	2016	Variação 2015-2016
LT	Médio	Cartaxo	-10,17	-7,26	-1,07	6,19
AML	Grande	Setúbal	3,37	1,23	7,10	5,87
O	Pequeno	Nazaré	1,24	-4,60	0,40	5,00
O	Médio	Torres Vedras	1,25	-0,32	3,95	4,27
AML	Grande	Seixal	-27,48	11,46	14,75	3,29
AML	Grande	Cascais	2,49	5,12	7,46	2,34
O	Médio	Alcobaça	5,11	4,25	6,35	2,10
AML	Grande	Oeiras	10,73	16,58	18,67	2,09
LT	Pequeno	Coruche	1,49	1,18	2,86	1,69
AML	Grande	Vila Franca de Xira	3,03	2,53	4,15	1,61

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 90 – Ranking - Variação do saldo primário, entre 2015 e 2016

Unidade: milhões de euros

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2014	2015	2016	Variação 2015-2016
LT	Médio	Cartaxo	-9,66	-5,46	0,37	5,83
AML	Grande	Setúbal	5,26	2,80	8,51	5,71
O	Pequeno	Nazaré	2,19	-3,27	1,59	4,86
O	Médio	Torres Vedras	1,68	0,00	4,16	4,16
AML	Grande	Seixal	-23,97	14,43	16,79	2,36
O	Médio	Alcobaça	5,55	4,37	6,37	1,99
AML	Grande	Oeiras	13,17	18,49	20,18	1,69
LT	Pequeno	Coruche	1,56	1,22	2,89	1,66
AML	Grande	Cascais	3,75	6,35	7,99	1,64
AML	Grande	Vila Franca de Xira	3,29	2,76	4,29	1,53

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 3.3 Peso das receitas extraordinárias no saldo global

Neste rácio afere-se o peso das receitas extraordinárias do exercício, entendidas estas como o peso que as receitas decorrentes da venda de bens de investimento têm no saldo global.

Os últimos 3 anos de gestão municipal evidenciaram:

- i. Em termos regionais, uma **descida contínua deste rácio**, caindo o peso das receitas extraordinárias no saldo global, sucessivamente, de 37,3% para 25,9% – o aumento do saldo global foi maior que o acréscimo da venda de bens de investimento, e 14,0% – a descida do saldo global foi maior que a descida da venda de bens de investimento.
- ii. Esta **tendência foi influenciada pelo registo do grupo de municípios da AML**, já que essa **linearidade não se revelou nas outras**, apresentando-se tendências distintas.
- iii. No grupo de municípios de grande **dimensão** este rácio desceu de 48,9%, para 30,5% e 19,8%. Já no grupo de municípios de média dimensão evoluiu-se de 3,2% em 2014 para 26,5% em 2015, descendo para 4,7% em 2016. Quanto ao grupo de municípios de pequena dimensão, tendência diferente, descendo de 7,9% para 2,4% em 2015, subindo ligeiramente para 3,2% em 2016.
- iv. Destaque para **Lisboa, com pesos significativos de venda de bens de investimento**, uma receita extraordinária, no saldo global, respetivamente 91,7%, 51,7% e 85,1%, entre 2014 e 2016. Em 2016, em Mafra e Óbidos este rácio foi de 38,6% e 35,3%, respetivamente.

**Tabela 91 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por NUTS III, entre 2014 e 2016**

Unidade: percentagem

Peso das receitas extraordinárias no saldo global	2014	2015	2016	Variação	
				2014-2015	2014-2016
Área Metropolitana de Lisboa	42,7	28,5	18,7	-34,5	-56,2
Lezíria do Tejo	-8,1	3,0	1,1	-63,1	113,8
Médio Tejo	4,1	1,4	0,7	-48,5	-82,0
Oeste	5,5	30,0	5,6	-81,2	2,0
<b>RLVT</b>	<b>37,3</b>	<b>25,9</b>	<b>14,0</b>	<b>-46,1</b>	<b>-62,5</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

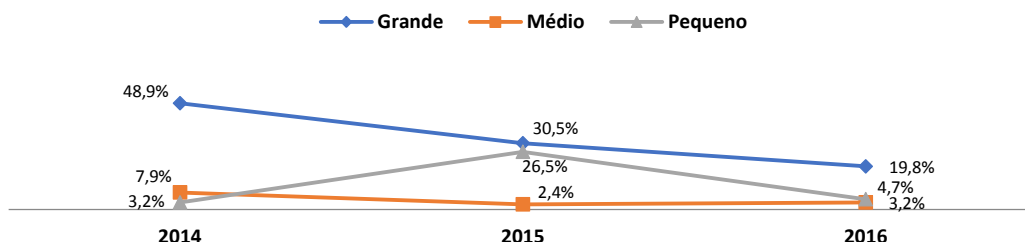
**Tabela 92 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016**

Unidade: percentagem

Peso das receitas extraordinárias no saldo global	2014	2015	2016	Variação	
				2015-2016	2014-2016
Grande	48,9	30,5	19,8	-35,0	-59,5
Médio	7,9	2,4	3,2	35,8	-58,9
Pequeno	3,2	26,5	4,7	-82,1	46,2
<b>RLVT</b>	<b>37,3</b>	<b>25,9</b>	<b>14,0</b>	<b>-46,1</b>	<b>-62,5</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 19 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016**



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 93 – *Ranking* - Peso das receitas extraordinárias no saldo global, 2016

Unidade: percentagem

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2014	2015	2016
AML	Grande	Lisboa	91,7	51,7	85,1
AML	Médio	Mafra	79,5	0,0	38,6
O	Pequeno	Óbidos	1,4	0,0	35,3
O	Médio	Caldas da Rainha	-0,9	4,6	28,1
O	Pequeno	Bombarral	0,0	10,2	22,9
AML	Grande	Seixal	-0,4	7,9	6,1
AML	Grande	Cascais	11,7	9,0	5,4
AML	Grande	Vila Franca de Xira	2,9	5,7	5,2
AML	Grande	Oeiras	2,2	2,9	3,5
AML	Médio	Barreiro	0,1	0,1	3,3

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 3.4 Grau de cobertura do serviço da dívida

O grau de cobertura do serviço de dívida<sup>16</sup> evidencia em que medida o saldo primário responde às necessidades de pagamento de encargos financeiros e dos compromissos assumidos com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

- Ao nível regional a **cobertura do serviço de dívida pelo saldo primário**, em 2015, foi de 153,0%, piorando para 95,6% em 2016, valores semelhantes aos de 2014.
- A tendência regional resultou em grande parte dos resultados evidenciados no grupo de municípios da **AML e da Lezíria do Tejo**, já que no **Médio Tejo** este indicador melhorou continuamente entre 2014 e 2016, evoluindo de 92,8%, para 100,4% e 152,5%, e no **Oeste** após uma descida significativa em 2015, de 101,3% para 53,6%, voltou a melhorar em 2016 (141,8%).
- Atendendo à **dimensão dos municípios**, no conjunto dos municípios de grande e média dimensão, 2015 foi o ano de maior grau de cobertura do serviço da dívida. Já no grupo dos municípios de pequena dimensão, 2015 foi o ano com menor grau, melhorando significativamente no ano seguinte, para rácios superiores aos de 2014.
- A diversidade destas dinâmicas foi significativamente influenciada pelos registos de alguns municípios. Em 2016 Alcobaça (731,3%), Cadaval (700,3%) e Coruche (506,2%) apresentaram os maiores saldos de cobertura, enquanto 2 municípios registaram rácios negativos – Almada (-103,8%) e Salvaterra de Magos (-19,9%).
- De salientar que em 2016 subsistiam 18 municípios em que o saldo primário era insuficiente para cobrir os encargos com o serviço da dívida, ocorrendo neste aspeto uma melhoria relativa da situação, comparativamente aos anos anteriores, em que o número de municípios nesta situação era de 26 (2014) e 20 (2015).

<sup>16</sup> Grau de cobertura do serviço de dívida = saldo primário/ (Compromissos relativos a amortizações de empréstimos de MLP + despesas pagas em juros e outros encargos financeiros)

Saldo global = receita efetiva - despesa efetiva

Saldo primário = saldo global + juros

Receita efetiva = receita corrente bruta + receita de capital bruta - ativos - passivos financeiros + RNAP.

Despesa efetiva = despesa corrente + despesa de capital - ativos - passivos financeiros.

Tabela 94 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por NUTS III, entre 2014 e 2016

Grau de cobertura do serviço da dívida	2014	2015	2016	Unidade: percentagem	
				Variação	
				2015-2016	2014-2016
Área Metropolitana de Lisboa	112,0	191,5	100,2	-47,7	-10,6
Lezíria do Tejo	1,7	55,6	45,1	-18,8	2.587,7
Médio Tejo	92,8	100,4	152,5	51,8	64,4
Oeste	101,3	53,6	141,8	164,7	39,9
<b>RLVT</b>	<b>95,4</b>	<b>153,0</b>	<b>95,6</b>	<b>-37,5</b>	<b>0,2</b>

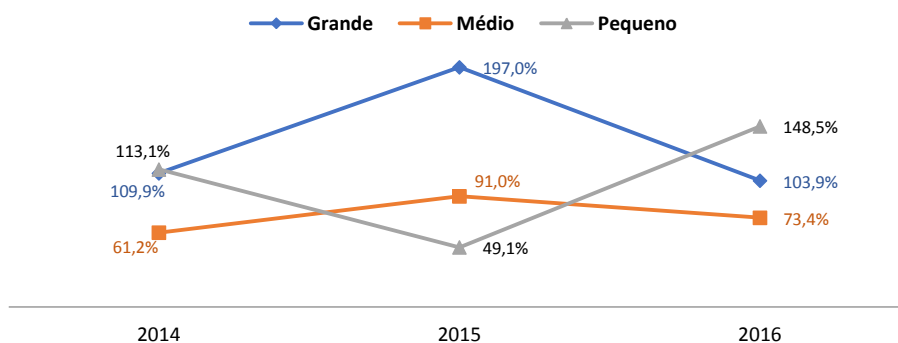
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 95 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016

Grau de cobertura do serviço da dívida	2014	2015	2016	Unidade: percentagem	
				Variação	
				2015-2016	2014-2016
Grande	109,9	197,0	103,9	-47,3	-5,5
Médio	61,2	91,0	73,4	-19,4	20,0
Pequeno	113,1	49,1	148,5	202,6	31,4
<b>RLVT</b>	<b>95,4</b>	<b>153,0</b>	<b>95,6</b>	<b>-37,5</b>	<b>0,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 20 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 96 – Ranking - Variação do grau de cobertura do serviço da dívida, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2014	2015	2016	Unidade: percentagem
						Variação 2015-2016
O	Médio	Torres Vedras	81,9	-0,3	111,3	36359,2
O	Pequeno	Óbidos	185,2	7,3	120,4	1546,6
O	Médio	Alcobaça	595,9	92,3	731,3	692,0
MT	Pequeno	Alcanena	114,9	26,3	127,1	383,8
O	Pequeno	Bombarral	92,0	44,3	191,2	331,8
AML	Grande	Setúbal	82,6	45,7	145,3	218,0
O	Pequeno	Nazaré	75,2	-69,6	65,8	194,5
LT	Médio	Almeirim	124,1	35,9	103,8	189,0
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	7,2	94,6	233,2	146,5
LT	Pequeno	Coruche	256,0	208,3	506,2	143,1

Fonte: Prestações de Contas de 2015 a 2016 dos municípios da RLVT.

### 3.5 Grau de execução da venda de bens de investimento

Neste rácio afere-se o grau de execução da venda de bens de investimento, decorrendo este do excesso de cobrança na venda de bens de investimento (receita cobrada líquida) sobre as respetivas previsões corrigidas.

Os últimos 3 anos de gestão municipal evidenciaram:

- i. Em termos regionais e sub-regionais, **2015** revelou-se um ano de grande **excesso de receitas cobradas**, com a venda de bens de investimento **face às previsões**, registando-se um grau de execução de **156,2%**, na RLVT. Esta situação foi fortemente influenciada pelo registo dos municípios do **Oeste**, nomeadamente Caldas da Rainha (340.719,3%), Alenquer (35.693,3%) e Nazaré (14.802,8%). Em contraponto, no **Médio Tejo**, a venda de bens de investimento foi **bastante inferior** às previsões corrigidas, principalmente devido ao baixo grau de execução ocorrido em Tomar (2,3%) e Entroncamento (18,9%).
- ii. **Inversamente**, os anos de **2014 (16,2%)** e **2016 (37,5%)** revelaram-se como **anos cujas receitas de venda de bens de investimento, ao nível regional, foram bastante inferiores às respetivas previsões**. Também aqui, nomeadamente em 2016, a sub-região do **Oeste não partilhou desta tendência**, apresentando um grau de execução de 184,3%, com Torres Vedras (842.957,1%) e Cadaval (157.166,6%) a influenciarem significativamente este valor.
- iii. Em **2014** os graus de execução mais elevados foram apresentados por Odivelas, Almeirim, Ourém e Cadaval. Em **2015**, os maiores excessos de receitas cobradas sobre as previsões com este agregado ocorreram em Caldas da Rainha, Alenquer, Nazaré Almeirim e Cartaxo. Em **2016**, foi Loures, Torres Vedras, Ferreira do Zêzere e Cadaval que apresentaram grandes desvios relativamente às previsões corrigidas.
- iv. **Apresentaram graus de execução inferiores ou iguais a 100%**, ou seja, registos em que as despesas com a venda de bens de investimento não excederam as respetivas previsões:
  - Em 2014, 36 municípios, em 2015, 26 municípios e em 2016, 21 municípios, revelando-se neste aspeto uma diminuição do grau de previsão.
  - Também neste período, 9, 12 e 9 municípios não registaram despesas com a venda de bens de investimento.
  - Alcanena, Alcobaça, Alpiarça, Benavente, Cascais, Entroncamento, Montijo, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Seixal, Sobral de Monte Agraço, Tomar e Torres Novas (14 municípios) registaram, nos três anos em simultâneo, uma execução do volume de receitas decorrentes da venda de bens de investimento abaixo dos respetivos valores previstos.

Tabela 97 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por NUTS III, entre 2014 e 2016

Grau de execução da venda de bens de investimento	2014	2015	2016	Unidade: percentagem	
				Variação	
				2015-2016	2014-2016
Área Metropolitana de Lisboa	18,1	173,6	38,5	-77,9	112,8
Lezíria do Tejo	3,8	23,8	17,5	-26,7	357,4
Médio Tejo	4,6	6,4	4,1	-35,4	-11,1
Oeste	3,4	253,5	184,3	-27,3	5.245,6
<b>RLVT</b>	<b>16,2</b>	<b>156,2</b>	<b>37,5</b>	<b>-76,0</b>	<b>131,0</b>

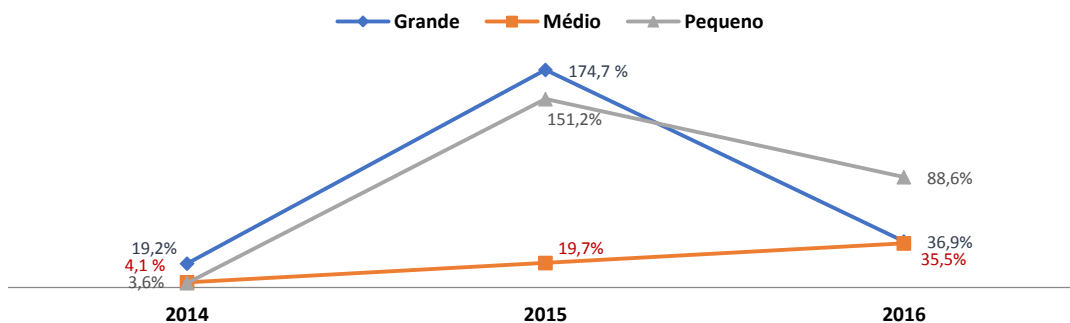
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 98 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016

Grau de execução da venda de bens de investimento	2014	2015	2016	Unidade: percentagem	
				Variação	
				2015-2016	2014-2016
Grande	19,2	174,7	36,9	-78,9	92,1
Médio	4,1	19,7	35,5	79,7	755,6
Pequeno	3,6	151,2	88,6	-41,4	2.380,2
<b>RLVT</b>	<b>16,2</b>	<b>156,2</b>	<b>37,5</b>	<b>-76,0</b>	<b>131,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 21 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2016 dos municípios da RLVT.

## CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

### 1 ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço é um dos principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial e reflete a posição económica e financeira das autarquias locais num determinado momento do tempo. Esta demonstração financeira é composta pelo ativo, passivo e fundos próprios, que representam respetivamente, as aplicações dos fundos (ativo) e as origens dos fundos (passivo e fundos próprios).

O POCAL define vários **princípios contabilísticos fundamentais para a compreensão da informação constante do Balanço**, dos quais se podem destacar **o princípio da especialização (ou do acréscimo)**, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem; **o princípio do custo histórico**, segundo o qual os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção; **o princípio da continuidade**, de acordo com o qual se considera que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada; e **o princípio da não compensação**, que determina que os elementos das rubricas do ativo e do passivo são apresentados em separado, não podendo ser compensados<sup>17</sup>.

O cumprimento dos princípios contabilísticos é essencial para garantir rigor e comparabilidade na informação contabilística por parte dos vários *stakeholders*, sejam eles as entidades que acompanham e controlam a contabilidade autárquica, como o Tribunal de Contas, ou os cidadãos.

Os municípios estão obrigados a apresentar, em sede de prestação de contas, um Balanço. A análise no presente ponto assenta na informação constante dos balanços aprovados pelos respetivos órgãos autárquicos. Analisa-se a evolução entre 2012 e 2016, no que respeita aos elementos que constituem a estrutura do Balanço, o peso relativo de cada município no conjunto dos municípios da RLVT, examina-se a influência da dimensão dos municípios no peso médio que apresentam as várias componentes dos agregados e completa-se a análise de cada ponto com a observação do peso relativo das quatro NUTS III da região, em 2016.

#### 1.1 Ativo

##### 1.1.1 Evolução dos principais agregados do ativo, no período 2012-2016

Desta observação, salientam-se os seguintes aspetos:

- i. **Em 2016, o ativo líquido aumentou +2,7%, mantendo a tendência já identificada entre 2014 e 2015.**
- ii. **Ao longo do período analisado, o ativo imobilizado representou sempre mais de 90% do ativo, com exceção de 2016, ano em que atingiu os 89,2%.** O imobilizado corpóreo é a maior componente do ativo imobilizado e representou em média 53,0% deste, superando a média dos bens do domínio público (33,4%). O imobilizado em curso tem vindo a reduzir o seu valor.
- iii. **As contas a receber, que representaram em média 3,7% do ativo, aumentaram +21,7% em 2016, face a 2012.** Este aumento tem na sua origem a existência de um maior volume de dívidas aos municípios, mas poderá também ser

---

<sup>17</sup> Os princípios contabilísticos constam do ponto 3.2 - Princípios contabilísticos do POCAL.

resultante de um levantamento mais completo, por parte dos municípios, das situações em que existem dívidas de terceiros.

Tabela 99 – Evolução do ativo nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016

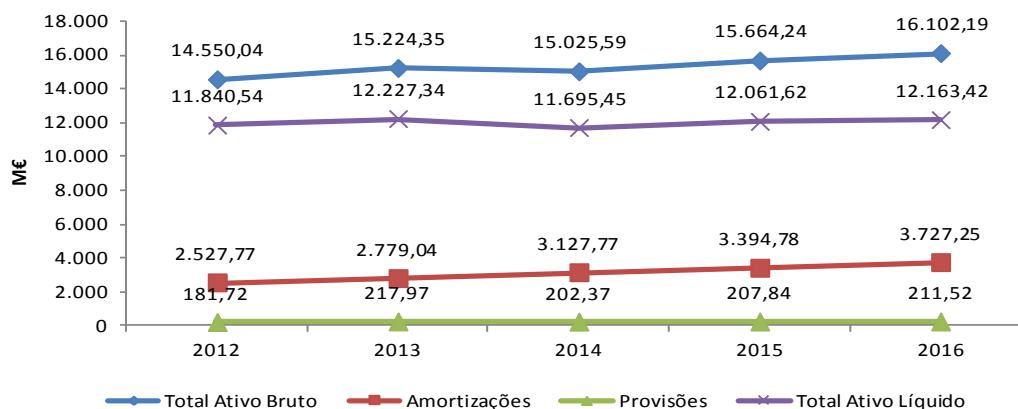
Ativo	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Ativo imobilizado bruto	13.515,17	13.839,32	13.666,69	14.123,97	14.366,56	1,7	6,3
<i>Bens do domínio público</i>	5.111,78	5.151,63	4.915,79	5.089,76	5.277,48	3,7	3,2
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	95,32	97,49	106,21	111,52	116,01	4,0	21,7
<i>Imobilizado corpóreo</i>	7.761,55	8.005,43	8.100,71	8.329,10	8.366,73	0,5	7,8
<i>Imobilizado em curso</i>	1.611,55	1.553,47	1.528,74	1.405,08	1.042,71	-25,8	-35,3
<i>Investimentos financeiros</i>	546,53	584,77	543,98	593,58	606,34	2,1	10,9
Existências	58,82	39,99	43,55	42,61	42,34	-0,6	-28,0
Contas a receber	452,87	740,65	531,93	522,46	551,09	5,5	21,7
Títulos negociáveis	2,42	3,42	1,80	4,55	7,35	61,6	203,5
Depósitos em instituições financeiras e caixa	267,83	287,17	327,43	490,30	524,43	7,0	95,8
Acréscimo de proveitos	228,91	291,10	426,90	466,91	586,80	25,7	156,3
Custos diferidos	24,02	22,70	27,29	13,44	23,62	75,7	-1,7
<b>Total ativo bruto</b>	<b>14.550,04</b>	<b>15.224,35</b>	<b>15.025,59</b>	<b>15.664,24</b>	<b>16.102,19</b>	<b>2,8</b>	<b>10,7</b>
<b>Amortizações</b>	<b>2.527,77</b>	<b>2.779,04</b>	<b>3.127,77</b>	<b>3.394,78</b>	<b>3.727,25</b>	<b>9,8</b>	<b>47,5</b>
<b>Provisões</b>	<b>181,72</b>	<b>217,97</b>	<b>202,37</b>	<b>207,84</b>	<b>211,52</b>	<b>1,8</b>	<b>16,4</b>
<b>Total ativo líquido</b>	<b>11.840,54</b>	<b>12.227,34</b>	<b>11.695,45</b>	<b>12.061,62</b>	<b>12.163,42</b>	<b>0,8</b>	<b>2,7</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- iv. **O saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa em 31 de dezembro, não obstante ter um peso muito reduzido no ativo dos municípios, aumentou significativamente (+95,8%) no período analisado, atingindo em 31 de dezembro de 2016 o montante de 524,43 M€.**
- v. **O montante das amortizações acumuladas no final de cada exercício apresenta-se crescente, tendo aumentado no período analisado +47,5%, o que se explica, por um lado, pelo crescimento do imobilizado bruto e, por outro lado, pelo envelhecimento natural dos equipamentos.**

A figura seguinte ilustra a evolução do ativo dos municípios da RLVT, incluindo as amortizações e as provisões.

Gráfico 22 – Evolução do ativo dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.



- vi. **Entre 2015 e 2016, nos municípios com maior variação relativa no ativo líquido total (identificados no quadro seguinte), o aumento do ativo resultou, maioritariamente, do acréscimo dos ativos registados como bens do domínio público ou imobilizado corpóreo.** No caso de Sintra, o aumento ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo do saldo em depósitos e caixa (+19,11 M€) e ao acréscimo de proveitos (+58,95 M€); em Vila Franca de Xira, o acréscimo de proveitos (+16,63 M€) foi também o principal fator originador do aumento dos ativos registado em 2016. Nos dois municípios verificou-se, pela primeira vez, a adoção do critério da especialização dos impostos municipais, originando uma variação significativa nos valores registados como acréscimo de proveitos.

**Tabela 100 – Lista dos municípios com maior variação positiva do ativo líquido, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	2015	2016	Unidade: milhões de euros
					Variação (%) 2015-2016
AML	Grande	Seixal	187,04	227,42	21,6
AML	Pequeno	Alcochete	41,78	46,78	12,0
AML	Grande	Sintra	753,58	821,02	9,0
AML	Grande	Odivelas	193,99	206,95	6,7
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	32,81	34,14	4,1
LT	Pequeno	Coruche	96,58	100,01	3,6
AML	Grande	Cascais	498,80	515,87	3,4
AML	Médio	Barreiro	124,79	128,67	3,1
AML	Grande	Vila Franca de Xira	346,12	355,69	2,8
AML	Grande	Oeiras	554,11	569,29	2,7

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.1.2 Estrutura do ativo por município

Da análise da estrutura do ativo dos vários municípios da RLVT em 31 de dezembro de 2016 destacam-se as seguintes conclusões:

- i. Os bens do domínio público representavam, em média, 36,5% dos ativos dos municípios da RLVT, com uma oscilação entre 6,6% (Barreiro) e 70,9% (Mação), com uma posição diversa destes municípios em matéria dos bens do imobilizado corpóreo. Enquanto o Barreiro detinha 74,9% dos respetivos ativos como imobilizado corpóreo, Mação tem apenas 26,0% dos ativos com este regime, o que significa que privilegia o registo dos respetivos bens como do domínio público.
- ii. **O imobilizado incorpóreo tem um significado irrelevante para a maioria dos municípios da região.** Em 37 municípios assumiu um peso relativo nulo ou inferior a 1%, no contexto dos ativos. No município com maior peso relativo (Almada), este não ultrapassou os 2,7%.
- iii. **O imobilizado corpóreo representou em média 50,9% dos ativos dos municípios da RLVT**, variando entre os 22,8% (Loures) e os 81,2% (Golegã) do total dos ativos.
- iv. **Relativamente ao imobilizado em curso, embora com pouca representatividade, registaram-se dinâmicas distintas** – 24 municípios registavam bens neste domínio com um peso inferior a 1% no respetivo ativo; por outro lado, em 6 municípios (Alcochete, Alenquer, Constância, Lisboa, Moita e Setúbal) estes ativos, em 31 de dezembro de 2016, eram superiores a 7% do total, evidenciando a existência de investimentos volumosos em curso.
- v. **Para a grande maioria dos municípios (44), os investimentos financeiros constituíam uma percentagem baixa dos respetivos ativos** – inferior a 5%. Os municípios que apresentavam maior volume relativo de investimentos financeiros foram Alenquer (17,2%), Moita e Santarém, estes com 19,9% dos ativos com esta natureza.

- vi. **O conjunto do imobilizado constituía uma média de 91,6% dos ativos dos municípios da RLVT**, em 31 de dezembro de 2016, variando entre os 68,3% (Seixal) e os 98,6% (Golegã) dos ativos detidos pelos municípios.
- vii. **Ainda em 2016, apenas 7 municípios (Coruche, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Tomar e Vila Franca de Xira) não registavam qualquer montante nas respetivas existências.** De qualquer forma, mesmo nos demais municípios, as existências representavam menos de 1% dos respetivos ativos, excetuando-se apenas Setúbal com 4,6% dos ativos constituídos pelas existências.
- viii. **Todos os municípios da RLVT registavam verbas em contas a receber de terceiros, no final de 2016**, sendo que em 47 municípios, estes ativos representavam menos de 5% do total registado. Em termos relativos, os municípios em que as verbas a receber de terceiros apresentavam maior peso no ativo eram Seixal (15,5%), Cartaxo (14,6%) e Sesimbra (10,7%).
- ix. **Os valores em depósitos e caixa no final do exercício económico constituíam, em média, 2,7% dos ativos detidos pelos municípios.** Amadora (14,1%) e Coruche (10,1%) registaram, em termos relativos, as mais elevadas disponibilidades financeiras.
- x. **As amortizações dos municípios registadas no final do ano económico de 2016 representavam em média 32,0%** do montante do imobilizado dos municípios, correspondente a uma variação de +2% do que em 2015, sendo Almeirim (56,5%) e Mação (58,0%) os municípios em que esta percentagem era maior. Esta situação poderá ser explicada por um maior grau de antiguidade dos bens detidos ou por maior regularidade e rigor na aplicação das taxas de amortização.
- xi. **Apenas Alenquer e Mação não registavam, em 31 de dezembro de 2016, qualquer verba a título de provisão<sup>18</sup>.** A comparação entre os valores das provisões e as contas a receber dos municípios indica que, em média, as provisões representavam 40,9% dos valores a receber de terceiros. No entanto, em Alcobaça e Ferreira do Zêzere o montante das provisões excedia as contas a receber.

### 1.1.3 Peso do ativo por grupo de municípios

- i. A análise da estrutura dos ativos dos **municípios da RLVT**, atendendo à respetiva **dimensão**, permite-nos aferir o seguinte:
  - O ativo imobilizado bruto tem um peso maior nos municípios de pequena e média dimensão, do que nos municípios grandes;
  - O peso dos ativos constituídos pelas contas a receber é tanto maior, quanto maior é o município, o mesmo se verificando com as provisões constituídas;
  - Os depósitos em instituições financeiras e caixa assumiam maior importância relativa nos municípios de maior dimensão, o mesmo se verificando com os acréscimos e diferimentos.

<sup>18</sup> De acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL, a constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Tabela 101 – Peso médio dos ativos em 2016, por categoria de ativo e dimensão dos municípios

Peso médio dos ativos, segundo a dimensão dos municípios	Unidade: percentagem			
	Pequeno	Médio	Grande	RLVT
Ativo imobilizado bruto	93,9	92,3	86,2	91,6
Existências	0,3	0,1	0,5	0,3
Contas a receber	1,2	2,2	3,9	2,2
Títulos negociáveis	0,0	0,1	0,0	0,0
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2,4	2,0	4,7	2,7
Acréscimos e diferimentos	2,2	3,1	4,6	3,2
<b>Total ativo bruto</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Amortizações	34,0	34,5	23,7	32,0
Provisões	32,9	39,6	55,9	40,9

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

#### 1.1.4 Composição do ativo por NUTS III

A seguir apresenta-se, por grandes agregados, o ativo dos municípios da RLVT em 2016, de acordo com as NUTS III em que estão integrados.

- i. Sendo certo que em quase todas as componentes se destacou o maior peso assumido pelos ativos dos municípios da AML, é ao nível das provisões que esta sub-região assumiu o maior peso relativo no cômputo da RLVT, uma vez que 94,4% das provisões constituídas tiveram origem nos municípios da AML.

Tabela 102 – Composição do ativo em 2016, por NUTS III

Ativo	Unidade: milhões de euros				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Ativo imobilizado bruto	10.502,10	1.167,79	1.422,30	1.274,38	<b>14.366,56</b>
Existências	35,45	1,71	2,42	2,75	<b>42,34</b>
Contas a receber	489,70	30,91	16,79	13,70	<b>551,09</b>
Títulos negociáveis	0,05	4,30	3,00	0,00	<b>7,35</b>
Depósitos em instituições financeiras e caixa	440,32	30,43	23,38	30,30	<b>524,43</b>
Acréscimos e diferimentos	515,02	35,06	40,48	19,86	<b>610,42</b>
<b>Total ativo bruto</b>	<b>11.982,64</b>	<b>1.270,20</b>	<b>1.508,36</b>	<b>1.340,99</b>	<b>16.102,19</b>
Amortizações	2.381,41	382,52	536,82	426,50	<b>3.727,25</b>
Provisões	199,67	4,02	3,36	4,47	<b>211,52</b>
<b>Total ativo líquido</b>	<b>9.401,57</b>	<b>883,66</b>	<b>968,18</b>	<b>910,01</b>	<b>12.163,42</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

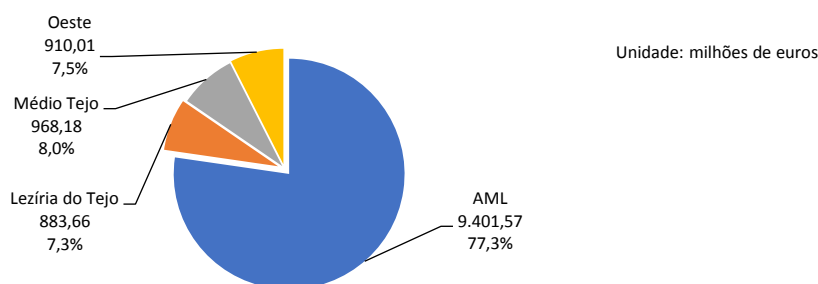
- ii. Na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, destaque ainda para a relevância assumida pela rubrica dos títulos negociáveis. No caso do Médio Tejo, esta importância decorre do registo de Abrantes (-3,0 M€) sob a forma de “Outras aplicações de tesouraria”, enquanto na Lezíria do Tejo, assinala-se o registo, também na mesma rubrica, de Santarém (4,3 M€).

Tabela 103 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III

Ativo	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Unidade: percentagem	
					RLVT	
Ativo imobilizado bruto	73,1	8,1	9,9	8,9	100,0	
Existências	83,7	4,0	5,7	6,5	100,0	
Contas a receber	88,9	5,6	3,0	2,5	100,0	
Títulos negociáveis	0,7	58,5	40,8	0,0	100,0	
Depósitos instituições financeiras e caixa	84,0	5,8	4,5	5,8	100,0	
Acréscimos e diferimentos	84,4	5,7	6,6	3,3	100,0	
<b>Total ativo bruto</b>	<b>74,4</b>	<b>7,9</b>	<b>9,4</b>	<b>8,3</b>	<b>100,0</b>	
Amortizações	63,9	10,3	14,4	11,4	100,0	
Provisões	94,4	1,9	1,6	2,1	100,0	
<b>Total ativo líquido</b>	<b>77,3</b>	<b>7,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,5</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 23 – Ativo líquido dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 1.2 Passivo

### 1.2.1 Evolução dos principais agregados do passivo, no período 2012-2016

Da análise da evolução dos principais componentes do passivo dos municípios da RLVT salienta-se o seguinte:

Tabela 104 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016

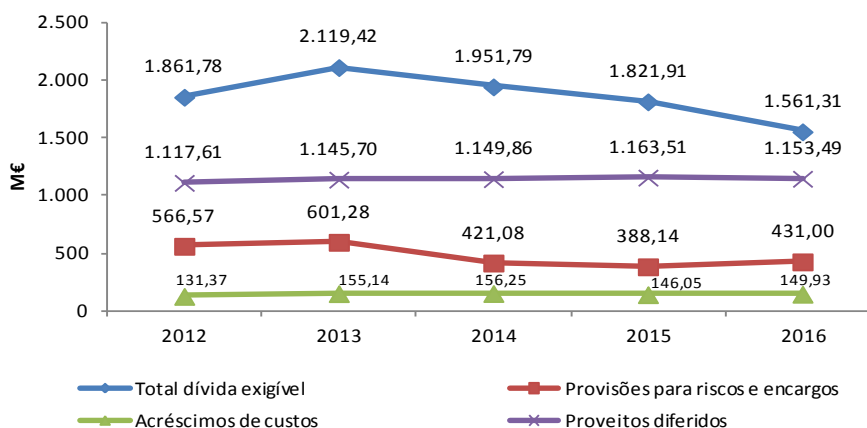
Passivo	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação %	
						2015-2016	2012-2016
Total dívida exigível	1.861,78	2.119,42	1.951,79	1.821,91	1.561,31	-14,3	-16,1
Provisões para riscos e encargos	566,57	601,28	421,08	388,14	431,00	11,0	-23,9
Acréscimos de custos	131,37	155,14	156,25	146,05	149,93	2,7	14,1
Proveitos diferidos	1.117,61	1.145,70	1.149,86	1.163,51	1.153,49	-0,9	3,2
<b>Total passivo</b>	<b>3.677,33</b>	<b>4.021,55</b>	<b>3.678,97</b>	<b>3.519,61</b>	<b>3.295,74</b>	<b>-6,4</b>	<b>-10,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- i. O passivo total registou uma redução de -10,4% entre 2012 e 2016, atingindo, neste último exercício, os 3.295,74 M€. Contudo, a diminuição não foi constante: em 2013, aumentou +9,4% face ao período homólogo; a partir de 2014 tem-se registado anualmente um decréscimo, que se refletiu, em 2015 e 2016, em passivos inferiores aos registados em 2012.

- ii. **Não obstante as sucessivas limitações impostas à dívida dos municípios pelos regimes jurídicos das finanças locais específicos do subsector da administração local, pela lei de enquadramento orçamental ou pelas leis do Orçamento do Estado, a dívida exigível por terceiros constitui ainda a maior componente do passivo.** No período analisado a dívida exigível representou, em média, 40,3% do passivo. Em termos de valores absolutos, estes diminuíram -16,1% entre 2012 e 2016. No último exercício analisado (2016) confirmou-se o comportamento positivo das dívidas dos municípios da RLVT, que se traduziu numa diminuição de -14,3% da dívida exigível por terceiros, face a 2015.
- iii. **As provisões para riscos e encargos do total dos municípios da RLVT registaram, em 2016, um crescimento de +42,86 M€, face ao período homólogo.** Este aumento foi particularmente influenciado pelo comportamento da rubrica de provisões para riscos e encargos em Lisboa, a qual aumentou +35,2 M€, variação justificada pelo reforço tendo em vista fazer face a eventuais responsabilidades resultantes dos processos judiciais em contencioso<sup>19</sup>.
- iv. A tendência de crescimento registada pelos proveitos diferidos<sup>20</sup> entre 2012 e 2015 não se confirmou em 2016. Não obstante se constate um crescimento de +3,2% entre 2012 e 2016, no último ano do período analisado verificou-se uma redução dos valores, face a 2015, o que poderá ter a ver com a aprovação / execução dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários e consequente menor atribuição de subsídios ao investimento aos municípios, nesta fase.
- v. Na RLVT, Moita permaneceu, em 2016, o único município que não registou proveitos diferidos, o mesmo se verificando nos vários exercícios analisados.

Gráfico 24 – Evolução do passivo dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

A lista seguinte refere-se aos municípios da RLVT com maior acréscimo relativo do passivo, entre 2015 e 2016.

<sup>19</sup> Fonte: Relatório de gestão de 2016 do Município de Lisboa.

<sup>20</sup> Como proveitos diferidos (conta 274 do POCAL) registam-se os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como sejam as rendas recebidas adiantadamente, as faturas emitidas sobre produtos a fornecer ou serviços a prestar nos anos seguintes ou os subsídios para investimentos.

Tabela 105 – Lista dos municípios com variação positiva do passivo, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Unidade: milhões de euros		
			2015	2016	Varição (%) 2015-2016
MT	Pequeno	Sardoal	6,43	12,54	95,0
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	12,07	12,42	2,9
LT	Médio	Almeirim	17,11	17,56	2,7

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

- vi. **Entre 2015 e 2016, 49 municípios registaram uma redução do passivo e 3 aumentaram.** Em termos relativos a maior redução do passivo foi registada em Cascais (-20,6%), seguido de Sintra (-18,2%) e Odivelas (-15,5%). Nestes, todos pertencentes à categoria de grandes municípios, a diminuição do passivo foi sustentada fundamentalmente pela redução das dívidas a terceiros, as quais diminuíram -19,92M€ em Cascais, -20,52 M€ em Sintra e -7,07 M€ em Odivelas.

Tabela 106 – Lista dos municípios com maior variação negativa do passivo, entre 2015 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Unidade: milhões de euros		
			2015	2016	Varição (%) 2015-2016
AML	Grande	Cascais	103,50	82,13	-20,6
AML	Grande	Sintra	130,65	106,87	-18,2
AML	Grande	Odivelas	55,33	46,77	-15,5
AML	Médio	Palmela	31,65	26,79	-15,3
AML	Pequeno	Alcochete	19,40	16,92	-12,8
LT	Pequeno	Chamusca	11,15	9,75	-12,5
AML	Médio	Moita	19,18	17,13	-10,7
O	Médio	Torres Vedras	56,86	51,09	-10,1
LT	Pequeno	Alpiarça	19,65	17,69	-10,0
AML	Grande	Setúbal	116,68	105,36	-9,7

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.2 Estrutura do passivo por município

Da análise da estrutura do passivo dos municípios da RLVT, em 2016, resulta o seguinte:

- A dívida a terceiros em 31 de dezembro representava em média 40,3% do passivo dos municípios, variando entre os 9,0% (Benavente) e os 93,0% (Moita).** Na maioria dos municípios, as dívidas a terceiros de médio e longo prazo eram superiores às de curto prazo. No entanto, 3 municípios – Alcochete, Caldas da Rainha e Nazaré, registaram dívidas de curto prazo superiores às de médio e longo prazo.
- Nota igualmente para o facto de 6 municípios não registarem, no final do exercício, faturas em receção e conferência,** em oposição aos 20 que não registavam em 2015. Os municípios em que as faturas em receção e conferência assumiram maior peso relativo no respetivo passivo foram Moita (11,4%) e Palmela (8,3%).
- Referência igualmente para 13 municípios, mais um do que em 2015, que não registaram quaisquer provisões para riscos e encargos.** Esta situação é positiva desde que reflita, de facto, a inexistência de fundamentos para o registo de provisões. Contudo, poderá haver situações em que esteja em causa o cumprimento do princípio da prudência, preconizado no ponto 3.2 do POCAL, nos termos do qual deve ser refletido nas contas um grau de precaução que permita fazer face a passivos contingentes<sup>21</sup>. Loures (49,7%), Alcobaça (24,0%) e Lisboa (21,9%)

<sup>21</sup> Municípios sem registo de provisões para riscos e encargos, em 31-12-2016: Alpiarça, Barreiro, Benavente, Cadaval, Chamusca, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Montijo, Peniche, Sardoal e Sobral de Monte Agraço.

foram os municípios em que os passivos contingentes registados como provisões para riscos e encargos assumiram o maior peso relativo no conjunto do passivo.

- iv. **Em média, 49,9% das verbas registadas pelos municípios como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o elevado grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital.** Todos os municípios, com exceção de Moita, registaram verbas em proveitos diferidos.

### 1.2.3 Peso do passivo por grupo de municípios

- i. Em matéria de influência da dimensão dos municípios no peso das várias rubricas do passivo, e tendo por base a análise do exercício de 2016, constata-se que quanto maior é a dimensão do município, maior o peso que assumem a dívida exigível, as provisões para riscos e encargos e o acréscimos de custos. Por outro lado, quanto menor é a dimensão dos municípios, maior a importância relativa que os proveitos diferidos assumem nos municípios, refletindo a importância que os financiamentos externos assumem nos municípios de menor dimensão.

**Tabela 107 – Peso médio dos passivos em 2016, por categoria de passivo e dimensão dos municípios**

Peso médio dos passivos, segundo a dimensão dos municípios	Unidade: percentagem			
	Pequeno	Médio	Grande	RLVT
Total dívida exigível	34,7	40,3	49,2	<b>40,3</b>
Provisões para riscos e encargos	1,9	3,1	13,5	<b>4,9</b>
Acréscimos de custos	3,6	4,7	6,9	<b>4,8</b>
Proveitos diferidos	59,8	51,9	30,4	<b>49,9</b>
<b>Total passivo</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.4 Composição do passivo por NUTS III

**Tabela 108 – Composição do passivo em 2016, por NUTS III**

Passivo	Unidade: milhões de euros				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	318,13	41,81	22,93	48,53	431,39
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	844,28	126,46	84,14	75,03	1.129,92
<b>Total dívida exigível</b>	<b>1.162,41</b>	<b>168,27</b>	<b>107,07</b>	<b>123,56</b>	<b>1.561,31</b>
Provisões para riscos e encargos	397,21	12,32	4,66	16,80	431,00
Acréscimos de custos	108,83	19,95	9,64	11,51	149,93
Proveitos diferidos	573,49	184,63	193,15	202,22	1.153,49
<b>Total passivo</b>	<b>2.241,94</b>	<b>385,17</b>	<b>314,53</b>	<b>354,10</b>	<b>3.295,74</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- i. **A distribuição do passivo pelas NUTS III da RLVT confirma a evidência demonstrada anteriormente do peso da AML na região.**
- ii. Tal como se constatou em relação ao ativo, também no passivo as provisões para riscos e encargos assumem uma relevância muito maior nesta sub-região. Com 68,0% do passivo, os municípios da AML registaram 92,2% do total das provisões feitas na região, sendo o Médio Tejo aquela onde o peso das provisões é menor, correspondente a apenas 1,1% do total registado na região.

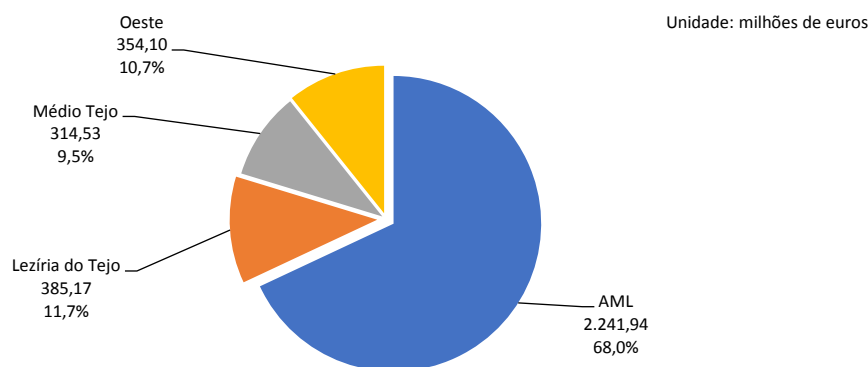
Tabela 109 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III

Passivo	Unidade: percentagem				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	73,7	9,7	5,3	11,2	100,0
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	74,7	11,2	7,4	6,6	100,0
<b>Total dívida exigível</b>	<b>74,5</b>	<b>10,8</b>	<b>6,9</b>	<b>7,9</b>	<b>100,0</b>
Provisões para riscos e encargos	92,2	2,9	1,1	3,9	100,0
Acréscimos de custos	72,6	13,3	6,4	7,7	100,0
Proveitos diferidos	49,7	16,0	16,7	17,5	100,0
<b>Total passivo</b>	<b>68,0</b>	<b>11,7</b>	<b>9,5</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

O gráfico seguinte é elucidativo do peso dos municípios da AML na RLVT e da distribuição pelas demais NUTS III.

Gráfico 25 – Passivo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.2.5 Dívidas a terceiros

No presente ponto irá ser analisada a dívida a terceiros dos municípios da RLVT, decomposta, por um lado, entre comercial e financeira e, por outro lado, entre orçamental e não orçamental.

#### 1.2.5.1 Dívida comercial<sup>22</sup> e financeira

- i. **A dívida dos municípios é essencialmente financeira<sup>23</sup>. Em média, 31,2% da dívida dos municípios é comercial, sendo os restantes 68,8% de natureza financeira.** Ainda assim, verificou-se uma amplitude significativa entre os municípios. O peso da dívida comercial contraída junto de fornecedores e outros credores variou entre 7,2% do total da dívida em Azambuja, e 78,2%, em Mafra. Nos municípios grandes, a dívida comercial apresentou um peso relativo ligeiramente mais elevado, representando, em média, 35,8% da dívida.

<sup>22</sup> Incluindo-se nesta também a dívida administrativa, entendida como as dívidas ao Estado e outros entes públicos (IVA, segurança social, etc).

<sup>23</sup> Mesmo considerando nesta apenas as dívidas bancárias, uma vez que não se dispõe de informação sobre a dívida de contratos de locação financeira, que também deveria ser abrangida na dívida financeira, mas que, por falta de informação, consta das dívidas comerciais.



- ii. A dívida financeira é constituída na sua grande maioria por empréstimos contratados junto da banca, que representavam 85,2% das dívidas de empréstimos.
- iii. **Em matéria de empréstimos obtidos pelos municípios ao abrigo de programas de apoio do Estado à reestruturação do endividamento municipal (PPTH<sup>24</sup>, PREDE<sup>25</sup>, PAEL<sup>26</sup> e FAM<sup>27</sup>), no final de 2016, as dívidas dos municípios da RLVT no âmbito daqueles programas apresentavam a situação constante da tabela seguinte.** As dívidas contraídas ao abrigo destes programas têm vindo a diminuir, à medida que se prolonga no tempo a execução dos mesmos e têm lugar as amortizações programadas, ou não, das dívidas. Em média, no exercício em análise, as dívidas do PREDE representavam 3,7%, do PAEL 9,7%, os empréstimos do FAM 1,4%<sup>28</sup> e as dívidas contraídas no âmbito do PPTH 0,2%. As restantes dívidas de empréstimos resultam de empréstimos de médio e longo prazo contraídas junto de instituições de crédito.

O quadro seguinte reúne a informação disponível sobre os empréstimos dos municípios resultantes do recurso a programas do Estado para recuperação da situação financeira<sup>29</sup>.

**Tabela 110 – Capital em dívida em 31-12-2016 de empréstimos contraídos no âmbito de programas do Estado para recuperação financeira dos municípios**

Unidade: euros

NUTS III	Tipo de município	Municípios	PPTH	PREDE	PAEL	FAM / ATU	Total
MT	Pequeno	Alcanena	0	587.003	0	0	587.003
O	Médio	Alcobaça	0	600.000	0	0	600.000
AML	Pequeno	Alcochete	0	471.197	0	0	471.197
O	Médio	Alenquer	0	124.107	788.887	0	912.994
LT	Pequeno	Alpiarça	0	370.932	0	0	370.932
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0	238.426	1.763.256	0	2.001.681
LT	Médio	Azambuja	145.853	400.000	0	0	545.853
AML	Médio	Barreiro	720.000	312.358	0	0	1.032.358
O	Pequeno	Bombarral	0	311.119	0	0	311.119
LT	Médio	Cartaxo	0	0	16.361.855	4.817.323	21.179.178
LT	Pequeno	Chamusca	0	400.000	2.205.153	0	2.605.153
MT	Médio	Entroncamento	0	93.696	2.297.217	0	2.390.913
AML	Grande	Lisboa	0	20.561.221	0	0	20.561.221
O	Médio	Lourinhã	0	0	729.367	0	729.367
O	Pequeno	Nazaré	0	2.851.206	0	7.102.302	9.953.508
O	Pequeno	Óbidos	0	0	2.612.290	0	2.612.290
MT	Médio	Ourém	0	2.272.000	2.511.115	0	4.783.115
O	Médio	Peniche	226.101	0	2.353.158	0	2.579.259
LT	Médio	Rio Maior	0	210.506	645.835	0	856.341
LT	Médio	Santarém	0	4.600.000	19.990.633	0	24.590.633
MT	Pequeno	Sardoal	0	207.820	342.244	0	550.064
AML	Médio	Sesimbra	0	0	6.436.494	0	6.436.494
AML	Grande	Sintra	0	1.940.185	0	0	1.940.185
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	0	80.699	789.965	0	870.664
MT	Médio	Tomar	0	798.644	0	0	798.644
MT	Médio	Torres Novas	0	2.390.669	5.117.515	0	7.508.183
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	0	0	528.118	0	528.118
<b>Total dívida</b>			<b>1.091.954</b>	<b>39.821.786</b>	<b>65.473.102</b>	<b>11.919.625</b>	<b>118.306.467</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

<sup>24</sup> O Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

<sup>25</sup> O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de novembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

<sup>26</sup> O PAEL foi criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento do Estado para 2017). A Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, por sua vez, procedeu à regulamentação do PAEL.

<sup>27</sup> A regulamentação do Fundo de Apoio Municipal consta da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

<sup>28</sup> Apenas dois municípios, Cartaxo e Nazaré, registavam dívidas junto do FAM em 31 de dezembro de 2016.

<sup>29</sup> No quadro não constam os empréstimos para saneamento financeiro, uma vez que estes, apesar de serem contratados para fazer face a situações de endividamento excessivo, são contratualizados pelos municípios ao abrigo do regime jurídico das finanças locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e leis das finanças locais anteriores).

### 1.2.5.2 Dívida orçamental e não orçamental

Tendo em conta que a dívida não orçamental não constitui propriamente dívida do município, mas uma retenção temporária de verbas a entregar a terceiros, encontrando-se coberta por disponibilidades, importa distinguir entre as dívidas orçamentais e não orçamentais. Neste âmbito, destaca-se o seguinte:

- iv. **Em 31 de dezembro de 2016, todos os municípios registavam dívidas não orçamentais, a qual representava, contudo e em geral, um peso muito baixo no cômputo total da dívida.** Em média, as dívidas não orçamentais constituíam 4,5% da dívida dos municípios da RLVT. O maior peso relativo da dívida não orçamental foi registado em Benavente, onde a dívida não orçamental constituía 24,9% do total da dívida.

## 1.3 Fundos próprios

### 1.3.1 Evolução dos principais agregados dos fundos próprios, no período 2002-2016

Tabela 111 – Evolução dos fundos próprios nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016

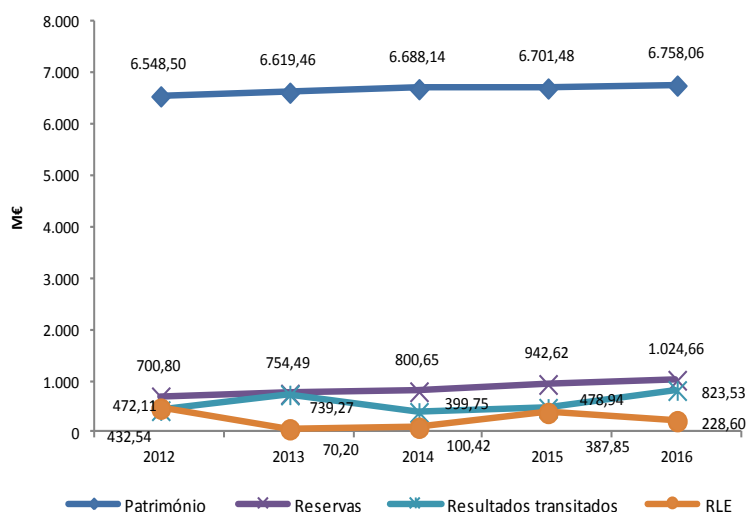
Fundos próprios	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Património	6.548,50	6.619,46	6.688,14	6.701,48	6.758,06	0,8	3,2
Ajustamento de partes capital em empresas	-2,23	10,88	16,03	19,38	21,01	8,4	1042,4
Reservas de reavaliação	11,49	11,49	11,49	11,76	11,82	0,6	2,9
Reservas	700,80	754,49	800,65	942,62	1.024,66	8,7	46,2
Resultados transitados	432,54	739,27	399,75	478,94	823,53	72,0	90,4
RLE	472,11	70,20	100,42	387,85	228,60	-41,1	-51,6
<b>Total fundos próprios</b>	<b>8.163,21</b>	<b>8.205,79</b>	<b>8.016,47</b>	<b>8.542,02</b>	<b>8.867,68</b>	<b>3,8</b>	<b>8,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- i. **O quadro anterior permite identificar o aumento dos fundos próprios, entre 2012 e 2016, bem como das respetivas componentes.** Em valores absolutos, registou-se um aumento de cerca de +704,47 M€ dos fundos próprios dos municípios da RLVT, que correspondeu, em termos relativos, a uma variação positiva de +8,6%. Com exceção do RLE, as restantes componentes dos fundos próprios aumentaram.
- ii. **O património, agregando os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe foram consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas, valorizou-se +3,2% entre 2012 e 2016.** Este resultado é explicado por uma valorização do património por parte de alguns municípios, mas também por muitos outros continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património<sup>30</sup>. Na figura seguinte é evidenciada a evolução dos fundos próprios dos municípios da RLVT entre 2012 e 2016. Destaca-se o facto de o património constituir, como seria de esperar, a grande percentagem dos fundos próprios, ao longo de todo o período analisado.

<sup>30</sup> Não obstante a aplicação do POCAL ser obrigatória desde 2002, a inventariação e avaliação do património municipal é uma das áreas em que se verifica um nível de implementação do POCAL menos completa, a par da contabilidade de custos. No caso da inventariação e avaliação do património, as dificuldades na aplicação integral do POCAL são justificadas, essencialmente, pelas características próprias dos bens do domínio público e pelo facto de estes bens estarem fora do mercado.

Gráfico 26 – Evolução dos principais componentes dos fundos próprios dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 112 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos fundos próprios, entre 2012 e 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Unidade: milhões de euros		
			2015	2016	Variação (%) 2015-2016
O	Pequeno	Nazaré	2,70	5,59	107,1
AML	Grande	Seixal	94,20	138,85	47,4
AML	Pequeno	Alcochete	22,38	29,86	33,4
AML	Grande	Odivelas	138,67	160,18	15,5
AML	Grande	Sintra	622,93	714,15	14,6
O	Pequeno	Cadaval	14,79	16,73	13,1
O	Médio	Torres Vedras	79,39	87,52	10,2
AML	Grande	Cascais	395,29	433,74	9,7
LT	Médio	Santarém	138,93	150,62	8,4
O	Médio	Peniche	19,29	20,91	8,4

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

iii. No universo dos municípios com maior acréscimo dos fundos próprios, a explicação para o aumento é diversificada, de município para município:

- Em Nazaré, a variação positiva deveu-se à melhoria da situação dos resultados transitados, que passaram de -14,03 M€ para -10,76 M€;
- Em Seixal, a variação decorreu do aumento das reservas, passando de 16,69 M€ para 45,44 M€;
- Em Alcochete, a principal causa do aumento dos fundos próprios foi o aumento das reservas (+3,17 M€), mas também ao nível do RLE (+1,97 M€) e dos resultados transitados (+1,77 M€) se verificou uma melhoria.

iv. Registo para 23 municípios sem alterações no valor do respetivo património. Em contrapartida, 2 municípios (Almada e Benavente) viram o valor do respetivo património diminuir.

### 1.3.2 Estrutura dos fundos próprios por município

i. Em 2016, o património representou, na RLVT, 76,2% dos fundos próprios dos municípios.

- ii. De notar que 11 municípios apresentaram RLE negativos, sendo a lista destes municípios constituída integralmente por municípios de pequena e média dimensão. O facto de os municípios com menor dimensão terem mais dificuldade em obter economias de escala, que permitam minimizar os custos, poderá ser um dos fatores explicativos para os RLE negativos.

Tabela 113 – Municípios com RLE negativo, em 2016

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Unidade: milhões de euros	
			RLE	
O	Médio	Lourinhã		-3,95
MT	Médio	Ourém		-3,50
LT	Médio	Almeirim		-2,71
O	Pequeno	Óbidos		-1,52
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere		-1,27
MT	Pequeno	Mação		-1,24
LT	Pequeno	Alpiarça		-1,06
AML	Médio	Mafra		-0,71
LT	Médio	Salvaterra de Magos		-0,45
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço		-0,31
O	Médio	Caldas da Rainha		-0,06

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

### 1.3.3 Peso dos fundos próprios por grupo de municípios

- i. Em 2016, a análise do peso das várias componentes dos fundos próprios dos municípios da RLVT, atendendo à dimensão dos municípios, permite constatar que quanto maior a dimensão dos municípios, menor o peso que o património assume, uma vez que outras componentes dos fundos próprios, como as reservas, se tornam mais significativas.
- ii. Ao nível dos resultados transitados, destacou-se a influência de Nazaré no grupo dos municípios de pequena dimensão. De facto, este município, em 2016, registou resultados transitados negativos que representavam quase o dobro do valor dos respetivos fundos próprios, o que foi determinante no valor médio negativo dos municípios de pequena dimensão, na RLVT.
- iii. Destaque também, no caso de Cartaxo, para os resultados transitados significativamente negativos, situação que se repercutiu sobre um montante total de fundos próprios negativo.

Tabela 114 – Peso médio dos fundos próprios em 2016, por categoria de fundo próprio e dimensão dos municípios

Peso médio dos fundos próprios, segundo a dimensão dos municípios <sup>31</sup>	Unidade: percentagem			
	Pequeno	Médio	Grande	RLVT
Património	109,5	86,5	73,8	91,4
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,6	0,9	0,4	0,7
Reservas de reavaliação	0,4	0,4	0,0	0,3
Reservas	8,4	9,0	17,3	10,6
Resultados transitados	-24,0	1,1	4,9	-6,4
RLE	5,0	2,1	3,6	3,4
<b>Total fundos próprios</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

<sup>31</sup> No cálculo do peso médio não se incluiu os dados referentes ao município do Cartaxo, atendendo a que este evidencia um total de fundos próprios negativo.

### 1.3.4 Composição dos fundos próprios por NUTS III

- i. Também ao nível dos fundos próprios os municípios da AML registam os valores mais elevados da RLVT. Em termos globais, os fundos próprios desta NUTS III representam 80,7% e as restantes NUTS III da RLVT apresentam pesos relativos que variam entre 5,6% e 7,4%.

**Tabela 115 – Composição dos fundos próprios em 2016, por NUTS III**

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	5.189,47	489,18	634,41	444,99	6.758,06
Ajustamento partes de capital em empresas	-6,23	27,11	0,14	0,00	21,01
Reservas de reavaliação	0,15	11,12	0,22	0,34	11,82
Reservas	867,90	22,11	58,38	76,27	1.024,66
Resultados transitados	905,89	-61,82	-39,75	19,22	823,53
RLE	202,46	10,79	0,26	15,10	228,60
<b>Total fundos próprios</b>	<b>7.159,63</b>	<b>498,49</b>	<b>653,65</b>	<b>555,91</b>	<b>8.867,68</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

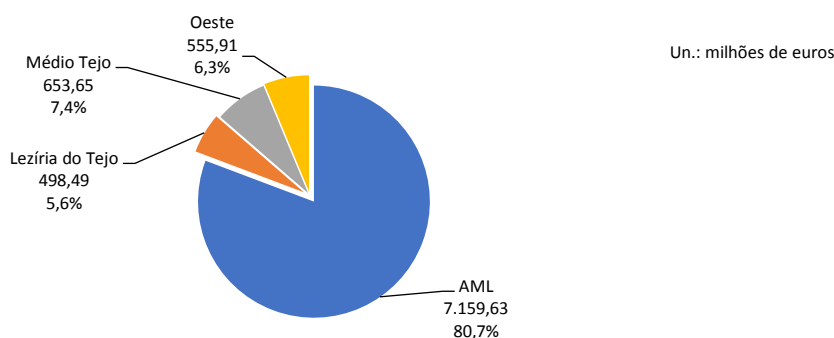
**Tabela 116 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III**

Unidade: percentagem

Fundos próprios	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	76,8	7,2	9,4	6,6	100,0
Ajustamento partes de capital em empresas	-29,7	129,0	0,6	0,0	100,0
Reservas de reavaliação	1,2	94,1	1,8	2,9	100,0
Reservas	84,7	2,2	5,7	7,4	100,0
Resultados transitados	110,0	-7,5	-4,8	2,3	100,0
RLE	88,6	4,7	0,1	6,6	100,0
<b>Total fundos próprios</b>	<b>80,7</b>	<b>5,6</b>	<b>7,4</b>	<b>6,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 27 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III**



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA

A análise da estrutura económica desenvolvida neste ponto assenta na informação registada pelos municípios da RLVT nas respetivas demonstrações de resultados aprovadas.

**A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos reconhecidos do exercício, classificados por natureza.** Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros. A demonstração de resultados é um importante instrumento de análise económica, na medida em que fornece informação sobre o desempenho dos municípios ao longo do exercício.

O **resultado operacional** ou económico abrange os custos e proveitos obtidos na atividade principal dos municípios. Na medida em que respeitam à atividade principal das entidades, este subgrupo da demonstração de resultados é o mais desenvolvido. Os **resultados financeiros** compreendem os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros efetuados pelos municípios. Os **resultados extraordinários** decorrem da relação entre os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

### 2.1 Custos

#### 2.1.1 Evolução dos principais agregados dos custos, no período 2012-2016

Tabela 117 – Evolução dos custos nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016

Custos	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Custos operacionais	2.027,26	2.026,55	2.015,09	1.977,03	2.140,09	8,2	5,6
<i>CMVMC</i>	30,47	34,78	30,59	33,62	33,09	-1,6	8,6
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	626,59	614,21	592,74	608,36	653,95	7,5	4,4
<i>Custos com o pessoal</i>	742,77	802,80	773,43	779,62	795,44	2,0	7,1
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	232,86	215,83	213,38	235,41	246,02	4,5	5,6
<i>Amortizações do exercício</i>	247,29	253,24	261,49	263,43	286,32	8,7	15,8
<i>Provisões do exercício</i>	136,53	96,50	134,87	48,45	116,02	139,5	-15,0
<i>Outros custos operacionais</i>	10,75	9,18	8,59	8,14	9,25	13,7	-13,9
Custos e perdas financeiros	68,49	55,53	44,97	41,92	30,17	-28,0	-55,9
Custos e perdas extraordinários	130,30	129,22	104,22	109,90	189,43	72,4	45,4
<b>Total custos</b>	<b>2.226,05</b>	<b>2.211,30</b>	<b>2.164,28</b>	<b>2.128,85</b>	<b>2.359,70</b>	<b>10,8</b>	<b>6,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

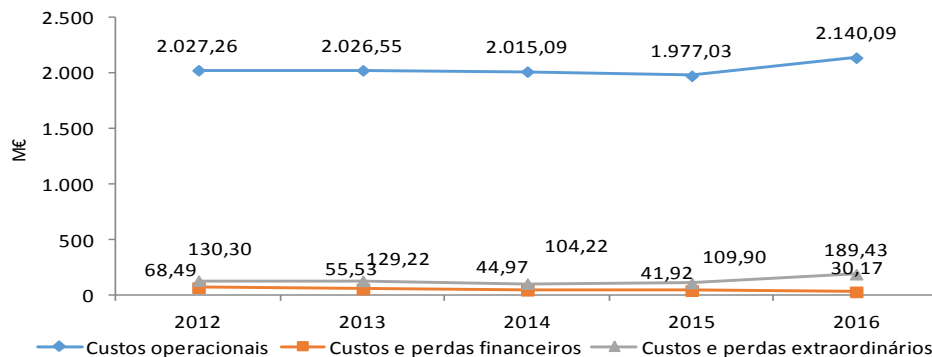
- i. **Os custos do conjunto dos municípios da região aumentaram +6,0%, neste período**, ou seja, +133,64 M€. No entanto, a análise dos vários agregados que os constituem permite identificar situações diversificadas.
- ii. **Os custos operacionais aumentaram +112,83 M€ em 2016, face a 2012**, o que representou um acréscimo de custos operacionais de +5,6%. O maior aumento ocorreu ao nível dos encargos com o pessoal, os quais cresceram +52,66 M€ (+7,1%) confirmando a tendência registada no exercício anterior.
- iii. Da mesma forma, também os custos com fornecimentos e serviços externos continuaram a subir, tendo aumentado +4,4% em 2016, em comparação com os valores registados em 2012.
- iv. Um aumento significativo nos custos verificou-se igualmente nos custos e perdas extraordinários, tendo este sido particularmente influenciado pela variação ocorrida nas transferências de capital e nas amortizações efetuadas por

Lisboa, as quais registaram uma variação positiva de, respetivamente, +18,0 M€ e +40,9 M€<sup>32</sup>, estas últimas decorrentes do processo de inventariação de bens do imobilizado corpóreo e do domínio público que continua a decorrer naquele Município.

- v. Também ao nível das amortizações do exercício se confirmou a tendência para o aumento identificada em anos anteriores, o que se explica, por um lado, com o aumento dos bens inventariados e, por outro, com o aumento do ativo imobilizado dos municípios e o seu envelhecimento. Em 2016, o montante das amortizações do exercício significou +15,8% (+39,03 M€), relativamente ao valor registado em 2012. Apesar de não se traduzirem em exfluxos de verbas, estes custos refletem exigências futuras em termos da conservação / recuperação dos ativos a que respeitam.
- vi. Em trajetória contrária à **tendência global de redução dos custos apontada, os custos e perdas financeiros confirmaram a evolução decrescente que se tem vindo a verificar desde 2012**. Estes custos registaram, em 2016, uma diminuição de -55,9% comparativamente ao montante apurado em 2012.
- vii. Por sua vez, as provisões do exercício também baixaram, em relação a 2012, sendo, no entanto, de assinalar um aumento para mais do dobro (+139,5%) em 2016, em relação a 2015. Também neste caso a variação registada ao nível do conjunto dos municípios da RLVT é particularmente influenciada pela variação ocorrida em Lisboa, uma vez que este reforçou as respetivas provisões do exercício em 66,8 milhões de euros<sup>33</sup>.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos custos operacionais, financeiros e extraordinários e permite confirmar a grande predominância dos custos de natureza operacional.

**Gráfico 28 – Evolução dos custos dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016**



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Da análise da evolução dos **custos médios por município**, entre 2012 e 2016, destaca-se o seguinte:

- viii. Apesar de nos três grupos de municípios se ter verificado um aumento dos custos médios, entre 2012 e 2016, este aumento foi mais significativo nos grandes municípios, nos quais o crescimento dos custos médios foi de +8,0%. Nos municípios de média dimensão, o custo médio cresceu 6,0% e nos municípios de pequena dimensão os custos médios aumentaram apenas +1,0%.
- ix. Não obstante a tendência identificada não ser linear, nos três grupos foi registado um aumento do valor médio dos custos, em 2016. Nos municípios de grande dimensão os custos médios decresceram anualmente, entre 2012 e 2015, invertendo-se esta tendência em 2016, ano em que se verificou um aumento de +15,8% dos custos médios;

<sup>32</sup> Relatório de Gestão de 2016 do Município de Lisboa.

<sup>33</sup> No Relatório de Gestão de 2016 do Município de Lisboa a justificação apresentada para esta variação é o reforço da carteira para fazer face a processos judiciais.

nos municípios de média dimensão, os valores médios cresceram entre 2012 e 2014, tiveram uma quebra em 2015 e voltaram a subir em 2016; nos municípios de pequena dimensão, houve um aumento dos custos médios em 2013, baixando nos dois anos seguintes, para se manterem a um nível próximo do de 2012.

**Gráfico 29 – Evolução dos custos médios dos municípios da RLVT, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016**

Custos médios, por dimensão dos municípios	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
Pequeno	9,31	9,95	9,49	9,34	9,40	0,6	0,9
Médio	24,70	24,77	25,19	24,94	25,51	2,36	3,3
Grande	134,09	131,60	127,12	124,68	144,33	15,8	7,6
<b>RLVT</b>	<b>42,81</b>	<b>42,52</b>	<b>41,62</b>	<b>40,94</b>	<b>45,38</b>	<b>10,8</b>	<b>6,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

x. **No ranking dos municípios com maior aumento relativo dos custos, entre 2015 e 2016, apenas 2 municípios pertencem ao grupo dos pequenos municípios; 3 são municípios de média dimensão e 5 de grande dimensão.**

Registo para as seguintes situações:

- Lisboa, o aumento de +33,1% dos custos teve na sua origem, maioritariamente, o acréscimo das provisões para fazer face a processos judiciais e os custos extraordinários, nestas destacando-se as transferências de capital para outras entidades.
- Oeiras, onde o acréscimo de +19,4% registado nos custos, entre 2015 e 2016, deveu-se principalmente ao aumento dos gastos com pessoal, justificados quer com a extinção da redução remuneratória operada pela Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, quer com a existência de um contrato interadministrativo de delegação de competências com o Ministério da Educação<sup>34</sup>.
- Bombarral, onde a variação positiva dos custos foi fortemente influenciada pelo aumento das provisões e dos custos e perdas extraordinários<sup>35</sup>.

**Tabela 118 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos custos, entre 2015 e 2016**

Unidade: milhões de euros

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Total Custos		Variação (%) 2015-2016
			2015	2016	
AML	Grande	Lisboa	518,27	689,78	33,1
O	Grande	Oeiras	99,46	118,74	19,4
AML	Pequeno	Bombarral	7,71	8,97	16,4
AML	Médio	Mafra	50,10	54,92	9,6
AML	Médio	Ourém	32,27	35,14	8,9
MT	Grande	Almada	76,96	83,47	8,5
LT	Médio	Montijo	23,58	25,30	7,3
O	Grande	Amadora	69,00	73,26	6,2
O	Grande	Loures	90,71	96,23	6,1
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	9,18	9,73	6,0

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

<sup>34</sup> Fonte: Relatório de gerência de 2016 do Município de Oeiras.

<sup>35</sup> De acordo com informação do Relatório de Gestão de 2016 do Município de Bombarral, o aumento dos custos extraordinários deveu-se a acertos relativos a anos anteriores.



xi. **Na lista dos 10 municípios com maior redução relativa dos custos predominaram os municípios de pequena dimensão (6), sendo os restantes de média dimensão; esta lista não contém qualquer município de grande dimensão.**

- Alpiarça aparece em primeiro lugar, com -8,9% de redução dos respetivos custos em 2016, face a 2015, determinada principalmente pela diminuição do montante das provisões do exercício efetuadas.
- Com uma variação, em termos absolutos, de cerca de menos um milhão de euros de custos e perdas, a redução de Peniche ocorreu ao nível dos custos extraordinários, em matéria de transferências de capital registadas.
- Em Nazaré a diminuição dos custos foi influenciada principalmente pela redução dos custos e perdas financeiros registados, que diminuiram cerca de -743 M€ em 2016, face ao ano anterior.

**Tabela 119 – Lista dos municípios com maior variação negativa dos custos, entre 2015 e 2016**

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Total Custos		Unidade: milhões de euros
			2015	2016	Varição (%) 2015-2016
LT	Pequeno	Alpiarça	8,14	7,41	-8,9
O	Médio	Peniche	15,60	14,61	-6,4
O	Pequeno	Nazaré	9,95	9,37	-5,8
O	Médio	Alenquer	22,86	21,58	-5,6
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	9,05	8,59	-5,1
MT	Pequeno	Constância	5,72	5,46	-4,5
MT	Pequeno	Mação	11,16	10,82	-3,1
AML	Médio	Barreiro	35,63	34,68	-2,6
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	10,09	9,90	-1,9
AML	Médio	Palmela	43,22	42,40	-1,9

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

### 2.1.2 Estrutura dos custos por município

Na análise da estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2016 infere-se que:

- Em termos globais, os custos com o pessoal constituíram a maior fatia dos custos totais (33,7%).** No entanto, 34 municípios registaram custos com o pessoal que apresentam pesos superiores a este valor e, em 2 municípios, mais de 50% dos custos eram custos com o pessoal (Alcochete e Montijo, respetivamente com 55,4%, e 51,5%). Dos 30 municípios com custos com pessoal acima do valor médio (35,4%), 7 eram grandes municípios, 14 de média dimensão e 9 de pequena dimensão.
- A segunda área mais exigente para os municípios da RLVT em termos de gastos eram os fornecimentos e serviços externos, que formavam 27,7% dos custos totais.** Dos 52 municípios que constituem a RLVT, 22 superaram a média destes gastos (29,2%), cabendo os valores mais altos deste rácio a Cascais e Alcobça, com respetivamente 43,5% e 41,7% dos respetivos gastos a serem feitos com fornecimentos e serviços externos. Nos municípios de maior dimensão a média destes custos foi de 31,9%, nos de média dimensão de 28,5% e nos pequenos de 28,6%.
- As transferências e subsídios correntes, com um peso de 10,4% nos custos dos municípios da RLVT, apresentaram uma importância relativa com significativa diversidade, uma vez que estes gastos variaram entre 1,3%, em Seixal, e 18,5%, em Torres Vedras.** Se em vez de considerar o valor total dos custos com transferências e subsídios correntes na sua relação com os custos totais, se considerar a média do peso em todos os municípios,

exclui-se a preponderância de Lisboa, obtendo-se assim um valor médio para este tipo de custos de 8,1%. Refira-se que neste agregado se consideram, nomeadamente, as transferências para as juntas de freguesia, ao abrigo de protocolos de delegação de competências ou contratos interadministrativos<sup>36</sup>.

- iv. **Os custos com amortizações do exercício apresentam também um peso relativo significativo nos municípios, representando, em 2016, 12,1%.** Em 36 municípios o peso destes custos excede este valor, enquanto nos restantes 16 os custos com amortizações do exercício têm uma menor preponderância. Em Ferreira do Zêzere e Lourinhã foram registados os maiores pesos relativos para os custos com amortizações do exercício, atingindo, respetivamente, os 40,4% e 34,7% dos custos totais.
- v. **Os custos operacionais representam um total de 90,7% dos custos totais dos municípios da RLVT, enquanto os custos financeiros, que incluem, designadamente, os juros dos empréstimos e os juros de mora, constituem 1,3% e os custos extraordinários 8,0%.** Nos custos financeiros, de referir o elevado peso que estes assumem nos gastos de Cartaxo (14,1%) e Nazaré (7,3%), embora neste município se tenha verificado uma descida significativa dos custos deste tipo registados, que em 2015 representavam 14,3% dos custos.
- vi. Numa situação mais favorável estavam 18 municípios (+7 do que em 2015), nos quais os custos financeiros assumiam um peso relativo entre os 0% e os 0,5%<sup>37</sup>. Nos custos extraordinários, assumem maior relevância as transferências de capital concedidas a outras entidades, as correções relativas a anos anteriores e a imputação a resultados dos subsídios para investimentos amortizáveis.

### 2.1.3 Composição dos custos por grupo de municípios

Na tabela seguinte constam os valores médios dos custos registados pelos municípios da RLVT, em 2016. Neste âmbito, é de referir o seguinte:

- i. Os custos operacionais apresentaram um peso relativo médio mais elevado nos municípios de dimensão menor. Contudo, no conjunto destes custos emergem as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, com um comportamento diferenciado, uma vez que o seu peso é superior nos municípios de maior dimensão. Tendo em conta que uma componente significativa destas transferências e subsídios se destina às juntas de freguesia, esta situação prende-se com a passagem de competências dos municípios para as freguesias, através da concretização de protocolos de delegação de competências entre estes dois níveis de autarquias locais, que serão tanto mais necessários quanto maior a dimensão dos municípios e a distância em relação às respetivas populações.
- ii. Assinala-se também a maior relevância dos custos e perdas extraordinários nos municípios de maior dimensão, embora o peso significativo assumido por estes custos em Lisboa (17,3%) influencie de forma decisiva a média dos municípios de grande dimensão.

<sup>36</sup> Recorde-se que através da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, teve lugar uma reorganização administrativa de Lisboa, através da qual foi definido um novo mapa da cidade, um quadro específico das competências próprias dos respetivos órgãos executivos, bem como os critérios de repartição de recursos entre o município e as freguesias do concelho.

<sup>37</sup> Estão nesta situação os municípios de Abrantes, Alcobaça, Almada, Almeirim, Benavente, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Coruche, Mação, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Ourém, Palmela, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira.

Tabela 120 – Peso médio dos custos em 2016, por categoria de custos e dimensão dos municípios

Peso médio dos custos, segundo a dimensão dos municípios	Unidade: percentagem			
	Pequeno	Médio	Grande	RLVT
Custos operacionais	95,1	94,2	93,8	94,4
CMVMC	3,5	2,5	1,0	2,5
Fornecimentos e serviços externos	28,6	28,5	31,9	29,2
Custos com o pessoal	35,2	35,4	35,6	35,4
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	6,9	8,0	10,3	8,1
Amortizações do exercício	19,7	18,6	10,4	17,2
Provisões do exercício	0,7	0,8	4,0	1,4
Outros custos operacionais	0,6	0,5	0,4	0,5
Custos e perdas financeiros	1,2	1,7	1,1	1,4
Custos e perdas extraordinários	3,7	4,1	5,2	4,2
<b>Total custos médios</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

#### 2.1.4 Composição dos custos por NUTS III

Tabela 121 – Composição dos custos em 2016, por NUTS III

Custos	Unidade: milhões de euros				
	AML	Lezíria do Tejo	MT	Oeste	RLVT
Custos operacionais	1.641,70	148,74	155,02	194,63	<b>2.140,09</b>
CMVMC	18,03	2,05	5,30	7,71	<b>33,09</b>
Fornecimentos e serviços externos	505,25	43,26	42,56	62,89	<b>653,95</b>
Custos com o pessoal	621,66	57,31	50,79	65,67	<b>795,44</b>
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	199,60	13,80	11,20	21,41	<b>246,02</b>
Amortizações do exercício	177,99	30,40	42,77	35,16	<b>286,32</b>
Provisões do exercício	112,70	1,26	1,17	0,88	<b>116,02</b>
Outros custos operacionais	6,46	0,66	1,22	0,91	<b>9,25</b>
Custos e perdas financeiros	21,21	4,47	1,75	2,75	<b>30,17</b>
Custos e perdas extraordinários	163,43	7,53	8,04	10,43	<b>189,43</b>
<b>Total custos</b>	<b>1.826,34</b>	<b>160,74</b>	<b>164,81</b>	<b>207,81</b>	<b>2.359,70</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

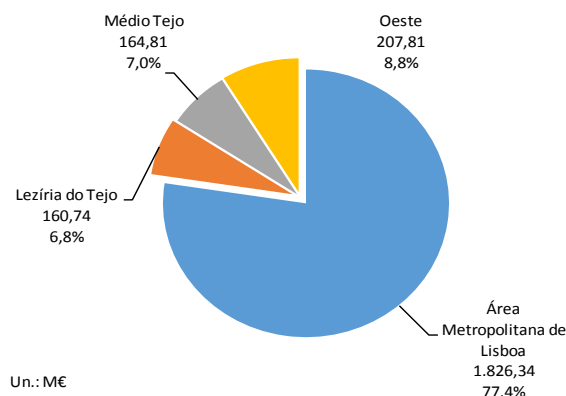
- i. Os municípios da AML assumem uma clara preponderância também ao nível dos custos, uma vez que eram responsáveis por mais de ¾ dos gastos municipais registados na região, em 2016.
- ii. Neste âmbito importa destacar também o papel dos municípios do Oeste, que registaram 8,8% dos custos da região. Esta preponderância é particularmente significativa nos gastos com CMVMC, uma vez que nesta rubrica os custos dos municípios do Oeste representaram quase ¼ do total da região.

Tabela 122 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III

Custos	Unidade: percentagem				
	AML	Lezíria do Tejo	MT	Oeste	RLVT
Custos operacionais	76,7	7,0	7,2	9,1	<b>100,0</b>
CMVMC	54,5	6,2	16,0	23,3	<b>100,0</b>
Fornecimentos e serviços externos	77,3	6,6	6,5	9,6	<b>100,0</b>
Custos com o pessoal	78,2	7,2	6,4	8,3	<b>100,0</b>
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	81,1	5,6	4,6	8,7	<b>100,0</b>
Amortizações do exercício	62,2	10,6	14,9	12,3	<b>100,0</b>
Provisões do exercício	97,1	1,1	1,0	0,8	<b>100,0</b>
Outros custos operacionais	69,8	7,1	13,2	9,8	<b>100,0</b>
Custos e perdas financeiros	70,3	14,8	5,8	9,1	<b>100,0</b>
Custos e perdas extraordinários	86,3	4,0	4,2	5,5	<b>100,0</b>
<b>Total custos</b>	<b>77,4</b>	<b>6,8</b>	<b>7,0</b>	<b>8,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 30 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2 Proveitos

### 2.2.1 Evolução dos principais agregados dos proveitos, no período 2012-2016

Tabela 123 – Evolução dos proveitos nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016

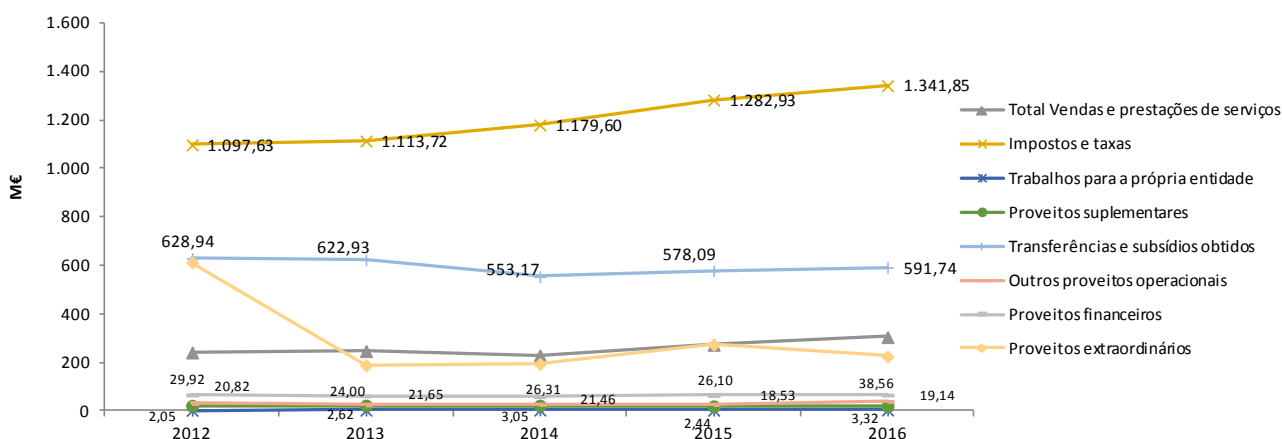
Proveitos	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação %	
						2015-2016	2012-2016
Total Vendas e prestações de serviços	240,66	246,67	228,68	272,54	304,36	11,7	26,5
Venda de mercadorias e produtos	36,41	38,03	34,65	36,95	32,03	-13,3	-12,0
Prestação de serviços	183,03	188,51	179,38	218,69	251,21	14,9	37,3
Vendas e prestações de serviços - Outras	21,22	20,13	14,65	16,89	21,12	25,0	-0,5
Impostos e taxas	1.097,63	1.113,72	1.179,60	1.282,93	1.341,85	4,6	22,2
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	100,0	100,0
Trabalhos para a própria entidade	2,05	2,62	3,05	2,44	3,32	36,2	61,8
Proveitos suplementares	20,82	21,65	21,46	18,53	19,14	3,3	-8,1
Transferências e subsídios obtidos	628,94	622,93	553,17	578,09	591,74	2,4	-5,9
Outros proveitos operacionais	29,92	24,00	26,31	26,10	38,56	47,7	28,9
Total proveitos operacionais	2.020,03	2.031,59	2.012,27	2.180,62	2.298,97	5,4	13,8
Proveitos financeiros	65,35	61,95	58,95	62,99	65,34	3,7	0,0
Proveitos extraordinários	612,79	188,00	193,48	273,09	223,99	-18,0	-63,4
<b>Total proveitos</b>	<b>2.698,17</b>	<b>2.281,53</b>	<b>2.264,70</b>	<b>2.516,70</b>	<b>2.588,30</b>	<b>2,8</b>	<b>-4,1</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

- i. Em 2016 confirmou-se a tendência de aumento dos proveitos dos municípios da RLVT, registada em 2015. Em 2016, o aumento de **+71,60 M€** nos proveitos registados representou, em termos relativos, um acréscimo de +2,8%, face ao período homólogo. O aumento dos proveitos entre 2015 e 2016 refletiu-se em quase todas as categorias, excetuando-se a venda de mercadorias e produtos e os proveitos extraordinários. Contudo, comparativamente a 2012, os valores registados em 2016 ainda ficaram aquém em **109,87 M€ (-4,1%)**.

- ii. **Os proveitos municipais decorrentes dos impostos e taxas aumentaram significativamente em todo o período em análise.** Em 2016, totalizaram 1.341,85 M€, +58,92 M€ do que no período homólogo. Comparativamente a 2012, os municípios obtiveram em 2016 +244,21 M€ de proveitos de impostos e taxas.
- iii. Outra área em que se destaca a evolução positiva dos proveitos dos municípios da RLVT é a da prestação de serviços<sup>38</sup>. Com um crescimento de +37,3% entre 2012 e 2016, esta área permitiu em 2016 a obtenção de proveitos que ultrapassaram em +68,18 M€ o montante registado em 2012, atingindo em 2016 os 251,21 M€.
- iv. **Ao nível das transferências e subsídios, apesar de o montante registado em 2016 ser ainda inferior ao de 2012, confirmou-se a tendência de crescimento verificada em 2015.** Tal como se constata nas receitas, também nos proveitos as transferências e subsídios assumem um papel relevante no conjunto dos proveitos dos municípios.
- v. Nos proveitos extraordinários destaca-se uma quebra muito significativa registada em 2013, que se sucedeu a valor muito elevado apurado em 2012, influenciado em grande medida pelo valor dos proveitos em Lisboa<sup>39</sup>. Tendo aumentado em 2014 e 2015, **em 2016 os proveitos extraordinários do conjunto dos municípios da RLVT voltou a registar um decréscimo**, sendo que, respeitando a movimentos com uma natureza extraordinária, estes proveitos apresentam, por natureza, uma variação grande.

Gráfico 31 – Evolução dos proveitos dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016



Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

vi. Importa referir em particular alguns municípios:

- O aumento dos proveitos de Alcochete resultou do acréscimo dos proveitos operacionais (venda de bens e serviços, +658,64 mil euros) e, principalmente, dos proveitos e ganhos extraordinários (acionamento de garantia bancária), que geraram +1,47 M€ do que em 2015<sup>40</sup>.
- Cadaval, onde o aumento dos proveitos em 2016 decorreu maioritariamente do acréscimo nos proveitos extraordinários, devido a correções de exercícios anteriores, sobretudo relativas a subsídios ao investimento<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> Engloba os proveitos, designadamente da venda de serviços relacionados com cemitérios, mercados e feiras, parques de estacionamento, parques de campismo, bem como serviços sociais, recreativos, culturais ou de desporto.

<sup>39</sup> Entre 2012 e 2016, a redução dos proveitos extraordinários no Município de Lisboa foi de 394,87 milhões de euros, tendo esta diminuição origem, designadamente, nos outros proveitos e ganhos extraordinários, que em 2012 beneficiaram do acordo entre o Município e o Governo relativamente aos terrenos no Aeroporto de Lisboa, que permitiu ao Município registar uma indemnização de cerca de 286 milhões de euros.

<sup>40</sup> Fonte: Relatório de gerência de 2016 do Município de Alcochete.

<sup>41</sup> Fonte: Relatório de gestão de 2016 do Município do Cadaval.

- Loures, onde o aumento dos proveitos resultou principalmente do aumento ao nível dos proveitos operacionais, nos quais se destacaram os impostos e taxas (em particular taxa de loteamentos<sup>42</sup>).

**Tabela 124 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos proveitos, entre 2015 e 2016**

Unidade: milhões de euros

NUTS III	Tipo de município	Municípios	Total Proveitos		Variação 2015-2016 (%)
			2015	2016	
AML	Pequeno	Alcochete	14,39	16,37	13,8
O	Pequeno	Cadaval	10,02	11,35	13,2
AML	Grande	Loures	103,64	114,68	10,7
AML	Grande	Amadora	77,81	83,50	7,3
AML	Grande	Cascais	154,38	165,56	7,2
MT	Pequeno	Mação	8,95	9,57	7,0
LT	Médio	Rio Maior	18,18	19,45	7,0
O	Médio	Torres Vedras	41,51	44,29	6,7
O	Médio	Alenquer	23,28	24,79	6,5
LT	Médio	Cartaxo	14,45	15,38	6,4

Fonte: Prestações de Contas de 2015 e 2016 dos municípios da RLVT.

## 2.2.2 Estrutura dos proveitos por município

- i. **Em 2016, não obstante em termos totais os impostos e taxas representarem 51,8% dos proveitos dos municípios da RLVT, na maior parte dos municípios (44) este tipo de proveitos apresentava uma importância relativa menos significativa.** Consta-se uma significativa variação na capacidade dos municípios para gerar este tipo de receitas próprias, oscilando o peso dos impostos e taxas no total dos proveitos registados em 2016 entre os 7,0% de Sardoal e 77,7%, de Cascais.
- ii. **Na RLVT havia, em 2016, 9 municípios em que os proveitos resultantes dos impostos e taxas representavam mais de metade dos respetivos proveitos – Almada, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Nazaré, Oeiras, Seixal e Sintra.** O valor mais alto foi registado, conforme se referiu supra, por Cascais, no qual esta categoria de proveitos superou os  $\frac{3}{4}$  (77,7%) dos proveitos totais.
- iii. **Os proveitos financeiros, pela sua natureza, e na medida em que a obtenção de lucros financeiros não se encontra entre as atribuições prosseguidas pelas autarquias locais, constituem, em regra, uma pequena parte dos proveitos dos municípios. Em 2016 representaram 2,5% do total dos proveitos, no conjunto dos municípios da RLVT.** Neste âmbito, destacaram-se Abrantes, no qual os proveitos financeiros representaram 12,6% do valor total, bem como Odivelas, com 10,4%. Por outro lado, em vários municípios, esta categoria de proveitos tem um peso praticamente nulo, no conjunto dos proveitos registados: Alcanena, Azambuja, Bombarral, Golegã, Moita, Peniche e Setúbal.
- iv. **Os proveitos extraordinários apresentam alguma relevância no conjunto dos proveitos dos municípios da RLVT.** Se em termos globais estes proveitos constituíam cerca de 8,7% do total, em Entroncamento e Lisboa atingiram os 16,3% e 14,3%, respetivamente. No Entroncamento o elevado peso dos proveitos extraordinários decorre de movimentos contabilísticos relativos à especialização dos subsídios para investimento. No caso de Lisboa, a componente mais significativa dos proveitos extraordinários foi a redução de amortizações e provisões<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> Fonte: Relatório de gestão de 2016 do Município de Loures.

<sup>43</sup> Destacando-se, neste âmbito, a anulação da provisão para processos judiciais do Centro Comercial Colombo, que passou a figurar na dívida exigível com o fecho da respetiva transação judicial (Relatório de Gestão de 2016 do Município de Lisboa).

### 2.2.3 Peso dos proveitos por grupo de municípios

Tabela 125 – Peso médio dos proveitos em 2016, por grupo de municípios

Peso médio dos proveitos, segundo a dimensão dos municípios	Unidade: percentagem			
	Pequeno	Médio	Grande	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	13,1	12,6	10,5	<b>12,3</b>
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	3,6	2,3	0,9	<b>2,4</b>
<i>Prestação de serviços</i>	7,3	10,2	8,4	<b>8,9</b>
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	2,2	0,1	1,2	<b>1,0</b>
<i>Impostos e taxas</i>	24,5	37,8	53,9	<b>36,9</b>
<i>Variação da produção</i>	0,0	0,0	0,0	<b>0,0</b>
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,3	0,4	0,0	<b>0,3</b>
<i>Proveitos suplementares</i>	1,0	0,5	0,3	<b>0,6</b>
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	50,9	36,9	23,4	<b>38,6</b>
<i>Outros proveitos operacionais</i>	0,3	0,5	1,9	<b>0,7</b>
Total proveitos operacionais	90,2	88,7	90,1	<b>89,5</b>
Proveitos financeiros	2,8	3,9	3,2	<b>3,4</b>
Proveitos extraordinários	7,0	7,4	6,8	<b>7,1</b>
<b>Total proveitos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

- i. Nos municípios de grande dimensão, em 2016 os **impostos e taxas** representaram, em média, 53,9% dos proveitos; nos municípios de média dimensão, 37,8%; nos pequenos municípios, esta categoria de proveitos representou, em média, menos de metade dos proveitos registados nos municípios de grande dimensão, constituindo cerca de 24,5% dos proveitos registados no exercício.
- ii. **Esta situação praticamente inverte-se, no que toca aos pequenos e grandes municípios, em matéria do peso relativo das transferências e subsídios nos respetivos proveitos.** De facto, nos municípios de grande dimensão o peso das transferências foi de 23,4%, nos municípios de média dimensão 36,9% (muito próximo do apontado para os impostos) e nos pequenos municípios as transferências representavam 50,9% dos proveitos, em 2016.
- iii. Nas restantes categorias de proveitos a dimensão dos municípios não se reflete em diferenças relevantes no peso médio das várias categorias de proveitos.

### 2.2.4 Composição dos proveitos por NUTS III

Tabela 126 – Composição dos proveitos em 2016, por NUTS III

Proveitos	Unidade: milhões de euros				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	249,15	14,28	13,46	27,47	<b>304,36</b>
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	22,78	1,38	2,43	5,44	<b>32,03</b>
<i>Prestação de serviços</i>	209,24	11,52	9,57	20,88	<b>251,21</b>
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	17,13	1,37	1,47	1,15	<b>21,12</b>
<i>Impostos e taxas</i>	1.158,00	51,03	43,05	89,76	<b>1.341,85</b>
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,21	0,09	1,34	1,68	<b>3,32</b>
<i>Proveitos suplementares</i>	16,06	0,37	0,80	1,90	<b>19,14</b>
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	349,00	82,38	82,50	77,86	<b>591,74</b>
<i>Outros proveitos operacionais</i>	34,40	0,70	0,09	3,37	<b>38,56</b>
Total proveitos operacionais	1.806,82	148,86	141,24	202,04	<b>2.298,96</b>
Proveitos financeiros	40,09	8,67	9,63	6,95	<b>65,34</b>
Proveitos extraordinários	181,89	13,99	14,19	13,92	<b>223,99</b>
<b>Total proveitos</b>	<b>2.028,80</b>	<b>171,52</b>	<b>165,06</b>	<b>222,91</b>	<b>2.588,29</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

No quadro anterior estão evidenciados os principais proveitos dos municípios da RLVT, em 2016, distribuídos por categorias e NUTS III.

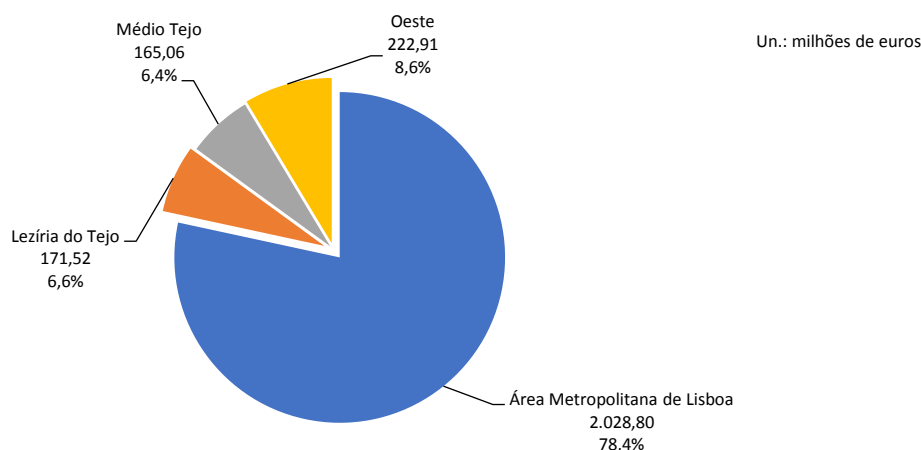
iv. **A análise da distribuição pelas várias NUTS III confirma a tendência já evidenciada em pontos anteriores, relativa à predominância do peso dos municípios da AML no contexto da RLVT.** Neste ponto, destaca-se ainda o peso que os proveitos registados pelos municípios do Oeste assumem, no contexto da região – de facto, a NUTS III Oeste apresentou, em várias categorias de proveitos, um peso relativo superior ao registado nas NUTS Lezíria do Tejo e Médio Tejo, mormente no total das vendas e prestações de serviços, nos impostos e taxas e nos outros proveitos operacionais.

**Tabela 127 – Estrutura dos proveitos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III**

Proveitos	Unidade: percentagem				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	81,86	4,69	4,42	9,03	100,00
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	71,13	4,31	7,58	16,98	100,00
<i>Prestação de serviços</i>	83,29	4,59	3,81	8,31	100,00
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	81,12	6,51	6,94	5,43	100,00
<i>Impostos e taxas</i>	86,30	3,80	3,21	6,69	100,00
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	6,18	2,80	40,42	50,60	100,00
<i>Proveitos suplementares</i>	83,92	1,96	4,20	9,93	100,00
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	58,98	13,92	13,94	13,16	100,00
<i>Outros proveitos operacionais</i>	89,21	1,83	0,23	8,73	100,00
Total proveitos operacionais	78,59	6,48	6,14	8,79	100,00
Proveitos financeiros	61,36	13,27	14,73	10,64	100,00
Proveitos extraordinários	81,20	6,25	6,34	6,21	100,00
<b>Total proveitos</b>	<b>78,38</b>	<b>6,63</b>	<b>6,38</b>	<b>8,61</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 32 – Proveitos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III**



Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.



## 2.3 Resultados

### 2.3.1 Evolução dos resultados, no período 2012-2016

Neste ponto apresenta-se uma análise dos resultados registados pelos municípios em 2016, com a respetiva contextualização em termos de evolução, desde 2012. Sendo que pela sua natureza as autarquias locais não existem para gerar lucro, é expectável que consigam gerir as respetivas finanças de forma a manter um equilíbrio entre os proveitos e os custos. A este propósito, a situação era a seguinte:

- i. **No período analisado, o RLE do conjunto dos municípios da RLVT foi sempre positivo, tal como o EBITDA**, sendo que este indicador tem em conta os resultados operacionais expurgados dos custos com amortizações, os quais não representam necessidades de exfluxos financeiros imediatas.
- ii. **Em 2016, houve uma quebra de -41,1% no resultado líquido atingido pelos municípios da RLVT**, correspondente a -159,23 M€ no último ano.
- iii. **Em termos agregados na região, os resultados operacionais registaram igualmente uma quebra**, apesar de continuarem a ser positivos. Esta quebra ocorreu em 29 municípios da região. O número de municípios com resultados operacionais negativos aumentou, passando de 21, em 2015, para 23, em 2016.
- iv. Igualmente menos favorável é a situação em termos de **EBITDA**, uma vez que no conjunto dos municípios da região se registou uma quebra destes resultados, que se refletiu em 30 municípios, contra 22 que aumentaram o respetivo **EBITDA**.

**Tabela 128 – Evolução dos resultados nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016**

Custos / Proveitos/ Resultados	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação %	
						2015-2016	2012-2016
Custos	2.226,05	2.211,30	2.164,28	2.128,85	2.359,70	10,8	6,0
Proveitos	2.698,17	2.281,53	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2,8	-4,1
RLE	472,11	70,20	100,42	387,85	228,62	-41,1	-51,6
Resultados operacionais	-7,23	5,04	-2,82	203,59	158,87	-22,0	-2296,4
EBITDA	240,06	258,28	258,67	467,02	445,19	-4,7	85,5

Fonte: Prestações de Contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.



## CONCEITOS RELEVANTES

**ACRÉSCIMOS DE CUSTOS** – Custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

**ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS** – Proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

**AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO** – Valor correspondente ao pagamento do capital em dívida, podendo o reembolso ser parcial ou total.

**AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO** – Respeita à depreciação das imobilizações corpóreas (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício. As amortizações do exercício serão calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL** – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

**ATIVOS FINANCEIROS (DESPESA)** – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

**ATIVOS FINANCEIROS (RECEITA)** – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

**BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO** – Abrange os bens do município que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, em contraposição aos bens que estão no comércio jurídico-privado.

**CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA** – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

**CUSTOS COM O PESSOAL** – São os gastos com membros dos órgãos autárquicos, remunerações do pessoal, encargos para a Segurança Social a cargo do município, suplementos de remunerações, como trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação e alojamento, subsídio familiar a crianças e jovens, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais ou seguros de saúde.

**CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS** – Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processo produtivo, como por exemplo as compras de mercadorias, água, eletricidade, combustíveis, óleos, lubrificantes, ferramentas e utensílios, etc.

**CUSTOS DIFERIDOS** – Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como por exemplo prémios de seguros.

**DEPÓSITOS E CAIXA** – Em **CAIXA** inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros; como **DEPÓSITOS** engloba meios de pagamento existentes em contas à ordem ou a prazo em instituições financeiras.

**DERRAMA MUNICIPAL** – A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

**DESPESA CORRENTE** – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

**DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA** – A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

**DESPESA DE CAPITAL** – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

**DESPESA EFETIVA** – Corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, calculando-se através da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos ativos financeiros e dos passivos financeiros. Ou seja, a despesa efetiva = despesa corrente + despesa de capital (sem ativos e passivos financeiros)

**DESPESA TOTAL** – A despesa total consiste na utilização de recursos pelos municípios tendo por fim a aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Corresponde à soma das despesas correntes e das despesas de capital.

**DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL** – A dívida total de operações orçamentais dos municípios inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas pelos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

**DOTAÇÃO CORRIGIDA** – Corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, inerentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

**EBITDA** (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro operacional, representa quanto uma entidade gera de recursos através das respetivas atividades operacionais; proveitos e ganhos operacionais menos custos operacionais, excluindo-se destes as amortizações do período.

**ENCARGOS DA DÍVIDA** – Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL** – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

**EXISTÊNCIAS** – Engloba, consoante a organização existente na entidade, as compras e os inventários inicial e final (inventário intermitente ou periódico) e o inventário permanente.

**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS** – Esta rubrica compreende os subcontratos, que são trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, submetidos a compromissos formalizados ou simples acordos (serviços de saneamento básico, recolha, tratamento e deposição de resíduos, água - abastecimento público, limpeza urbana, sinalização e trânsito, iluminação pública, transportes escolares, cantinas escolares, serviços culturais, recreativos e espetáculos), excluindo-se os gastos com pessoal em regime de prestação de serviços (profissionais liberais) e que efetua trabalhos de carácter regular. Inclui também

fornecimentos e serviços, eletricidade, combustíveis, gasóleo, gasolina, água, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, rendas e alugueres, etc.

**FUNDO DE APOIO MUNICIPAL** – Respeita a um fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

**FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL** – Fundo que respeita à transferência inscrita anualmente na Lei do Orçamento de Estado e que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais (artigo 29.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

**FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO** – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

**FUNDO DE FINANCIAMENTO DAS FREGUESIAS** – Corresponde a uma subvenção geral para as freguesias prevista no artigo 36.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 2% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

**FUNDO DE REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL** – Fundo constituído pelos montantes das transferências orçamentais deduzidas aos municípios no caso de incumprimento dos respetivos planos de saneamento, sendo utilizado para, através da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), proceder ao pagamento das dívidas a terceiros do município.

**FUNDO GERAL MUNICIPAL** – Transferência financeira do Estado prevista no artigo 28.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento.

**FUNDO SOCIAL MUNICIPAL** – Corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios.

**GRAU DE EXECUÇÃO** – Rácio, expresso em percentagem, que decorre da relação entre o valor executado, no período em análise, para uma determinada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Assim, este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

**GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA DA COMPROMETIDA** – Rácio percentual que relaciona a despesa paga com a despesa comprometida no exercício.

**GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS** – rácio percentual que relaciona o valor das despesas pagas com o valor das dotações corrigidas.

**GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS** – rácio percentual que relaciona o valor das receitas cobradas líquidas com o valor das previsões corrigidas.

**IMOBILIZADO CORPÓREO** – Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados,

com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que acrescem ao custo daqueles imobilizados.

**IMOBILIZADO EM CURSO** – Abrange as imobilizações de adição, melhoramento ou substituição não concluídas à data de encerramento do exercício. Inclui também os adiantamentos feitos por conta de imobilizado, cujo preço esteja previamente fixado.

**IMOBILIZADO INCORPÓREO** – Integra as imobilizações intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão da entidade.

**ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA** – O rácio de independência financeira relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

**INVESTIMENTO** – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

**INVESTIMENTOS FINANCEIROS** – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

**JUROS** - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

**LIMITE DA DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL** - O limite da dívida total, definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

**ÓTICA DE CAIXA** - Ótica adotada no âmbito da contabilidade pública, sendo as operações registadas no momento em que são efetuados os recebimentos ou os pagamentos.

**ÓTICA DE COMPROMISSOS** – Ótica de registo efetuada segundo o princípio da especialização do exercício, em que se adiciona à despesa paga os compromissos assumidos que estão por pagar, e em que se retira os pagamentos de compromissos assumidos em anos anteriores.

**OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS** – Nesta classificação encontram-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

**PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS** – Participação consagrada na alínea c) do artigo 25.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, mediante a qual os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa a rendimentos do ano imediatamente anterior.

**PASSIVOS FINANCEIROS (LADO DA DESPESA)** – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

**PASSIVOS FINANCEIROS (LADO DA RECEITA)** – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

**PATRIMÓNIO** – Consiste nos fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas. No início da aplicação do

POCAL, resultou da diferença entre os montantes ativos e os passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5.

**PROVEITOS DIFERIDOS**<sup>44</sup> – Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, atendendo ao princípio do acréscimo.

**PROVEITOS SUPLEMENTARES** – Abrange os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

**PROVISÕES** – Engloba as situações a que estejam associados riscos relativos a cobranças duvidosas, depreciação de existências e investimentos financeiros. São exemplos as provisões para cobranças duvidosas, as provisões para depreciação de existências, as provisões para investimentos financeiros, as provisões para aplicações de tesouraria de curto prazo ou as provisões para riscos e encargos.

**PROVISÕES DO EXERCÍCIO** – As provisões são passivos cuja quantia ou tempestividade são incertas. As provisões do exercício refletem, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos entre dois períodos contabilísticos consecutivos, que tiver características de custo operacional. Destacam-se as provisões para cobranças duvidosas, para processos judiciais em curso e para depreciação de existências.

**PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS** – Responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência dos encargos a pagar.

**RECEITA CONSIGNADA** – A receita consignada é a aquela que a título excecional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**RECEITA EFETIVA** – Corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido. Corresponde à soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos ativos financeiros, dos passivos financeiros e dos saldos da gerência anterior.

**RECEITA FISCAL MUNICIPAL** – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura, bem como as taxas.

**RECUPERAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL** – A necessidade de recurso à recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios, nos termos previstos no artigo 61.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

**RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE** – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

**REPOSIÇÕES ABATIDAS NOS PAGAMENTOS** – Correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

**REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS** – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

---

<sup>44</sup> No âmbito do novo sistema contabilístico aplicável às autarquias locais ao abrigo do SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os subsídios para investimentos deixam de estar registados como passivo, passando a constar da classe 5.

**RESERVAS** – Abrange as reservas estatutárias, as reservas contratuais, as reservas livres, os subsídios, as doações e as reservas decorrentes da transferência de ativos.

**RESERVAS DE REAVALIAÇÃO** – Reflete as contrapartidas às valorizações emergentes da atualização do cadastro matricial e aos ajustamentos monetários.

**RESULTADOS TRANSITADOS** – Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Esta conta regista também regularizações não frequentes e de grande significado que afetem, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.

**RUTURA FINANCEIRA** – Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

**SALDO CORRENTE** – O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**SALDO DE CAPITAL** – O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**SALDO GLOBAL** – O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**SALDO ORÇAMENTAL** – O saldo orçamental corresponde à diferença entre o total de receitas e o total de despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

**SALDO PRIMÁRIO** – Corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros); o saldo primário resulta do somatório do saldo global com os juros.

**SANEAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL** – Corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal definido no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e visa criar condições para a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

**SERVIÇO DA DÍVIDA** – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros.

**SUBSÍDIOS** – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES** – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

**TÍTULOS NEGOCIÁVEIS** – Inclui os títulos adquiridos com o objetivo de aplicação de tesouraria de curto prazo, ou seja, por um período inferior a um ano.

**TOTAL DA DÍVIDA EXIGÍVEL** – Constituída pelas dívidas a pagar a curto prazo e a médio e longo prazo.

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (DESPESA)** – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RECEITA)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.



**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (DESPESA)** – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (RECEITA)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

**TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS** – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS** – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFALEI e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO** – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

**VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES** – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS** – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

**TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE** – Regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios

#### PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros. Lisboa.

INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização destes dados: 15 de junho de 2017., *in site* <http://www.ine.pt>.

Santos, J. Albano. *Os saldos orçamentais*, GPEARI – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina. Coimbra.

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Classificação económica das receitas .....	13
Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	14
Tabela 3 – Evolução da receita municipal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	15
Tabela 4 – <i>Ranking</i> - Variação das receitas totais, entre 2015 e 2016 .....	15
Tabela 5 – Evolução da receita municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016.....	16
Tabela 6 – Evolução do peso das receitas municipais, por natureza económica, entre 2012 e 2016 .....	17
Tabela 7 – Evolução da receita municipal (valores médios), entre 2012 e 2016 .....	17
Tabela 8 – Evolução das receitas fiscais, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	18
Tabela 9 – Evolução das receitas fiscais, por grupo de municípios, entre 2013 e 2016 .....	18
Tabela 10 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica, entre 2012 e 2016 .....	19
Tabela 11 – <i>Ranking</i> - Variação das receitas fiscais, entre 2015 e 2016.....	20
Tabela 12 – Evolução das receitas próprias, por NUTS III, entre 2012 e 2016.....	21
Tabela 13 – Evolução das receitas próprias, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016.....	21
Tabela 14 – <i>Ranking</i> - Variação de receitas próprias, entre 2015 e 2016.....	22
Tabela 15 – Evolução das transferências, por NUTS III, entre 2012 e 2016.....	23
Tabela 16 – Evolução das transferências, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016.....	23
Tabela 17 – <i>Ranking</i> - Variação das transferências recebidas, entre 2015 e 2016.....	24
Tabela 18 – Evolução dos passivos financeiros, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	25
Tabela 19 – Evolução dos passivos financeiros, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	25
Tabela 20 – Lista dos municípios que não recorreram a novos empréstimos, em 2015 e 2016 .....	26
Tabela 21 – Receitas municipais por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	27
Tabela 22 – <i>Rankings</i> - Maiores receitas municipais, 2016 .....	27
Tabela 23 – <i>Rankings</i> - Menores receitas municipais, 2016 .....	27
Tabela 24 – Composição das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	28
Tabela 25 – Estrutura das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 (%).....	29
Tabela 26 – Composição das receitas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	30
Tabela 27 – Receitas fiscais por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	31
Tabela 28 – <i>Rankings</i> - Maiores valores receitas fiscais, 2016 .....	32
Tabela 29 – <i>Rankings</i> - Menores valores receitas fiscais, 2016 .....	32
Tabela 30 – Receitas próprias por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	33
Tabela 31 – <i>Rankings</i> - Maiores valores de receitas próprias, 2016.....	34
Tabela 32 – <i>Rankings</i> - Menores valores de receitas próprias, 2016.....	34
Tabela 33 – Transferências recebidas por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	35
Tabela 34 – <i>Rankings</i> - Maiores valores de transferências municipais, 2016.....	36
Tabela 35 – <i>Rankings</i> - Menores valores de transferências municipais, 2016 .....	36
Tabela 36 – Passivos financeiros (novos empréstimos) por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	37
Tabela 37 – <i>Rankings</i> - Receitas de passivos financeiros, 2016.....	37
Tabela 38 – Municípios sem receitas de passivos financeiros, 2016 .....	38
Tabela 39 - Classificação das despesas .....	39
Tabela 40 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	39
Tabela 41 – Evolução da despesa municipal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	40
Tabela 42 – <i>Ranking</i> - Variação das despesas totais, entre 2015 e 2016 .....	40
Tabela 43 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016.....	41
Tabela 44 – Evolução do peso das despesas municipais, por natureza económica, entre 2012 e 2016 .....	42
Tabela 45 – Evolução da despesa municipal (valores médios), entre 2012 e 2016.....	42
Tabela 46 – Evolução das despesas com o pessoal, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	43
Tabela 47 – Evolução das despesas com o pessoal, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	43
Tabela 48 – <i>Ranking</i> - Variação de despesas com o pessoal, entre 2015 e 2016 .....	44
Tabela 49 – Evolução das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	45
Tabela 50 – Evolução das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	45
Tabela 51 – <i>Ranking</i> - Variação das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes, entre 2015 e 2016.....	45
Tabela 52 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III, entre 2012 e 2016 .....	46
Tabela 53 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	46
Tabela 54 – <i>Ranking</i> - Variação das despesas com o investimento direto e indireto, entre 2015 e 2016.....	47
Tabela 55 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por NUTS III, entre 2012 e 2016.....	48
Tabela 56 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016.....	48

Tabela 57 – <i>Ranking</i> - Variação das despesas com transferências correntes e subsídios, entre 2015 e 2016 .....	49
Tabela 58 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por NUTS III, entre 2012 e 2016.....	50
Tabela 59 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	50
Tabela 60 – <i>Ranking</i> - Variação das despesas com o serviço da dívida, entre 2015 e 2016 .....	51
Tabela 61 – Despesas municipais por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	52
Tabela 62 – <i>Rankings</i> - Maiores valores despesas municipais, 2016.....	52
Tabela 63 – <i>Rankings</i> - Menores valores de despesas municipais, 2016.....	52
Tabela 64 – Composição das despesas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	53
Tabela 65 – Estrutura das despesas, por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	54
Tabela 66 – Despesas por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	54
Tabela 67 – Despesa com o pessoal por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	55
Tabela 68 – <i>Rankings</i> - Maiores valores de despesas com o pessoal, 2016 .....	55
Tabela 69 – <i>Rankings</i> - Menores valores de despesas com o pessoal, 2016 .....	56
Tabela 70 – Despesas com a aquisição de bens e serviços por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	56
Tabela 71 – <i>Rankings</i> - Maiores valores com aquisição de bens e serviços, 2016.....	57
Tabela 72 – <i>Rankings</i> - Menores valores com aquisição de bens e serviços, 2016 .....	57
Tabela 73 – Transferências correntes e subsídios atribuídos, por NUTS III e grupos de municípios, 2016 .....	58
Tabela 74 – <i>Rankings</i> - Maiores valores em transferências correntes e subsídios, 2016 .....	58
Tabela 75 – <i>Rankings</i> - Menores valores em transferências correntes e subsídios, 2016.....	58
Tabela 76 – Despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	59
Tabela 77 – <i>Ranking</i> - Maiores valores de despesas em investimento direto e indireto, 2016 .....	59
Tabela 78 – <i>Ranking</i> - Menores valores de despesas em investimento direto e indireto, 2016 .....	60
Tabela 79 – Despesa com o serviço da dívida por NUTS III e grupos de municípios, 2016.....	61
Tabela 80 – <i>Rankings</i> - Maiores valores em despesas com o serviço de dívida, 2016.....	61
Tabela 81 – <i>Rankings</i> - Menores valores em despesas com o serviço de dívida, 2016 .....	61
Tabela 82 – Evolução da poupança corrente municipal, por NUTS III, entre 2014 e 2016 .....	62
Tabela 83 – Evolução da poupança corrente municipal, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	62
Tabela 84 – <i>Ranking</i> - Variação da poupança corrente, entre 2015 e 2016 .....	63
Tabela 85 – Evolução do saldo global, por NUTS III, entre 2014 e 2016.....	64
Tabela 86 – Evolução do saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016.....	64
Tabela 87 – Evolução do saldo primário, por NUTS III, entre 2014 e 2016.....	65
Tabela 88 – Evolução do saldo primário, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016.....	65
Tabela 89 – <i>Ranking</i> - Variação do saldo global, entre 2015 e 2016 .....	65
Tabela 90 – <i>Ranking</i> - Variação do saldo primário, entre 2015 e 2016 .....	65
Tabela 91 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por NUTS III, entre 2014 e 2016.....	66
Tabela 92 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	66
Tabela 93 – <i>Ranking</i> - Peso das receitas extraordinárias no saldo global, 2016.....	67
Tabela 94 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por NUTS III, entre 2014 e 2016 .....	68
Tabela 95 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	68
Tabela 96 – <i>Ranking</i> - Variação do grau de cobertura do serviço da dívida, entre 2015 e 2016 .....	68
Tabela 97 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por NUTS III, entre 2014 e 2016 .....	69
Tabela 98 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	70
Tabela 99 – Evolução do ativo nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	72
Tabela 100 – Lista dos municípios com maior variação positiva do ativo líquido, entre 2015 e 2016 .....	73
Tabela 101 – Peso médio dos ativos em 2016, por categoria de ativo e dimensão dos municípios .....	75
Tabela 102 – Composição do ativo em 2016, por NUTS III .....	75
Tabela 103 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	76
Tabela 104 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	76
Tabela 105 – Lista dos municípios com variação positiva do passivo, entre 2015 e 2016.....	78
Tabela 106 – Lista dos municípios com maior variação negativa do passivo, entre 2015 e 2016 .....	78
Tabela 107 – Peso médio dos passivos em 2016, por categoria de passivo e dimensão dos municípios.....	79
Tabela 108 – Composição do passivo em 2016, por NUTS III .....	79
Tabela 109 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	80
Tabela 110 – Capital em dívida em 31-12-2016 de empréstimos contraídos no âmbito de programas do Estado para recuperação financeira dos municípios .....	81
Tabela 111 – Evolução dos fundos próprios nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	82
Tabela 112 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos fundos próprios, entre 2012 e 2016 .....	83
Tabela 113 – Municípios com RLE negativo, em 2016.....	84

Tabela 114 – Peso médio dos fundos próprios em 2016, por categoria de fundo próprio e dimensão dos municípios .....	84
Tabela 115 – Composição dos fundos próprios em 2016, por NUTS III .....	85
Tabela 116 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	85
Tabela 117 – Evolução dos custos nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	86
Tabela 118 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos custos, entre 2015 e 2016 .....	88
Tabela 119 – Lista dos municípios com maior variação negativa dos custos, entre 2015 e 2016 .....	89
Tabela 120 – Peso médio dos custos em 2016, por categoria de custos e dimensão dos municípios .....	91
Tabela 121 – Composição dos custos em 2016, por NUTS III .....	91
Tabela 122 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	91
Tabela 123 – Evolução dos proveitos nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016.....	92
Tabela 124 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos proveitos, entre 2015 e 2016 .....	94
Tabela 125 – Peso médio dos proveitos em 2016, por grupo de municípios .....	95
Tabela 126 – Composição dos proveitos em 2016, por NUTS III .....	95
Tabela 127 – Estrutura dos proveitos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	96
Tabela 128 – Evolução dos resultados nos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	97
Gráfico 1 – Evolução da receita municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	16
Gráfico 2 – Evolução da receita municipal (valores médios), entre 2012 e 2016 (M€) .....	18
Gráfico 3 – Evolução dos principais agregados das receitas fiscais, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	19
Gráfico 4 – Evolução das receitas próprias, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	21
Gráfico 5 – Evolução das transferências, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	23
Gráfico 6 – Composição das receitas municipais, 2016 .....	28
Gráfico 7 – Composição das receitas fiscais, 2016 .....	30
Gráfico 8 – Composição das receitas próprias, 2016 .....	33
Gráfico 9 – Composição das transferências, 2016 .....	35
Gráfico 10 – Composição dos passivos financeiros, 2016.....	37
Gráfico 11 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	41
Gráfico 12 – Evolução da despesa municipal (valores médios), entre 2012 e 2016 (M€) .....	43
Gráfico 13 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€).....	47
Gráfico 14 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	49
Gráfico 15 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por natureza económica, entre 2012 e 2016 (M€) .....	50
Gráfico 16 – Composição das despesas municipais, 2016 .....	53
Gráfico 17 – Evolução da poupança corrente, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 (M€) .....	63
Gráfico 18 – Evolução do saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 (M€) .....	64
Gráfico 19 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	66
Gráfico 20 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	68
Gráfico 21 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por grupo de municípios, entre 2014 e 2016 .....	70
Gráfico 22 – Evolução do ativo dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	72
Gráfico 23 – Ativo líquido dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III.....	76
Gráfico 24 – Evolução do passivo dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	77
Gráfico 25 – Passivo dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	80
Gráfico 26 – Evolução dos principais componentes dos fundos próprios dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	83
Gráfico 27 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	85
Gráfico 28 – Evolução dos custos dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016 .....	87
Gráfico 29 – Evolução dos custos médios dos municípios da RLVT, por grupo de municípios, entre 2012 e 2016 .....	88
Gráfico 30 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III .....	92
Gráfico 31 – Evolução dos proveitos dos municípios da RLVT, entre 2012 e 2016.....	93
Gráfico 32 – Proveitos dos municípios da RLVT em 2016, por NUTS III.....	96